



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 76

III Sessão Legislativa

Horta, Quinta-Feira, 21 de Outubro de 2010

Presidente: *Deputado Francisco Coelho*

Secretários: *Deputados José Ávila e Cláudio Lopes*

Sumário

Os trabalhos iniciaram-se às 10 horas e 08 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, passou-se ao período dedicado ao **tratamento de assuntos de interesse político.**

Foram apresentados dois votos de congratulação.

- **Voto de Congratulação – “75 anos do Corpo Nacional de Escuteiros em São Miguel”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A apresentação do voto coube ao Sr. Deputado Cláudio Almeida.

Submetido à votação, o voto foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação – “25 anos dos escuteiros da Povoação”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a apresentação do voto pelo Sr. Deputado Francisco Álvares, usou da palavra a Sra. Deputada Benilde Oliveira (*PS*), seguindo-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

De seguida, o Sr. Deputado António Marinho (*PSD*) apresentou uma declaração política, tendo usado da palavra os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estevão (*PPM*) e o Sr. Presidente do Governo Regional (*Carlos César*).

Também a Sra. Deputada Zuraida Soares proferiu uma declaração política, tendo usado da palavra os Srs. Deputados António Marinho (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*) e o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*). Numa segunda intervenção o Sr. Deputado António Marinho (*PSD*) pediu a palavra para um protesto e o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*) para um contra-protesto.

No período dedicado ao **tratamento de assuntos de interesse político relevante**, e na sequência da intervenção do Sr. Deputado Luís Silveira (*CDS/PP*) no dia anterior, usaram da palavra os Srs. Deputados Rogério Veiros (*PS*), Domingos Cunha (*PS*), Paula Bettencourt (*PS*) e Artur Lima (*CDS/PP*).

Relativamente ao período dedicado ao **tratamento de assuntos de interesse político relevante** apresentou uma intervenção o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa (*PS*).

Por fim, entrou-se na **Agenda da Reunião**, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. “Apresentação do relatório da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho referente à audição do Conselho de Administração da RTP, SA, no âmbito do acompanhamento das condições em que estão a ser exercidas as obrigações de serviço público de rádio e televisão na Região Autónoma dos Açores, em execução do mandato conferido pela resolução da Assembleia Legislativa n.º 13/2010/A, de 22 Julho”, apresentado pela Sra. Deputada Catarina Furtado (*PS*). Usaram da palavra os Srs. Deputados Luís Silveira (*CDS/PP*), Hernâni Jorge (*PS*), Clélio Meneses (*PSD*), Paulo Estevão (*PPM*), Zuraida Soares (*BE*) e Aníbal Pires (*PCP*).

2. Petição n.º 8/2010 – “Pela abolição das plataformas logísticas no PROTA”, apresentada por Mário Jorge Dutra da Silva, na qualidade de primeiro subscritor.

Após a apresentação do relatório pela Sra. Deputada Catarina Furtado (*PS*), usaram da palavra os Srs. Deputados Mário Moniz (*BE*), Aníbal Pires (*PCP*), Luís Silveira (*CDS/PP*), Lizuarte Machado (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Luís Garcia (*PSD*).

3. Petição n.º 5/2010 – “Treino militar para aviões F-22 e F-35 com suporte na Base das Lajes”, apresentada por Judite Maria Jorge da Silva e Pierre Le Velly de Sousa Lima, na qualidade de primeiros subscritores.

Após a apresentação do relatório pelo Sr. Deputado António Pedro Costa (*PSD*), participaram no debate os Srs. Deputados Pedro Gomes (*PSD*), Artur Lima (*CDS/PP*), Aníbal Pires (*PCP*), José San-Bento (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Zuraida Soares (*BE*).

4. Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 12/2010 – “Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos da Administração Regional dos Açores (SIGRHARA)”.

Após a apresentação do diploma pelo Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*), usaram da palavra os Srs. Deputados Pedro Gomes (*PSD*), Vera Bettencourt (*PS*), Artur Lima (*CDS/PP*), Mário Moniz (*BE*), Aníbal Pires (*PCP*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

5. Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 13/2010 – “Medidas de prevenção, controlo e redução da presença de roedores invasores e comensais”.

Após a apresentação do diploma pelo Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*), usaram da palavra os Srs. Deputados António Ventura (*PSD*), Pedro Medina (*CDS/PP*), Duarte Moreira (*PS*), Mário Moniz (*BE*) e Aníbal Pires (*PCP*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

6. Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projecto de Resolução n.º 36/2010 – “Pronúncia da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre as medidas de austeridade anunciadas pelo Primeiro-Ministro”, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Após a apresentação pelo Sr. Deputado Aníbal Pires e submetido à votação, o pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 22 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo vamos iniciar os nossos trabalhos com a chamada.

Agradecia que ocupassem os vossos lugares.

(Eram 10 horas e 08 minutos)

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alexandre Rui Carvalho Pascoal Albuquerque Silva

Alzira Maria de Serpa e Silva

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Carlos Alberto Medeiros Mendonça

Catarina Paula Moniz Furtado

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira Cunha

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Guilherme de Fraga Vicente Nunes

Helder Guerreiro Marques da Silva

Hernâni Hélio Jorge

Isabel Maria Duarte de Almeida Rodrigues

José Manuel Gregório de Ávila

José Gaspar Rosa de Lima

José de Sousa Rego

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Lizuarte Manuel Machado

Manuel Herberto Santos da Rosa

Maria da **Graça** Lopes **Teixeira**

Maria da **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano

Nélia Maria Pacheco **Amaral**

Paula Cristina Dias **Bettencourt**

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Rogério Paulo Lopes Soares **Veiros**

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis dos **Santos**

António Maria Silva **Gonçalves**

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Lima Cardoso **Ventura**

Carla Patrícia Carvalho **Bretão** Martins

Cláudio Borges **Almeida**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**

Francisco da Silva **Álvares**

João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Mark Silveira **Marques**

Pedro António de Bettencourt **Gomes**

Partido Popular (CDS/PP)

Abel Jorge Igrejas Moreira

Luís Virgílio de Sousa da Silveira

Paulo Jorge Santiago Gomes da Rosa

Bloco de Esquerda (BE)

Mário Manuel de Castro Moniz

Zuraida Maria de Almeida Soares

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Estão presentes 50 Sras. e Srs. Deputados, temos quórum. Declaro aberta a sessão, pode entrar o público.

Vamos passar para os votos e temos dois votos de congratulação apresentados pela bancada do Partido Social Democrata, sendo o primeiro relativo aos “75 anos do Corpo Nacional de Escuteiros em São Miguel”.

Sr. Deputado Cláudio Almeida tem a palavra.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

75 anos do Corpo Nacional de Escuteiros em São Miguel

A missão do Escutismo consiste em contribuir para a educação dos jovens, baseado num sistema de valores enunciados na Lei e na Promessa escutista. É um projecto que tem como principal objectivo o envolvimento dos jovens num processo de educação não formal, segundo o qual cada indivíduo é o principal agente do seu

próprio desenvolvimento, tornando-o numa pessoa autónoma, solidária e responsável.

O Movimento Escutista foi instituído por Robert Baden Powell, na primeira década do século XX, fruto de uma gratificante experiência que trouxe alegria e novos motivos de vida aos milhares de jovens ociosos que deambulavam pelas ruas das cidades inglesas.

Baden Powel, então tenente - general do exército britânico, cuja filosofia altruísta defendia que “o melhor meio para alcançar a felicidade é contribuir para a felicidade dos outros” estava longe de imaginar o sucesso que a sua instituição pedagógica viria a ter no futuro e que rapidamente se alastraria a vários países do mundo.

Em Portugal, o Escutismo deu os primeiros passos ainda no território de Macau, no longínquo ano de 1911. Ao regressarem ao país, em 1913 os seus impulsionadores fundaram a Associação dos Escoteiros de Portugal, e o Corpo Nacional de Escutas – o escutismo católico português, veio a ser fundado pelo arcebispo de Braga, em 1923.

Nos Açores, o movimento escutista nasceu 15 de Agosto de 1925, como consta dos Actos oficiais do CNE, nº6, 2º ano, de 15 de Maio de 1926, com a constituição da respectiva Junta Regional dos Açores, que foi sedeada na freguesia da Conceição, Ilha Terceira. Porém, o *primeiro grupo de escutas católicos em São Miguel só é fundado na freguesia dos Fenais da Ajuda, em 1934, adoptando como seu patrono S. Jorge. É assim que se inicia um processo de constituição de outros agrupamentos que levará à fundação do Núcleo de São Miguel do Corpo Nacional de Escutas.*

Com 75 anos de existência, o *Núcleo de São Miguel do Corpo Nacional de Escutas* conta actualmente com cerca de 35 agrupamentos espalhados por toda a ilha, envolvendo muitas centenas de jovens cujo principal lema, é “**o melhor meio para alcançar a felicidade é contribuir para a felicidade dos outros**”, que lhes dá a motivação necessária para um modo de vida em que impera a solidariedade e a ajuda ao próximo.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o grupo parlamentar do PSD na Assembleia Legislativa Regional dos Açores, apresenta um voto de congratulação pela passagem do 75º aniversário do Núcleo de Escuteiros de São Miguel, cujo encerramento das comemorações decorrerá no próximo dia 6 de Novembro, na cidade de Ponta Delgada, com o encontro de todos agrupamentos de escuteiros da ilha de São Miguel e que do seu teor seja dado conhecimento ao chefe de Núcleo do Corpo Nacional de Escuteiros da ilha de São Miguel.

Horta, sala das sessões, 20 de Outubro de 2010

Os Deputados António Marinho, Cláudio Almeida e Rui Ramos

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

Presidente: Creio não haver inscrições. Assim sendo, Sras. e Srs. Deputados passamos à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos a outro voto de congratulação também da bancada do Partido Social Democrata e que tem a ver, segundo percebo, com os “25 anos dos escuteiros da Povoação”.

Sr. Deputado Francisco Álvares tem a palavra.

Deputado Francisco Álvares (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Corria o ano de 1975, quando um conjunto de empenhados povoacenses iniciou diligências para a formação de um núcleo escutista na vila da Povoação. Ainda nesse mesmo ano, o chefe Filipe Dutra, um picaroto radicado no concelho, assume o encargo e em Janeiro de 1986 são confirmadas as promessas de dez novos chefes que, em conjunto com o chefe Filipe Dutra imprimem uma forte dinâmica ao agrupamento.

O Padre Octávio Medeiros, assumiu desde o início o acompanhamento espiritual do grupo.

Imbuídos do forte espírito do fundador do movimento, Baden Powel, e após um período de intensa formação, os diferentes chefes, trabalham afincadamente na formação e educação das 39 crianças então inscritas.

O respeito pela natureza, a partilha de conhecimentos com jovens de outras localidades, o respeito por regras e comportamentos a adoptar foram permanentemente trabalhados em todos os momentos de interacção do grupo.

O Agrupamento 766 da Povoação, na sua nobre missão de bem servir e bem formar, tem sido, para muitos jovens, uma verdadeira escola de vida e um importante espaço de socialização e promoção de valores incontornáveis para a formação integral dos jovens de ambos os sexos.

A disponibilidade permanente destes jovens e seus chefes, a capacidade de iniciativa demonstrada e o espírito de partilha evidenciado atestam bem a importância do papel que tem sido desenvolvido por este agrupamento.

A este propósito, e ao longo da sua existência, merece particular destaque a acção desenvolvida anualmente, em colaboração com a AMI, Cáritas, Liga contra o Cancro nos respectivos peditórios anuais.

Mas assinalável acção, tem igualmente sido a que o grupo tem desenvolvido em momentos difíceis da vida das populações fragilizadas por intempéries e catástrofes em todo o mundo mas, como se percebe, com uma importância especial relativamente às que têm ocorrido no concelho da Povoação.

Passado pouco tempo após a sua formação, por ocasião das cheias ocorridas no concelho da Povoação em Setembro de 1986, que causaram enormes prejuízos materiais, o grupo desenvolveu uma acção verdadeiramente notável, tendo angariado, à data, 22 000 contos, ou seja 110 mil euros, e coordenado e colaborado activamente na distribuição de donativos, alimentos e equipamentos às famílias sinistradas.

De igual modo, na fatídica noite que vitimou 29 pessoas na Ribeira Quente e que isolou a freguesia durante vários dias, o Agrupamento 766 do Corpo Nacional de Escutas da Povoação prestou um importante apoio à população desta freguesia

colaborando intensamente com a Protecção Civil na angariação e entrega de alimentos, medicamentos e apoio para a população sinistrada.

Mas, também no campo cultural a acção do agrupamento 766 tem sido meritória, contribuindo sistematicamente para a preservação de tradições e diferentes manifestações da nossa cultura.

Todos os anos, o grupo é o responsável pela organização de um curso carnavalesco na vila da Povoação, o dia das bruxas, apoia a organização das festas concelhias e na ausência de voluntários para a realização das típicas Domingas, tem já assumido repetidas vezes esse encargo.

E se tal não bastasse, a dinâmica e a capacidade empreendedoras do grupo estão bem patentes na obra da sua sede, um edifício de três pisos onde em momentos de necessidade já funcionou a Escola Profissional e o Centro de Saúde da Povoação.

Ao esforço da sua construção, para além do incansável trabalho do agrupamento na recolha de fundos, ficam ligados os nomes de Armando Cardoso, Norberto Araújo e Henrique Câmara que conduziram os trabalhos e também o Governo Regional, a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia local que financiaram boa parte da obra.

O grupo, conta actualmente com 53 escuteiros entre os quais, 13 Lobitos, 17 Exploradores, 18 Pioneiros e 5 Caminheiros, coordenados por oito Chefes.

Porém, ao longo de 25 anos muitos foram os rostos que preencheram a história do agrupamento escutista 766 da Povoação, muitas foram as vidas que aí se transformaram, se cruzaram e aí encontraram um porto seguro onde sempre sabiam poder voltar.

Pelo exposto, para todos os jovens do grupo e para aqueles que ao longo destes 25 anos conduziram e conduzem esses jovens, para os que os ajudam a caminhar todos os dias, para todos os que, de sorriso no rosto e com uma vontade imensa, trabalham para transformar vidas, pessoas e contribuem para a felicidade dos outros o Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia Legislativa Regional dos Açores, nos termos regimentais aplicáveis, apresenta um voto de congratulação pela passagem do 25º aniversário do Agrupamento 766 da Povoação, e que do seu teor seja dado conhecimento ao respectivo agrupamento, a todos os seus elementos, à Câmara e à Assembleia Municipal da Povoação.

Horta, sala das sessões, 20 de Outubro de 2010

Os Deputados António Marinho e Francisco Álvares

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

Presidente: Sra. Deputada Benilde Oliveira tem a palavra.

***Deputada Benilde Oliveira (PS):** Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para que dizer que sem dúvida, a disponibilidade permanente destes jovens escuteiros dos seus chefes, a capacidade de iniciativa demonstrada e o espírito de partilha, evidencia e testa também a importância do papel dos escuteiros na nossa sociedade.

Por estas e outras razões, o Grupo Parlamentar do PS associa-se a este voto de congratulação.

Muito obrigada.

Presidente: Muito bem. Passamos agora à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao período de declarações políticas. Para uma declaração política tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

Deputado António Marinho (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Um défice orçamental que se mostra incontrolável.

Uma dívida pública que, ano a ano, cresce desregradamente.

A despesa corrente que aumenta, quando deveria diminuir.

Tudo isso é público e notório. Mas falta a verdade completa dos números. Não estão divulgados todos os elementos que permitem avaliar em toda a sua dimensão o problema orçamental criado pelo governo socialista da República.

José Sócrates continua fechado em copas, não explicando por que motivo as medidas que empreendeu a meio deste ano não surtiram efeito positivo. Pelo contrário, quando a situação financeira e orçamental de Portugal deveria ter conhecido uma melhoria, voltou a agravar-se.

É esta a realidade que enfrenta Portugal. É neste quadro que a economia portuguesa não consegue arrepiar caminho, que não se liberta da tendência recessiva em que se encontra. Uma economia em que os empregos são destruídos, em que as famílias passam enormes dificuldades, em que o dinheiro falta a muitos para a satisfação de necessidades mínimas.

É isto que Sócrates tem deixado, e continua a deixar, ao país.

O mais grave, contudo, é que os problemas que Sócrates não consegue resolver o levam a enveredar por soluções fáceis. Sem capacidade, ou vontade, de conter, de travar o desperdício, de desengordurar o seu governo, de acabar com aquilo que gasta mal e em demasia, tem optado pela solução que é provavelmente mais simples, mas também mais indesejável: fazer recair o ónus, sempre, sobre os portugueses.

Uma opção a que tem ficado imune o próprio governo. Este, continua a viver bem e a recomendar-se. As benesses têm continuado, invariavelmente, a subsistir.

Dizia Sócrates, antes das eleições, que nem por sombras ia subir impostos. Tinha até descido o IVA em 2009, embora a verdade mande dizer que era um ano pleno de eleições. Entre essas, incluíam-se as legislativas, que levaram Sócrates a formar o seu segundo governo.

Entretanto, já aumentou o IVA uma primeira vez e mexeu em outros impostos. Os portugueses retornaram a uma situação mais gravosa do que a existente no período pré-eleições.

Agora, Sócrates quer agravar ainda mais a situação dos portugueses, com novos aumentos de impostos e mais penalizações no domínio fiscal. A situação está a tornar-se intolerante para as bolsas dos portugueses.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Membros do Governo

Nas eleições que deram origem ao actual governo de José Sócrates os eleitores transmitiram um aviso claro. Disseram a Sócrates que tinha de negociar com a oposição para governar. Deram-lhe uma maioria relativa.

Foi essa mesma negociação que o PSD, ontem mesmo, exigiu. Negociar e evitar que as pessoas saiam ainda mais penalizadas do que ficariam com a proposta socialista de Orçamento do Estado já apresentada.

Um orçamento é um instrumento demasiado importante para o futuro de um país. Não se pode rejeitar, ou aprovar, de ânimo leve. Exige responsabilidade. Implica avaliação. Obriga a uma análise cuidada e distanciamento das motivações que se situam num plano estritamente partidário. Não pode ficar à mercê das estratégias, individuais ou colectivas, de um partido, ou dos partidos.

Exige uma perspectiva patriótica.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Tudo isso ganha maior acuidade num momento tão grave quanto o que Portugal vive hoje em dia.

O PSD mostrou-se disponível para viabilizar o Orçamento do Estado para 2011. Mas exigiu alterações que, em seu entender, são menos penalizantes para as pessoas e para as empresas.

Foi isso que ontem fez e apresentou ao país.

É isso, aliás, que cabe aos partidos. Tentar construir uma solução que se mostre mais favorável aos interesses de quem neles vota.

O PSD apresentou um conjunto de princípios que, sendo observados, podem levar à viabilização do Orçamento para 2011. É a prática normal nas maiorias relativas. Ou mesmo nas absolutas, quando é o interesse dos governados que comanda a prática dos partidos responsáveis. Não é nada demais. É, simplesmente, a democracia a funcionar.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: O PS, na sua postura habitual, talvez gostasse que o PSD apenas dissesse sim ou não ao Orçamento do Estado. Sem condições.

Mostrou essa mesma vontade em diversas situações. Queria, apenas, que o PSD viabilizasse, ou rejeitasse, o Orçamento. Sem contrapartidas, mesmo que estas se revelassem favoráveis à vida dos portugueses.

Só que a vida não é a preto e branco. E muito menos a política. E ainda muito menos quando a maioria existente é, apenas, relativa.

Ao governo cabe dar uma resposta ao repto do PSD.

O PSD fez o trabalho de casa e espera agora uma atitude responsável do governo e do Partido Socialista.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Rejeitar, seria fácil. Aceitar, sem a devida avaliação, também. Ambas as posições seriam, contudo, irresponsáveis.

O PSD recusa ser irresponsável. Colocou condições, que agora compete ao governo avaliar e negociar.

Assim serão cumpridos os valores da democracia.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Membros do Governo

Os Açorianos, nisto tudo, têm apanhado por tabela. E Carlos César, como sempre, tem dado a sua total solidariedade ao Secretário Geral do seu partido, José Sócrates.

Ainda há dois dias tentou, provavelmente, dar mais uma ajuda. Tentou transformar Sócrates em vítima de algo que os portugueses, atónitos, não sabem o que é.

Todos sabem que Sócrates é o único responsável pela deplorável situação em que se encontra Portugal.

Todos sabem que Carlos César não lhe tem regateado o seu apoio incondicional.

Como tal, é co-responsável pela triste situação criada em Portugal.

Quem não é fraco da memória, lembra-se bem dos cartazes, há pouco mais de um ano, em que Carlos César e José Sócrates...

Deputado José Rego (PS): É não viver neste mundo!

O Orador: ... ombro com ombro e com ar feliz, diziam: “Juntos, conseguimos”.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD e do PPM: Muito bem! Muito bem!

Deputado Mark Marques (PSD): E conseguiram!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Conseguiram levar-nos para o abismo!

O Orador: Pois conseguiram! E ainda se gabam disso!

A verdade é que ambos gostam de gastar. Ou, pelo menos, não evitam, como seria seu dever, os gastos exagerados. Não se coíbem, mesmo em tempo de crise, da propaganda com meios avultados, da festa onde são actores, do luxo e da despesa sem contenção.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Os Açores, aliás, são bom exemplo disso. Especialmente por aquilo que o passado mais recente trouxe aos olhos de todos. Os Açorianos sabem bem que gastar dinheiro em festas é ultrajante, designadamente num tempo em que lhes são pedidos sacrifícios que, ainda para mais, são exponencialmente aumentados de quatro em quatro meses.

Os “bares abertos”, contudo, são caros aos socialistas. E recebem a condescendência de César, como certamente a receberam de Sócrates.

É isso que é escandaloso. No País, ou na Região.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Membros do Governo

César, há dois dias, lançou um desafio ao PSD. Que votasse contra o Orçamento que Sócrates propõe. Sem quaisquer condições. Às cegas.

Desafiou o PSD a votar contra um Orçamento que, segundo César, é positivo para os Açores.

Porquê?

Porque privilegiou apenas a política partidária. Pura e dura. A que não coloca à frente os interesses de quem é governado. A tal que tantas vezes afasta os Açorianos das mesas eleitorais, aumentando drasticamente os níveis de abstenção.

O PSD não vai por esse caminho. Por isso, apela à responsabilidade do PS/Açores e do seu líder, neste tempo de fortes dificuldades dos Açorianos.

Deputado Cláudia Cardoso (PS): É preciso ter muita lata!

O Orador: Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Membros do Governo

Todos sabem que, por norma, o que Sócrates faz, César aplaude. Quando César ajuda, Sócrates agradece.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Sempre em sintonia, sempre solidários. Nem sempre, é certo, a favor dos Açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Ditam, no entanto, os interesses dos Açores, que Carlos César, pelo menos desta vez, aproveite o excelente clima que sempre tem existido com Sócrates e lhe dê um conselho.

Que aconselhe Sócrates a não destruir ainda mais o país, que não penalize ainda mais os portugueses, e os Açorianos em particular, que os liberte de um Orçamento duro, violento, que fará com que também os Açores possam ser seriamente afectados por uma crise ainda mais profunda.

O PSD lança esse repto e devolve o desafio de Carlos César à procedência.

Carlos César deve sugerir a Sócrates que explique os motivos pelos quais o país chegou à situação perigosa em que se encontra, mesmo depois das medidas já tomadas no presente ano. É que os Açorianos gostariam de conhecer a razão para os inúmeros e pesados sacrifícios que lhes estão a ser pedidos.

Pelo caminho, que também Carlos César adopte uma política de verdade e diga ao Açorianos como é verdadeiramente utilizado o dinheiro dos seus impostos.

Presidente: Agradecia que terminasse Sr. Deputado.

O Orador: Vou já terminar Sr. Presidente.

Carlos César deve aconselhar Sócrates a aceitar, com verdadeira disponibilidade, a negociação das propostas apresentadas pelo PSD. Será essa a forma responsável de chegar a um Orçamento do Estado menos prejudicial para o futuro de Portugal e menos pesado para a vida dos Açorianos.

Lá diz o ditado que os amigos são para as ocasiões.

Que a inabalável aliança entre César e Sócrates sirva, pelo menos agora, para dar mais alento aos Açorianos. Ambos, César e Sócrates, lado a lado, como é timbre habitual, ainda estão a tempo de dar um bom contributo ao país e aos Açores.

Se Carlos César não aceitar este repto fará, novamente, uma opção a que se habituou. Ficará, mais uma vez, ao lado de Sócrates. Os Açores ficarão em segundo lugar.

Disse

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados estão abertas as inscrições. Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

***Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado Sr. Presidente. Muito bom dia Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de tecer aqui algumas considerações sobre a declaração política que o Sr. Deputado António Marinho, em nome do PSD, nos trouxe.

E começar por registar o esforço que considero meritório, que o Deputado António Marinho fez de sacudir a água do capote das responsabilidades que o PSD tem relativamente à situação de crise e de grande fragilidade que o país atravessa.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Nomeadamente?

Deputado João Costa (PSD): Quais são?

O Orador: É porque o Deputado António Marinho esqueceu-se do passado e as considerações que teceu, fê-las só em relação ao presente. Ora bem, mas se é verdade que um dos grandes problemas que Portugal atravessa, assim como outros países da União Europeia, se deve à crise, à tal famigerada crise financeira, a verdade é que os nossos problemas não residem apenas nisso. Os nossos problemas residem também no facto de nós termos uma economia debilitada, uma economia frágil, uma grande dependência externa e isto porque ao longo dos últimos anos, nos quais o PSD, alternadamente com o Partido Socialista, não foram acautelando. E a verdade é que Portugal tem uma economia frágil e por isso mesmo muito mais permeável às crises conjunturais, como é esta que estamos a atravessar.

Portanto, Sr. Deputado, eu registo de facto o esforço meritório que fez, mas é bom que não nos esqueçamos do passado e de um passado que não é assim muito longínquo.

E relativamente à situação actual o Sr. Deputado está também aqui a fazer outro esforço que eu gostaria de registar: que é o da aproximação ao orçamento que José Sócrates vai impor, possivelmente, aliás desde o fim da semana passado que se percebeu que o PSD estava ou começava a estar disponível para viabilizar o orçamento, fosse com uma abstenção, fosse com o voto favorável. E portanto, essas questões já alguns dias que estão perfeitamente claras e não temos dúvidas que o PSD, aliás como não poderíamos deixar de esperar outra coisa, até porque a promiscuidade que mantém com o Partido Socialista é imensa...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Outra vez?

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Os senhores é que conduziram ...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Outra vez?

O Orador:... o país à situação em que vivemos, portanto não depende de mais nada. Agora isso não é suficiente para desculpar o PSD nem o PS por aquilo que vão impor aos portugueses, apesar, e quero-vos dizer claramente, das medidas que o vosso líder nacional colocou como fundamentais para viabilizar a proposta.

Presidente: Agradecia que terminasse Sr. Deputado.

O Orador: Vou já terminar.

Algumas delas até merecem o nosso acordo, como seja o fim das parcerias público-privadas, como seja a questão da redução das taxas do IVA, nomeadamente a manutenção das taxas do IVA dos produtos alimentares na taxa reduzida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

***Presidente do Governo Regional (Carlos César):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começo por registar o sentido curioso da declaração política proferida pelo Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PSD. Uma declaração basicamente centrada nas negociações que envolvem, ou que poderão envolver, o Governo da República e o Partido Social Democrata. Coisas do país a que naturalmente o Parlamento açoriano não deve ser alheio, mas aspectos que não deixam de despertar alguma perplexidade por constituírem a prioridade na sua declaração política.

Pensei eu que a centraria no conteúdo do Orçamento de Estado no que diz respeito às Regiões Autónomas, e designadamente à aplicação ou não, da Lei de Finanças Regionais dos Açores e da Madeira.

Mas não. Falou de questões de âmbito nacional. Começando desde logo por me apelar, julgo que na minha qualidade de Presidente do Partido Socialista, para salvar o país.

Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, eu faço o que posso pela minha Região e pelo meu país, mas não tenho a importância que me atribui, não serei certamente parte principal das negociações que envolvem o Governo da República e o Partido Social Democrata. Não tenho tanta importância.

Deputado João Costa (PSD): Não lhe dá jeito!

O Orador: Gostava também de dizer o seguinte. É verdade que estas medidas que foram adoptadas são medidas, muitas delas, terríveis para algumas famílias que se encontravam no limite das suas possibilidades para satisfazer encargos correntes da sua economia doméstica e não há dúvida que é preciso que nos concentremos em meios e em medidas para tentar que essas famílias resolvam melhor os seus problemas com as dificuldades que foram agora infligidas ou que serão potencialmente infligidas com as medidas a adoptar pelo Orçamento de Estado. Essa deve ser a nossa preocupação, essa é que é a minha preocupação.

Gostava também de lhe dizer outra coisa que é tempo aqui de reiterar.

Eu já disse e repito. Toda a minha vida cívica, desde a minha adolescência, tem sido dedicada à minha Região. A minha Região é a minha paixão. A minha única paixão é a minha Região.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Não é a única!

Deputado João Costa (PSD): Tem dias!

O Orador: E naturalmente que o Engenheiro Sócrates, tendo embora o meu respeito e até a minha amizade, nunca estará acima daquilo que é a minha paixão, que é a minha Região, daquilo que é o meu dever, que é a defesa dos interesses dos Açores, das açorianas e dos açorianos. Não tenha a menor dúvida sobre essa matéria. E não confunda nestas circunstâncias o facto de eu ter apreciado como elemento positivo a circunstância do Governo da República, no âmbito deste Orçamento de Estado, quando está a diminuir quatro mil e quatrocentos milhões de euros para passar um défice de sete vírgula tal para 4,6 %, a única lei de financiamento que não mexeu foi na lei de financiamento das Regiões Autónomas.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e do Governo)

Não se admire por isso que considere que a proposta de lei do Orçamento de Estado, no que diz respeito às Regiões Autónomas e na componente das transferências para os seus órgãos de governo próprio, é uma proposta que satisfaz ambas as Regiões. E alerto vossa excelência para uma circunstância. Eu até não fui o primeiro a dizê-lo. O primeiro político a realçar a qualidade desta proposta de Orçamento de Estado, no que se refere aos orçamentos das Regiões Autónomas foi justamente o Dr. Alberto João Jardim...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... que até disse que tinha sido por iniciativa dele alguns aspectos envolventes negociais desta conquista das Regiões Autónomas neste contexto restritivo.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: E por isso, Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, não me venha dizer que eu troquei Sócrates pelos Açores, porque vai ter então que dizer que o Dr. Alberto João Jardim trocou um amor por Sócrates em detrimento do amor dele pela Região Autónoma da Madeira.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e do Governo)

E isso é inverosímil.

Diga-se de passagem, no que diz respeito à Região Autónoma da Madeira, mesmo incluindo a transferência extraordinária de uma verba de cinquenta milhões de euros para temporais e catástrofes que se estima terem dado prejuízos na ordem dos mil milhões de euros, mesmo com este aumento de cinquenta milhões de euros através da lei de meios, mesmo assim, a Região Autónoma da Madeira vai receber para o ano menos 101,4 milhões de euros do que os Açores.

Presidente: Agradecia que terminasse Sr. Presidente.

O Orador: Se este Orçamento de Estado é confessadamente bom para o Presidente do Governo Regional da Madeira no que se refere às transferências para a Região, porque é que não haveria de ser naturalmente também considerado bom pelo Presidente do Governo Regional dos Açores?

Finalizando, Sr. Deputado António Marinho, eu já percebi os senhores estão sempre a tentar misturar-me com o Engenheiro Sócrates. Por que é que agora estão sempre a dizer “César é igual a Sócrates, César é amigo de Sócrates”. Eu penso, mas por que será?

Deputados António Marinho e Mark Marques (PSD): É verdade! Por que será?

O Orador: Já percebi. Os senhores acham que o Engenheiro Sócrates está muito mal em termos de sondagens, muito mal em termos de opinião pública e que o Governo da República também deverá estar muito mal. E depois lembram-se assim, a única forma de nós vermos se este César e se este Governo Regional dos Açores, que está tão bom nas sondagens e que está tão bom na opinião pública...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não se iluda Sr. Presidente!

O Orador:... é tentar ver se misturamos tudo e se assim o PS nos Açores ou o Governo Regional perdem alguns votos. Por que não encontram outra maneira que dependa do vosso mérito para que o Governo Regional saia desprestigiado ou minimizado?

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e do Governo)

Deputado Pedro Gomes (PSD): “Presunção e água benta, cada um toma a que quer”, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estevão tem a palavra.

***Deputado Paulo Estevão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não é novidade para ninguém que o país vive uma crise económica muito séria e que os sacrifícios que estão a ser impostos aos portugueses e aos açorianos são da responsabilidade de um governo que não soube responder a tempo aos problemas que foram criados por ele próprio. E neste momento, os portugueses olham para o futuro e têm a consciência que os sacrifícios que estão a realizar não têm uma perspectiva de melhoria a curto prazo. Qual é o horizonte que nos espera quando estamos motivados a fazer sacrifícios? Quando a população portuguesa está motivada para que as coisas melhorem, é necessário que exista uma janela de esperança, é necessário que exista uma janela de que daqui a seis meses, um ano as coisas melhorem e que o país, que as famílias, recuperem outra vez o seu poder de compra, recuperem a dignidade das suas vidas, porque a dignidade está hoje largamente afectada em muitos lares dos portugueses e dos açorianos.

Mas o sentimento geral é de um pessimismo atroz. O sentimento geral é de que fomos, neste momento, confrontados com medidas que são tremendamente negativas para as famílias. Mas a nossa perspectiva a curto prazo, de acordo com os analistas, de acordo com quem faz as contas, é de que em meados do próximo ano vamos ser confrontados com sacrifícios ainda maiores e são de facto estes os momentos que vivemos, que são muitíssimos negativos, ou seja, momentos em que não existem esperança por parte de quem nos governa, que não existe uma mensagem de que vamos fazer, vamos resolver este problema orçamental, vamos resolver este problema do ponto de vista da conjuntura económica, mas vamos dar a volta por cima, vamos voltar a crescer do ponto de vista económico, vamos voltar a dar todas as condições para que as famílias voltem a ter vidas dignas. Não existe esta esperança, não existe janela de esperança. O Sr. Primeiro-Ministro não nos oferece esta esperança, oferece-nos determinação, parece um homem determinado.

Mas é um homem determinado há seis anos e a sua determinação está a conduzir o país para a catástrofe financeira e conduzir as famílias portuguesas para um retrocesso de décadas em relação à qualidade de vida a que todos se tinham habituado.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas vejamos o impacto desta situação do ponto de vista daquilo que é a realidade açoriana.

Como sabemos, a realidade açoriana, do ponto de vista orçamental é extremamente vulnerável. É extremamente vulnerável porque o Partido Socialista, liderado pelo actual Presidente do Governo Regional, não foi capaz de reduzir a dependência da Região em relação ao exterior.

Hoje esta Região vive na dependência em mais de 50% das verbas disponíveis no nosso orçamento, vive na dependência do exterior, vive na dependência das transferências do Orçamento de Estado, vive na dependência daquelas que são as transferências da União Europeia. E estas transferências estão hoje fortemente condicionadas, não só pela conjuntura económica, mas também pelas dificuldades em que vive o país, pelas dificuldades em que vive a União Europeia e também pela falta de resultados que se têm observado através do financiamento que foi feito ao longo destes 14 anos sem que o Governo Regional conseguisse alterar o grau de dependência em relação ao exterior. Por isso a nossa economia é tão vulnerável ao exterior, porque é extremamente dependente, é das mais dependentes da Europa. Qualquer alteração na conjuntura internacional, qualquer alteração que se verifique numa redução substancial das verbas da União Europeia, qualquer alteração que se verifique numa diminuição das verbas do Orçamento de Estado, vão vulnerabilizar ainda mais a nossa economia porque o Governo Regional tem vivido num grau de dependência do exterior enormemente penalizador.

Presidente: Agradecia que terminasse.

O Orador: É por isso que a nossa perspectiva é cada vez mais negativa e vou já terminar Sr. Presidente.

O Sr. Presidente do Governo Regional ao longo destes 14 anos tem sido o responsável por não conseguir alterar esta situação.

Tem uma enorme paixão pelos Açores, mas o que é que deixa como herança? O que deixa como herança é uma Região extremamente dependente do exterior. É uma Região que fica extremamente condicionada ao financiamento externo.

Deputado José Rego (PS): O senhor não vive nos Açores.

O Orador: Não tornou esta Região verdadeiramente independente do exterior. Tornou-a extremamente vulnerável e para todas as dificuldades nós não temos um *plafond* de segurança. Nós não temos, em termos de horizonte, e é preciso que os açorianos percebam isso, não temos *plafond* de segurança. Qualquer alteração por mínima que seja terá um impacto directo devastador na economia açoriana. Porquê?

Porque o Sr. Presidente do Governo Regional ao longo destes 14 anos não consegue pagar mais do 50% da despesa que provoca.

Muito obrigado.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Paga mais. Um terço.

Presidente: Não sei se há mais inscrições. Não havendo vou dar então a palavra ao Sr. Deputado António Marinho para encerrar o debate.

***Deputado António Marinho (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente do Governo, o senhor começou a sua intervenção falando que o PSD tinha a preocupação pelas coisas do país e depois começou-se a contradizer por aí adiante e eu explico porquê.

Contradiz-se para já em relação há dois dias quando o senhor aqui apelou ao PSD que votasse contra...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: ... um orçamento que considera que é favorável aos Açores, portanto, na altura qual era a sua postura? Qual é a postura do PSD apresentada hoje em dia? Mas contradiz-se mais uma vez...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Dava jeito ao Sócrates!

O Orador: ... quando a determinada altura da sua intervenção começou a falar na Madeira. Então a sua preocupação parece nem estar nas coisas do país, nem das coisas dos Açores, afinal são da Madeira.

Onde é que o Sr. Presidente quer ir?

Falou na Madeira...

Deputado Domingos Cunha (PS): O senhor não percebeu nada!

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não tem nada para dizer!

O Orador: ... e disse ao PSD que só se preocupava com as coisas do país. Não, não é verdade. O senhor sabe bem que não é verdade, tanto que, relativamente à questão concreta da Lei de Finanças das Regiões Autónomas como da Lei de Finanças Locais ainda vamos ter oportunidade neste Plenário de falar delas.

Não queremos o seu empenho para obviamente salvar país...

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Não!?

O Orador: ... queremos o seu empenho, isso sim, para melhorando a situação do país, melhorar a situação dos Açores.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: O senhor sabe que este orçamento penaliza os açorianos da mesma forma que penaliza os continentais ou os madeirenses e por isso o senhor tem que apelar, no nosso entender, ao seu partido e ao Secretário-geral do seu partido, no sentido de aceitar as propostas do PSD que podem melhorar esse orçamento se assim ele as entender.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Mas eu não tenho essa importância.

O Orador: O senhor não é a figura principal, admito que não seja, mas tem que defender os interesses dos Açores e deve junto dos seus amigos (e já falaremos da sua amizade com Sócrates) apelar a que o seu partido tenha um comportamento a nível nacional que seja favorável a quem? Aos açorianos. É isso que lhe compete porque o senhor é Presidente do Governo Regional dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Portanto é isso que lhe é pedido e não é certamente com um orçamento como aquele cuja proposta foi apresentada agora, há meia dúzia de dias, que os açorianos deixarão de ser penalizados. Serão penalizados pelo IVA, como serão a nível nacional; serão penalizados ao nível das deduções fiscais, como serão os portugueses do continente e da Madeira; serão penalizados por um conjunto de

situações, tal como todos os outros. Os açorianos são penalizados por este orçamento e ao senhor cabe zelar para que isso não aconteça.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Depois deixe-me dizer que o senhor não revelou preocupações, por exemplo, relativamente aos gastos exagerados, de lá ou de cá. Nós temos essa preocupação. Já demos nota durante este Plenário e na próxima semana vamos apresentar um requerimento relativamente aos gastos exagerados que estão a ser feitos, designadamente aqueles que foram falados no outro dia, dos bares abertos, por muito que o senhor não goste de ouvir e de todos os outros. Por isso vamos também chamar o Secretário Regional da Economia para explicar a sua concordância relativamente a esses gastos e explicar, se calhar, porque é que se demitiu a Presidente da Associação de Turismo dos Açores...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... que invocando questões de natureza pessoal, pode dar um sinal na sequência daquilo que tem vindo a ser divulgado, que eventualmente teremos alguém que apenas executa e, a ser sacrificado, quando quem deveria assumir a responsabilidade é quem manda.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Registamos uma segunda preocupação: o senhor aquilo com que se preocupou e aquilo com que se parece preocupar em permanência é com o dinheiro que vem para o Governo. Com esse o senhor preocupa-se.

E o dinheiro que este orçamento retira aos açorianos?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente do Governo Regional (Carlos César): É a minha maior preocupação. O senhor não tem a menor preocupação.

O Orador: Porque é que o senhor não tem a mesma preocupação com o dinheiro que deixa de chegar aos açorianos por via da aplicação deste Orçamento de Estado?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: É ao senhor que cabe zelar pelos interesses dos açorianos e caro Sr. Presidente do Governo Regional, deixe-me dizer-lhe uma coisa: respeitamos

obviamente as suas paixões, obviamente que não poderíamos desrespeitar as suas paixões, mas conhecemos os seus amigos e conhecemos o especial carinho que o Sr. Presidente do Governo Regional e Presidente do PS Açores tem por alguns socialistas, designadamente pelo Secretário-Geral do seu partido, José Sócrates. Conhecemos perfeitamente isso e sabemos que dessa amizade é que o senhor agora parece estar a tentar esconder.

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): Eu não! Não tenho nada a esconder!

O Orador: O senhor lá saberá por que é que quer esconder essa amizade.

Agora o senhor sempre foi um apoiante incondicional de José Sócrates em todos os momentos e por isso, obviamente, devia respeitar essa amizade que têm.

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): O senhor tem amigos? Espero que tenha!

O Orador: Estamos aqui a falar em amizades políticas, Sr. Presidente! Não é de amizades pessoais! O senhor relativamente a José Sócrates tem uma amizade política muito forte e tem-no apoiado em todos os momentos e por isso obviamente o senhor tem de estar ligado a Sócrates.

O senhor é que parece que neste momento já não quer ter essa ligação. O senhor lá saberá porquê.

Presidente: Agradecia que terminasse Sr. Deputado.

O Orador: Termino Sr. Presidente.

Sr. Presidente aquilo que o senhor tem que fazer, se o quiser e a favor dos interesses dos açorianos, é dizer se aceita este repto que agora lhe foi lançado ou não o aceita. Quer aconselhar ou não o seu amigo, o Secretário-Geral do seu partido, o Primeiro-ministro de Portugal, com quem o senhor tem uma ligação muito forte a aceitar um melhor orçamento para o país e para os açorianos? Quer efectivamente dar uma qualidade de vida menos má aos açorianos do que aquela que decorre dum orçamento que os penaliza? O senhor tem de responder a esse repto.

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): Já lhe disse que não tenho essa importância.

O Orador: Termino e digo mais uma vez, o senhor se quer provar através dos seus actos que zela pelos interesses dos Açores mais do que pelos interesses do seu partido, só pode ter uma atitude: é aceitar esse repto e convidar José Sócrates a olhar para as propostas do PSD...

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Quais propostas? Ainda não recebemos nenhuma delas.

O Orador: ... como algo que pode melhorar a vida dos portugueses em geral, mas no seu caso pessoal que ficaria contente se daí resultasse uma melhor vida para os açorianos.

É isso que o senhor não está a querer fazer e por isso enquanto não o fizer, enquanto através dos actos não o provar, só poderá ter da nossa parte uma conclusão: é que o senhor prefere Sócrates aos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Presidente: Para uma declaração política tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Presidente do Governo Regional, para estupefacção geral, declarou-se satisfeito ...

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Como diz que está satisfeito?

A Oradora: ... com o Orçamento de Estado e suas consequências, nos Açores.

São, no mínimo, inacreditáveis e fora de qualquer apreciação objectiva e sensata, estas declarações do Presidente do Governo Regional.

Satisfeito, com um orçamento que vai lançar o País numa recessão que só pode trazer mais desemprego e miséria a milhares de lares e, portanto, com consequências a que os lares açorianos, infelizmente, não estão imunes.

É inaceitável, Senhoras e Senhores Deputados.

Com este Orçamento de Estado, os Açores vão perder cerca de quarenta milhões de euros, no que respeita às transferências directas e investimento, em relação ao ano de 2010.

Ficamos a saber que quarenta milhões de euros é uma verba sem notoriedade para o Partido Socialista, na Região. É esta a conclusão que se tira ou, dito de outra maneira, para o Partido Socialista dos Açores tudo vale, para socorrer o Engº José Sócrates.

Pensemos, no corte e congelamento dos salários, no congelamento de pensões, no aumento do IRS para quem ganha mais de 530 euros, no aumento do IVA, na redução brutal do investimento, na taxa de inflação prevista de 2,2%. Pensemos bem nestas medidas e reconheçamos nelas um cenário aterrador. Todos os economistas são unânimes em afirmar que este Orçamento é recessivo. O próprio Ministro das Finanças reconhece que o desemprego vai aumentar.

Mas o PS /Açores está satisfeito.

A tese tão difundida por Carlos César, há dois anos atrás, de que os Açores estavam imunes à crise mundial foi, infelizmente, totalmente desmentida pela realidade. Os Açores não ficaram imunes à crise mundial, europeia e nacional, como o prova o triste *record* do desemprego, na nossa Região.

Será que o PS /Açores quer reeditar a defesa desta tese?

Deixemo-nos de ilusionismos, Senhoras e Senhores Deputados. Os Açorianos e as Açorianas vão sofrer, como todos os Portugueses e Portuguesas, os resultados desta política que o Partido Socialista, no Governo e o PSD, como ajudante, promovem.

O Bloco de Esquerda, ao apresentar um orçamento alternativo, quer provar que os portugueses não estão obrigados a viver subjugados pelo império do capital financeiro, o mesmo que PS e PSD servem de forma tão generosa.

O que estes Partidos têm de dizer ao povo é se querem continuar a perdoar os mil milhões de euros do imposto devido pela PT com a venda da VIVO no Brasil - que origina a distribuição de dividendos extraordinários aos accionistas e, também estes, sem pagar imposto -, em vez de aumentarem o IVA, imposto cego sobre todos e cujo valor calculado dá, exactamente, os mesmos mil milhões de euros.

Alguém pode considerar decente todo este festim, só numa empresa, num momento como aquele que vivemos? Alguém pode ficar satisfeito?

Lamento muito mas é absolutamente imoral.

Para o Bloco de Esquerda, a consolidação orçamental e a diminuição da dívida externa são objectivos que têm de ser atingidos. Estes factores, não só afectam o nosso presente, como põem em causa o desenvolvimento do País para as gerações futuras.

Consolidação orçamental, sem dúvida. O que não aceitamos é que sejam sempre os mesmos a pagá-la.

Por isso, propomos ao País uma autêntica revolução fiscal para criar justiça: simplificação fiscal, para acabar com o labirinto das fugas; alteração do IRC, para combater as empresas-fachada que toda a vida dão prejuízos (segundo o Banco de Portugal, a economia paralela cifra-se em trinta mil milhões de euros); alteração do IRS, com aplicação do princípio do englobamento de rendimentos; taxaço das saídas legais de capitais, com destino a Off-Shores, em 25% (segundo informação do Banco de Portugal, só este ano, já ultrapassaram a quantia de nove mil milhões de euros).

Estes são alguns exemplos das nossas propostas, mas também do lado da despesa as temos: fusão, reconversão e eliminação das empresas públicas e municipais; auditoria a todos os programas de financiamento a fundações e entidades privadas; renegociação de todas as despesas militares e venda dos submarinos; auditoria e renegociação das parcerias público/privadas.

Com responsabilidade, o Bloco de Esquerda apresenta outro caminho, no combate às monstruosidades que nos querem impor. E o caminho só pode ser um: ir buscar o dinheiro aos privilegiados do costume.

Portugal não precisa de mais recessão e miséria; precisa de um Orçamento que não deixe satisfeito quem pactua com as benesses e os privilégios.

Este assunto é demasiado sério, porque tem a ver com a vida de milhões de portugueses/as e é, por isso, revoltante a patética oposição do PSD.

A ridícula grande alternativa do PSD, apresentada ontem e que em nada de substancial altera a proposta do Governo da República, demonstra bem que as diferenças entre os dois partidos são uma mão cheia de coisa nenhuma.

Patética é o mínimo que se pode dizer daquela cena, de ontem, do líder do maior Partido da oposição.

Encenar, com o olho nas próximas eleições, é o que move PS e PSD; os portugueses e as portuguesas seguirão dentro de momentos.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não apoiado!

A Oradora: Será que vamos ter a mesma encenação na Região?

Estamos a poucas semanas da apresentação do Plano e Orçamento Regional. A satisfação que reina no PS não augura nada de bom, para a concretização do orçamento que no próximo mês vamos ser chamados e chamadas a discutir e a votar, nesta Câmara.

Se acrescentarmos a esta incompreensível satisfação, o gosto pelo desperdício de dinheiros públicos, os portais de ouro de qualidade mais do que duvidosa, bordejados de safiras em obras desnecessárias, em derrapagens permanentes, em ruinosas parcerias público-privadas e na dádiva de dinheiros públicos para investimentos privados desnecessários, tememos que a continuidade seja a regra.

Precisamos de investimento que crie emprego imediato, precisamos de fortalecer o nosso mercado interno, precisamos de mais e melhores apoios sociais, precisamos de mais e melhor educação, precisamos de mais e melhor saúde, precisamos de mais e melhor mobilidade. Para nós, Bloco de Esquerda/Açores, deve ser este o caminho do Orçamento regional.

É tempo de mudar de rumo, Senhoras e Senhores Deputados. Antes que seja demasiado tarde...

Disse.

Deputado Mário Moniz (BE): Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados estão abertas as inscrições. Sr. Vice-Presidente do Governo tem a palavra.

***Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta intervenção, aliás na sequência da anterior, da Sra. Deputada Zuraida Soares, é uma intervenção diferente, mas no conteúdo e na forma tem exactamente o mesmo objectivo, traz a esta Assembleia essencialmente a análise do Orçamento de Estado na sua componente nacional e na sua envolvente externa. Mas quero aqui e muito rapidamente deixar claro duas coisas que consideramos fundamentais. Primeiro, o Governo dos Açores não está, não esteve, nem nunca afirmou que estava satisfeito com o Orçamento de Estado e que as medidas continham dificuldades acrescidas para as famílias e para as empresas portuguesas. Isso nunca foi afirmado. Colocar essa questão e afirmar isso é uma das mais redundantes e gravosas mentiras que já ouvimos nesta casa.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Confundir a satisfação legítima pelo cumprimento da Lei de Finanças Regionais, com a satisfação e o apoio a este conjunto vasto de medidas contidas no Orçamento de Estado, vai uma distância enorme.

Deputada Zuraida Soares (BE): Tem que dizer isso aos açorianos, não a mim.

O Orador: E permita-me, está dito e foi sempre dito pelo Sr. Presidente, aliás (não só foi dito como foi muito mais do que isso) tendo a satisfação pela manutenção da Lei de Finanças Regionais e pelos recursos que a Região tem direito, nós vamos tomar um conjunto de medidas adicionais redireccionando o investimento público a despesa pública para acentuar o apoio às famílias e às empresas. Portanto se fazemos isso é por que não estamos satisfeitos com as medidas tomadas a nível nacional. E mais claro, mais objectivo do que isto é impossível.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não ouvi essa satisfação.

O Orador: Esta estratégia conjunta de tentar colar a realidade dos Açores, a atitude do Governo dos Açores, em relação a um cenário nacional, é uma atitude que para além de não ser responsável, não corresponde em nada à verdade dos factos e à realidade.

Os açorianos vão, e temos consciência, ter medidas no âmbito nacional que dificultam o seu rendimento, que dificultam as empresas, mas sabem também que têm no Governo dos Açores uma entidade que irá fazer tudo, tudo o que estiver ao seu alcance para minimizar essas dificuldades e para prestar o apoio às famílias...

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): Muito bem!

O Orador: ... e às empresas dos Açores e isso é um património e um benefício que os açorianos têm em relação aos portugueses do continente e da Madeira e essa é uma vantagem comparativa nossa por mérito do Governo dos Açores e pela nossa capacidade empreendedora, de olhando para a realidade nacional, poder mudar a nossa política dando novas prioridades, anulando investimentos se for necessário, reduzindo despesas onde for necessário, para que as famílias, as empresas tenham mais condições para o seu rendimento e para a sua vida.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Essa da redução da despesa ninguém nota!

Deputado Mário Moniz (*BE*): Já se vai ver.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: E agora um segundo aspecto, de alguma demagogia publicitária, que aqui é introduzida nestas medidas que são anunciadas pelos outros partidos, neste caso concreto pelo PSD e pelo Bloco de Esquerda.

Deputado Mário Moniz (*BE*): Se têm legitimidade onde está a demagogia?

O Orador: São todas legítimas para alterar o Orçamento de Estado. Quero-vos dizer ...

Deputado Mário Moniz (*BE*): Até onde é que vai a demagogia?

O Orador: ... que entre as poucas medidas que nós nos lembramos que foram apresentadas, neste caso concreto, pelo PSD ontem à noite, depois de um grande esforço, estava a redução de 1% do IVA, da taxa de IVA.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Por acaso foi muito cauteloso!

O Orador: Sr. Deputado não sei se reparou, mas já lhe digo, que essa redução de 1% do IVA que o Sr. Deputado apela para que o Sr. Presidente do Governo intervenha, porque é benéfica para os Açores, essa redução proposta pelo PSD, não

tem qualquer efeito nos Açores, porque a redução do IVA nos Açores é de apenas 1% e essa variação não tem qualquer alteração.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não tem como? E os serviços no continente quanto é que pagam?

O Orador: Mas não tem qualquer consequência para os Açores nem para os açorianos.

Segundo, o fim das parcerias público-privadas também não tem consequência prática nos Açores porque nós não temos qualquer intenção de fazer novas parcerias público-privadas.

Deputado Mário Moniz (BE): Muito gosto em ouvir isso.

O Orador: E quero(directamente para o Bloco de Esquerda) dizer e lembrar nesta casa que o Bloco de Esquerda, uma das suas medidas que propõe, é um aumento das pensões em 2,5%. É uma das medidas estruturantes que o Bloco de Esquerda propõe para a inscrição no Orçamento de Estado. Por isso, é neste contexto que nós estaremos aqui também para falar.

E por último, há uma coisa que eu não posso aceitar, porque vivi isso de perto, e se há injustiças que eu já senti e coisas que não correspondem à realidade nesta casa, é acusar o Sr. Presidente do Governo de ser mais amigo de Sócrates do que dos açorianos.

Deputada Zuraída Soares (BE): Vire-se para aquele lado. Esse recado é para ali. As declarações foram seguidas, mas não são iguais!

O Orador: Depois de ter conhecimento, de ver aquilo que foi feito, pela defesa intransigente dos Açores perante esta dificuldade conjuntural de redução de 4 mil e quatrocentos milhões euros de despesa, a única lei estruturante do ponto de vista de financiamento que ficou intacta, foi a Lei de Finanças Regionais. Sei o trabalho que ele teve, o esforço e o empenho que teve na defesa intransigente dos Açores para esta lei não ser tocada. Ouvir a irresponsabilidade que foi aqui colocada e a injustiça que foi feita, digo que nos 6 anos que estou nesta casa foi a afirmação mais injusta e mais destituída de qualquer sentido que algum deputado fez.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Fica-lhe mal!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Sr. Deputado António Marinho tem a palavra.

***Deputado António Marinho (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma nota muito breve, ou duas notas muito breves.

Uma nota muito breve à Sra. Deputada Zuraida Soares dizendo que registámos a sua declaração política. Não concordamos obviamente...

Deputado Mário Moniz (BE): Se concordassem era de admirar!

O Orador: ... também é natural, estamos em sítios diferentes. Mas ao invés de uma única proposta de destruição pura e simples, que acabou de fazer, nós convidamos e lançamos esse repto ao Bloco de Esquerda a fazer o mesmo que o PSD fez, a apresentar propostas responsáveis que resolvam os problemas dos portugueses...

Deputada Zuraida Soares (BE): Já apresentámos, são públicas!

Deputada Mário Moniz (BE): Já apresentámos, mas os senhores não as lêem.

O Orador: ... e designadamente, dos açorianos.

Sr. Vice-Presidente do Governo, há pouco o senhor deve ter ficado entalado e sem conseguir falar porque o Sr. Presidente do Governo não o deixou e não podia aliás regimentalmente, por isso deixe-me dizer-lhe duas coisas. O senhor mais uma vez, como comprovadamente, repetidamente e recorrentemente faz, não é sério naquilo que diz.

Não é sério porque o senhor pegou no IVA sabendo perfeitamente, em termos formais, não reduz um ponto nos Açores. Acha que uma descida de um ponto a nível nacional não se reflecte no conjunto da economia açoriana, acha que não?

Então se é assim lamento. A única coisa que lamento é pura e simplesmente o facto do senhor dizer isso sabendo à partida que obviamente tem reflexos. Não tenha dúvidas que tem.

Depois falou nas parcerias público-privadas que aqui não existem nem se perspectivam fazer.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Existem, existem.

O Orador: As parcerias público-privadas, como ontem referimos, são as tais responsáveis pelos seis submarinos. Em termos de equilíbrio financeiro, em termos de previsibilidade financeira, acha que a existência de parcerias público-privadas não poderão fazer perigar, designadamente as transferências que vêm para os Açores? Acha que não? Acha que não tem nenhum peso?

E já agora digo-lhe: a sua pouca seriedade reflecte-se em todos os pontos que estão aqui, o senhor apontou dois e disse que isto não prestava para nada.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não disse isso.

O Orador: Eu dou-lhe só por exemplo, porque é que o senhor não falou na manutenção do cabaz alimentar do IVA a 6% que aqui vem nestas propostas. O senhor não falou nisso. O senhor sabe que o leite com chocolate vai passar a ter um IVA a nível nacional de 23%?

Então seja sério e tal como fez a Sra. Deputada Zuraída Soares não destrua.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Tudo o que tem para dar mais dinheiro às pessoas e empresas é bom.

O Orador: Seja correcto e reconheça aquilo que é bom, não apenas através dos apartes.

Deputado José San-Bento (PS): E o leite sem chocolate quanto é que é?

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

***Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu julgo que temos toda a legitimidade em discutir aqui neste Parlamento todos os assuntos que condicionam, digamos, a economia regional, o nosso desenvolvimento, o bem-estar e a qualidade de vida dos açorianos. E portanto julgo que noutros momentos aqui têm sido dito, e por várias vezes, e repetidamente, que nós não vivemos sozinhos. Se serve para uma coisa, deve servir para outra.

E gostava ainda de dizer o seguinte: é evidente que todos ficámos satisfeitos, e penso que essa satisfação é transversal a todas as bancadas, por estar garantido o cumprimento integral da Lei de Finanças Regionais. Mas não podemos deixar de

ficar preocupados com a diminuição das transferências do Orçamento Geral do Estado para a Região e que ascendem a 39 milhões de euros...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Outro dia eram 22, hoje já subiu.

O Orador: Não, não, 39. A Sra. Deputada Zuraida Soares arredondou para 40 milhões.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Isso é completamente falso!

O Orador: Eu posso dizer exactamente quanto é que são: 39 milhões, trezentos e noventa e três mil e quatrocentos e quinze euros.

Não posso deixar de estar preocupado com isso porque afectam Juntas de Freguesia, afectam Câmaras Municipais, afectam o próprio orçamento regional e também aquilo que decorre do que é o investimento central do Estado que também teve de redução. Contas feitas desde o pouco mais de meio milhão para as Juntas de Freguesia até aos valores mais superiores, dá então os tais 39 milhões de euros e não podemos deixar de estar preocupados com isso...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): As câmaras também contribuem.

O Orador: Mas estamos preocupados com outro tipo de coisas que afectam todos os portugueses independentemente do local onde eles vivam e que tem a ver com o aumento da carga fiscal dessa brutalidade, por exemplo, que é o IVA (e que ainda agora acabou de dizer aqui, exemplificar), mas também a diminuição dos rendimentos por via do aumento da carga fiscal em sede de IRS.

Não podemos deixar de estar preocupados com as implicações que isso vai ter nos Açores, a redução dos salários da Administração Pública, o congelamento das pensões, etc., e tudo o que isso vai trazer de mau para a economia regional e tudo o que isso vai trazer de perverso para as empresas, para as pequenas e médias empresas da Região.

Ora bem, isso tudo em nome de uma coisa que nos preocupa a todos e muito. Mas a verdade é esta meus caros senhores, e é bom que as açorianas e os açorianos fiquem a saber que estas medidas ...

Presidente: Agradecia que terminasse Sr. Deputado.

O Orador: Vou já terminar Sr. Presidente, muito obrigado.

... destinam-se a reduzir o défice. Estamos de acordo. Agora, há outros caminhos. Foram autorizadas - e isto é do jornal da União Europeia - transferências para a banca. A União Europeia autorizou o Estado Português a transferir para auxiliar a banca 12 mil cento e quarenta e seis vírgula dois milhões de euros, jornal da União Europeia.

Ora bem, então porque é que se dá este dinheiro à banca e porque é que se vai retirar às açorianas e aos açorianos, e aos portugueses em geral? E porque é que se dá este dinheiro à banca quando afinal de contas se calhar o problema reside é aqui, reside em tudo aquilo que os senhores fizeram ao longo destes trinta e tal anos que destruíram a economia nacional?

Muito obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado António Marinho pede a palavra para?

António Marinho (PSD): Para um protesto.

Presidente: Tem três minutos, Sr. Deputado.

***Deputado António Marinho (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É um protesto que tem a ver, não com a intervenção do Deputado Aníbal Pires, mas (é fora de tempo) ...

(Vozes inaudíveis da Câmara)

O Orador: ... só para informar que o Sr. Vice-Presidente do Governo mais uma vez induziu os açorianos em erro.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Isso é um protesto ou é uma intervenção!

O Orador: Não, não. É por induzir em erro os açorianos e daí o nosso protesto.

Se a proposta que consta da proposta orçamental se for avante o IVA, que passará a 23%, será de 16% nos Açores. Se for a proposta do PSD será de 15%, ou seja, não aumentará se quer um ponto. É só fazer as contas, Sr. Vice-Presidente.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): 15,4%.

O Orador: E da próxima vez não induza em erro os açorianos, não engane os açorianos.

Deputados Clélio Meneses e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Vice-Presidente, tem três minutos.

***Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo: Muito rápido e não vamos estar aqui a discutir esta taxa de variação, mas informo que aquilo que o Sr. Deputado reafirmou não corresponde à realidade, porque o ajustamento são 15,4 %, ou seja, superior a 15% e por essa via aplica-se a taxa de 16%.

Deputado António Marinho (PSD): O senhor não está bom ou não sabe fazer as contas!

Presidente: Para encerrar o debate tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

***Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo: Eu bem compreendo que ficaram alguns assuntos pendentes entre o PSD e a declaração política do PSD, e, digamos, os comentários do PS e da bancada do Governo, e que aproveitaram esta oportunidade para o fazer...

(Apartes entre os Deputados das bancadas do PSD, PS e Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados. Faça favor de continuar.

A Oradora: Muito obrigada Sr. Presidente.

Estejam à vontade para continuar a fazê-lo porque eu posso bem esperar para continuar a dizer aquilo que tenho para dizer. Sintam-se à vontade! Resolvam todos os problemas agora para depois podermos continuar o debate.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados. Está no uso da palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

A Oradora: Muito obrigada Sr. Presidente.

Mas para terminar este debate eu gostaria, Sr. Deputado António Marinho, de ter um pouco da sua atenção para protestar. Eu queria protestar Sr. Deputado e vou-lhe explicar porque é que quero protestar. É que eu acho, vai-me permitir o termo, mas é aquele que me sai neste momento, indecoroso, indecoroso no mínimo que o Sr. Deputado António Marinho esteja agora preocupado e solidário com a preocupação do seu líder nacional com o leite achocolatado, quando há muito poucos meses atrás, aquando da votação do último Programa de Estabilidade e Crescimento, nem o Sr. Deputado António Marinho, nem o PSD, nem o seu líder nacional, tiveram qualquer reбуço em participar, concordar e apoiar na diminuição do subsídio de desemprego, na diminuição do subsídio social de desemprego, na diminuição do abono de família, na diminuição do complemento solidário para idosos, na diminuição do rendimento social de inserção, na diminuição de apoios sociais indiferenciados, na diminuição, ou melhor, no aumento do preço dos medicamentos. Nada disto os preocupou, pelo contrário, pediram desculpa depois porque ficaram enfim comovidos com os estragos que tinham feito, mas fizeram-no, mas agora o Sr. Deputado António Marinho está enfim contente porque finalmente há uma proposta do seu líder nacional para que o leite achocolatado não seja mais penalizado do que aquilo que tem sido.

Deputado António Marinho (PSD): Oh Sra. Deputada! É uma vergonha!

A Oradora: Sinceramente, Sr. Deputado, eu protesto também.

E para terminar gostaria de acrescentar o seguinte: a Região, foi dito mais do que uma vez também pelo Sr. Presidente do Governo Regional, e o Bloco de Esquerda concorda, deve ser solidária com o país ainda que de forma simbólica, que aliás outra coisa não se esperaria porque penalizada já ela é pela sua própria natureza, portanto a nossa participação solidária deve ser simbólica. Estamos de acordo.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Nisso estamos de acordo. Mas não foi isso que disse ali.

A Oradora: Mas agora ser solidário com o país, para nós, é ser solidário com as pessoas, ou seja, o país não é o Governo, o país são as pessoas e portanto ser solidário só pode ser, mesmo que de forma simbólica, só pode ser para o Bloco de Esquerda recusar este Orçamento de Estado, em nome da qualidade de vida das pessoas, em nome da dignidade na velhice, em nome do emprego, em nome do futuro para os jovens, em qualquer parte e em qualquer Região deste país. E portanto, ser solidário, ainda que de forma simbólica, para o Bloco de Esquerda, só pode ser entendido como os Deputados do Partido Socialista na Assembleia da República irão votar, com certeza, contra este Orçamento de Estado.

Muito obrigada.

Deputado Mário Moniz (BE): Muito bem!

Deputado António Marinho (PSD): Sra. Deputada, a senhora normalmente não é demagógica!

Deputado José San-Bento (PSD): Normalmente! Não faz outra coisa!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados terminámos este debate. Vamos fazer um intervalo de 30 minutos. Recomeçamos os nossos trabalhos às 12 horas. Até já.

(Eram 11 horas e 30 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos reiniciar os nossos trabalhos. Agradecia que reocupassem os vossos lugares.

(Eram 12 horas e 05 minutos)

Presidente: E vamos retomá-los exactamente ao nível do debate onde o deixámos, ao nível das intervenções de interesse político relevante, na terça-feira, ou seja, na sequência de uma intervenção do Sr. Deputado Luís Silveira. Temos Deputados inscritos que ainda não falaram: os Deputados Mark Marques, Rogério Veiros, Domingos Cunha e Paula Bettencourt.

Agradecia que se sentassem. Começo por dar a palavra ao Sr. Deputado Mark Marques.

Deputado Mark Marques (PSD): Prescindo.

Presidente: Prescinde. O Sr. Deputado Rogério Veiros tem a palavra.

***Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Após a intervenção feita pelo Sr. Deputado Luís Silveira sobre a saúde em S. Jorge e mais concretamente sobre o funcionamento do Centro de Saúde de Velas, eu gostaria aqui de chamar-lhe a atenção para algumas questões que já tivemos ocasião de debater em S. Jorge, aquando de um debate na rádio que o senhor agora decidiu trazê-lo ao Plenário.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não pode?

O Orador: Acho muito bem, não estou a dizer que não pode Sr. Deputado Artur Lima.

De qualquer das formas há questões que o senhor levantou durante o debate, e que volta a levantar hoje, e que me parecem um pouco incorrectas na forma e no tom como o Sr. Deputado Luís Silveira do PP, e também em determinadas partes o senhor jornalista, ao longo do debate foram tecendo críticas à saúde em S. Jorge.

É óbvio que nem tudo está bem, nunca tudo esteve bem, nem nunca tudo estará bem e por isso é que nós estamos aqui para melhorar. De qualquer das formas, há questões que me parecem, que demonstram alguma desatenção por parte do Sr. Deputado que muitas das vezes acompanha as publicações no jornal oficial com muita atenção e que depois esquece-se de acompanhar outras que também são importantes.

E é bom que o Sr. Deputado saiba que neste momento está a decorrer concurso para dois médicos de medicina geral para S. Jorge, que está a decorrer concurso para mais dois enfermeiros e que desde que a Unidade de Saúde de Ilha está em funcionamento nós temos mais um assistente social, temos mais uma terapeuta da fala, temos muitos outros técnicos, mais técnicos de fisioterapia, ou seja, estamos a melhorar os cuidados de saúde prestados ao utente. É preciso que nós saibamos todos que o Serviço Regional de Saúde existe em função do utente e para o utente e o Deputado do Partido Socialista está disponível para vir aqui defender as opiniões de dois ou três grupos de pressão sobre alguns interesses que estão

instalados na saúde, ou seja, a Unidade de Saúde de Ilha tem que gerir os seus recursos humanos, financeiros, ao serviço dos utentes de S. Jorge e enquanto Deputado é com bastante satisfação que tenho assistido a menos críticas por parte dos utentes da saúde, nomeadamente em relação ao Centro de Saúde de Velas. A Unidade de Saúde de Ilha tem a obrigação e o dever de fazer cumprir as regras de funcionamento e o bom serviço em nome dos utentes.

E nós temos tido, mesmo nos últimos tempos, bons indicadores em algumas áreas, onde temos, por exemplo, nas consultas de especialidade este ano, pela primeira vez, e desde há muito tempo não havia consultas de especialidade, na área da pediatria e temos outras especialidades que este ano têm ido a S. Jorge.

O senhor alertou para a questão do médico dentista. Nós temos, e se tudo correr bem, no próximo mês entra um médico bolseiro ao serviço na Unidade de Saúde de Ilha para termos um médico residente na área da medicina dentária. E isso é que é fundamental, isso é que é importante.

Presidente: Agradecia que terminasse Sr. Deputado.

O Orador: Termina já Sr. Presidente.

Porque é mais importante termos técnicos de saúde ao serviço da saúde em S. Jorge e ao serviço dos jorgenses, do que estarmos a pagar, muitas das vezes, para alguns especialistas irem lá temporariamente fazer serviço, que também é importante, mas neste acaso gere-se melhor a saúde tendo esse tipo de serviços lá em S. Jorge.

De qualquer das formas há muitas outras questões que também são precisas de dizer. É que o Sr. Deputado, e a reboque de outras opiniões que ouviu, veio a terreiro defender algumas questões, mas a Unidade de Saúde de Ilha está a fazer um bom trabalho pela saúde em S. Jorge, está a gerir melhor os seus recursos e no que toca a substituir funcionários indiferenciados por técnicos que trabalham ao serviço de melhores cuidados de saúde, a Unidade de Saúde de Ilha está a trabalhar bem e a fazer aquilo que é necessário.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Domingos Cunha tem a palavra.

Deputado Domingos Cunha (PS): Prescindo.

Presidente: Prescinde. Sra. Deputada Paula Bettencourt tem a palavra.

***Deputada Paula Bettencourt (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Luís Silveira vem a este Plenário como se fosse arauto defensor da saúde em S. Jorge, no entanto, todos nós nos preocupamos com a saúde e com a qualidade de vida dos açorianos e consequentemente com a saúde e com a qualidade de vida dos jorgenses. Pelo que fica mal ao Sr. Deputado Luís Silveira o tom que usou na sua intervenção, como se o senhor fosse o único que se importasse com os jorgenses e com a ilha de S. Jorge e como se os outros Deputados que aqui estão não estivessem também aqui com o intuito de fazer o melhor pelos Açores e pelos açorianos, e neste caso, pela ilha de S. Jorge.

Agora se já me parece mal o tom que o Sr. Deputado utilizou, ainda me parece pior que venha a esta casa com argumentos incorrectos.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quais são?

A Oradora: O Sr. Deputado levanta-nos aqui a questão da evacuação de doentes urgentes, mas parece-me que o Sr. Deputado já há algum tempo não se debruça sobre esta questão.

Em Julho de 2009 procedeu-se a uma alteração relativamente às evacuações e segundo a qual é o médico que atende presencialmente o doente que compete determinar se este deve ser ou não evacuado, e não ao médico da especialidade do hospital de referência, como o senhor referiu na sua intervenção.

Também gostaria de informar o Sr. Deputado Luís Silveira de que foi contratado, recentemente, um assistente técnico para a Unidade de Saúde da Ilha de S. Jorge e de que está aberto um concurso para a contratação de mais um assistente técnico.

Estas contratações vêm de encontro às recomendações do Conselho de Ilha de S. Jorge, aquando da visita estatutária do Governo, em Julho passado, e vêm demonstrar que o Governo Regional tem procurado sempre resolver os problemas que ainda persistem na área da saúde na ilha de S. Jorge.

No entanto, é verdade que em S. Jorge existem problemas para resolver, porque em política nunca está tudo feito.

O Sr. Deputado Luís Silveira já nesta casa me apelidou de “bendizenta”, o que não me ofendeu de qualquer forma, pois tal como nessa altura lhe referi, continuo a afirmar que sempre preferi que me apelidassem de “bendizenta”, ao invés de “maldizenta”, porque mesmo sendo “bendizenta” eu consigo falar do que de bom foi feito e reconhecer que há sempre mais a fazer. Agora o Sr. Deputado por sua vez sabe falar mal, mas é incapaz de reconhecer a obra do Partido Socialista na ilha de S. Jorge.

Presidente: Sr. Deputado Luís Silveira tem a palavra.

***Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de começar esta intervenção pelas declarações do Sr. Deputado Viveiros Cabral que aqui veio dizer-nos que em 2008 tínhamos 10 médicos de clínica geral em S. Jorge. Dizer ao Sr. Deputado que deveria actualizar as suas folhas e os seus ficheiros porque, como o senhor diz, à distância de um clique, consegue-se ver que de 2008 para 2010 passámos de 10 para 7. O que o senhor aqui veio dizer foi contrariar o que eu disse que hoje tínhamos. Afinal só vem provar que de 2008 para 2010 passámos de 10 para 7. Foi isso que o senhor disse.

Pensei que o senhor ia falar na questão dos médicos dentistas, não percebi se enquanto gestor e subordinado do Governo em relação à saúde oral nos Açores, se enquanto Deputado Regional. O facto é que o senhor não falou no assunto e o facto é que há 4 meses que não temos em S. Jorge um médico dentista.

Deputado Rogério Veiros (PS): Já respondi a isso.

O Orador: É essa a verdade e que agora foi anunciada pelo Sr. Deputado Rogério Veiros que vamos tê-lo a tempo inteiro.

Deputado Rogério Veiros (PS): Já lhe respondo Sr. Deputado.

O Orador: Sai mais benéfico à Região, mais barato e mais acessível, que esteja lá a tempo inteiro e não de vez em quando. Concordamos, mas o Governo do Partido Socialista está no Governo há 13 anos e continuamente tem ido sempre só de vez em quando. Portanto, tardiamente. Se vamos ter agora a tempo inteiro congratulo-me com isso, mas não justifica que há 4 meses que ele não vá lá. É essa a verdade.

Depois, Sr. Deputado Rogério Veiros, o senhor de facto vem aqui com uma série de afirmações, dizer que o tom com que eu fiz a minha intervenção não é adequado. Eu não percebo qual é o tom. Eu leio e faço-a no tom que é o meu tom próprio. Acho que cada um tem a legitimidade de o fazer da forma que o entende.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Depois, que estou desatento, que não vejo no Jornal Oficial que está a decorrer um concurso para médicos de clínica geral, que estamos a melhorar nos cuidados de saúde em S. Jorge, que eu vim aqui foi defender os interesses instalados na saúde em S. Jorge de dois ou três e gostaria que classificasse quem são esses dois ou três interesses...

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: ... porque eu não percebi quais são, porque eu aqui estou para defender os jorgenses que me elegeram, não estou para defender o Partido Socialista nem as suas políticas.

Depois dizer que eu vim aqui a reboque de outros e que a Unidade de Saúde de Ilha está a trabalhar muito bem. Dizer, Sr. Deputado, que não é aquilo que diz o Partido Socialista. O Partido Socialista há duas semanas em S. Jorge, e como tive oportunidade de frisar na minha intervenção, fez um comunicado que está aqui assinado do dia 24 de Setembro de 2010, que diz entre muitas outras coisas o seguinte...

Presidente: Agradecia que terminasse Sr. Deputado.

O Orador: Termino já Sr. Presidente.

... “Até quando estará a cozinha encerrada? O porquê desta constante falta de pessoal? O que causou a transferência de serviços de contabilidade e de pessoal e aprovisionamento para o Centro de Saúde da Calheta?”.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: O Partido Socialista das Velas há duas semanas é que questionou não sei quem, quando é o Partido Socialista que gere a saúde em S. Jorge e na Região. Quem é que o Partido Socialista está a interrogar?

É o Partido Socialista e o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Velas que há duas semanas na Assembleia Municipal fez questão de afirmar que a saúde no

Concelho de Velas ia de mal a pior e que não podia pactuar com a gestão da forma que ela estava a ser feita na saúde, e que tinha escrito ao Sr. Presidente do Governo a pedir-lhe esclarecimentos da forma como as coisas estavam a decorrer.

Portanto, não me venha acusar de eu vir com irresponsabilidade, vir atrás de dois ou três, quando é o Partido Socialista que levantou o problema. É essa a verdade.

Mas numa segunda intervenção, porque o meu tempo acabou agora, eu já lhe explico o resto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Rogério Veiros tem a palavra.

***Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No que diz respeito à questão dos médicos dentistas é preciso que o senhor saiba que já foi aberto concurso para médicos dentistas mais do que uma vez. Como os concursos são abertos em conjunto, ainda da última vez o médico dentista que ficou colocado na Unidade de Saúde da Ilha de S. Jorge deslocou-se. Optou por outro concurso e está neste momento na Ribeira Grande, ou seja, os concursos têm sido abertos, tem sido feito aquilo que é necessário fazer, contudo nós não temos tido...

Deputado Abel Moreira (CDS/PP): Quase perdido!

O Orador: ... a felicidade de preencher os lugares para os quais foram abertos. Da mesma forma que estão abertos neste momento para dois médicos de clínica geral e no dia 1 de Novembro entra ao serviço um médico de clínica geral só para fazer urgências e libertar os médicos de S. Jorge para poderem dar mais consultas de medicina familiar, e assim prestarmos melhor serviço e qualidade aos utentes em S. Jorge.

De qualquer das formas nós actualmente temos 7 médicos, menos que em 2008.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah! Então explique a esse senhor!

O Orador: Vamos completar...temos duas vagas abertas e entra ao serviço no dia 1 de Novembro mais um.

Agora o seu líder do partido é que disse 4 médicos na Graciosa era muito médico, não percebo porque é que a aplicação e o critério para a Graciosa é diferente de S. Jorge. Os senhores entendam-se, não sei o que se passa aí!

Relativamente ao comunicado e às declarações do Sr. Presidente da Câmara Municipal das Velas é assim: no Partido Socialista nós temos e defendemos a política de saúde do Governo Regional, contudo Sr. Deputado, as nossas estruturas são livres de terem opiniões sobre determinadas matérias e nós, Partido Socialista, também Grupo Parlamentar como o Partido Socialista Açores, é livre de discordar da opinião das estruturas. Nós não somos o partido da “lei da rolha”. Agora gostaria de lhe dizer que embora o senhor tenha ido a reboque dum comunicado do Partido Socialista, já tive a ocasião de ir reunir com a estrutura do Partido Socialista de Velas e de lhe explicar que as coisas não são bem assim. Da mesma maneira que fechou uma cozinha no Centro de Saúde de Velas, fechou também uma lavandaria no Centro de Saúde da Calheta, da mesma maneira que nós só temos centralizada a medicina dentária no Centro de Saúde de Velas e só temos centralizadas a medicina ou as consultas de oftalmologia no Centro de Saúde de Velas, originando a deslocação dos restantes utentes da ilha ao Centro de Saúde de Velas. Ou seja, há aqui divisão de serviços que está a ser feita e promovida pela Unidade de Saúde de Ilha e que no nosso entender é uma boa gestão dos recursos que estão disponíveis para os jorgenses, melhorando a qualidade dos serviços prestados e é para isso que a saúde e o Serviço Regional de Saúde deve trabalhar. O utente é o principal objecto da prestação de cuidados de saúde.

Relativamente à questão ainda levantada pelo Sr. Deputado e que tem a ver com números que nós prestamos na saúde, eu queria dizer-lhe que as consultas de especialidade em S. Jorge têm tido nos últimos anos uma evolução muito boa...

Presidente: Agradecia que terminasse Sr. Deputado.

O Orador: ... e que temos poupado aos jorgenses muitas deslocações, levando os especialistas a S. Jorge. Essa é uma obra dos socialistas muito importante a favor dos jorgenses e o Serviço Regional de Saúde tem prestado cada vez melhores cuidados de saúde de forma diferenciada até do território nacional, onde temos uma saúde universal, sem pagamento de taxas, com acesso para todos. Essa é uma

política assumida pelo Governo Regional do Partido Socialista e a saúde nos Açores está melhor do que no todo do território e em muitas outras economias do mundo.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Luís Silveira tem a palavra.

***Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Rogério Veiros de facto parece que agora é prática comum todas as vezes que nesta casa se levanta um problema desta Região, seja ele de saúde ou de outro tema qualquer, a desculpa é que nós podemos estar mal porque há outros que estão piores. Nós podemos estar mal com a saúde na Região, porque a nível nacional ainda é pior do que na Região.

Oh Sr. Deputado, francamente! Discuta frente a frente comigo os problemas que eu levantei, aqui nesta casa, com a minha intervenção.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: O senhor já afirmou nas duas intervenções que fez, que a Unidade de Saúde de Ilha tem uma boa gestão, uma gestão criteriosa e uma gestão eficiente com racionalização de recursos, por isso tem lavandaria num lado e cozinha noutro, e por aí fora.

O que o senhor não falou é importante, Sr. Deputado. O que é importante é analisar aquilo que disse o Tribunal de Contas em relação à gestão da Unidade de Saúde de Ilha e disso o senhor não falou e eu levantei ali um problema.

Deputado Ricardo Cabral (PS): É importante ou não?

O Orador: O Tribunal de Contas é que diz no seu relatório, o senhor com certeza deve ter lido, que a Unidade de Saúde de Ilha tem uma má gestão, que a Unidade de Saúde de Ilha gastou em 2008, no relatório apresentado em Abril deste ano de 2010, mais um milhão e quatrocentos mil euros que aquilo que estava orçamentado sem justificação para tal.

Então onde é que está essa boa racionalização dos recursos? Então fecha-se num lado e abre-se noutro, centraliza-se serviços para ter melhores recursos e gasta-se mais dinheiro? Não se percebe porquê.

Depois há outra questão. A saúde está melhor em S. Jorge. Não é o que dizem os utentes de S. Jorge. O senhor sabe, que tal como eu, também é procurado por muitos utentes em S. Jorge com críticas constantes da forma como as coisas estão a acontecer, especialmente no Centro de Saúde de Velas. É essa a verdade. E se o senhor quiser admitir, sabe que é procurado.

E depois gostaria de dizer à Sra. Deputada Paula Bettencourt, que não me esqueci de si.

Deputada Paula Bettencourt (PS): Ainda bem!

O Orador: Dizer-lhe que não sou arauto nem defensor da saúde sozinho em S. Jorge...

Deputada Paula Bettencourt (PS): Acho bem!

O Orador: ... mas não preciso vir aqui dizer aquilo que está bem, porque isso os senhores fazem questão de o afirmar todos os dias. É preciso é chamar a atenção daqueles que são os problemas, porque o que está bem os senhores publicitam todo o dia e todos os dias, esquecem-se é de chamar a atenção do que está mal. É essa a verdade.

E depois parece-me muito mal a senhora vir aqui defender o seu Partido Socialista e não defender aqueles que a procuram com problemas na sua saúde em S. Jorge.

Deputada Paula Bettencourt (PS): Acho que não!

O Orador: Que também a procuram. Porque muitas vezes vão ao meu gabinete e dizem que já vêm do seu, de terem falado consigo. É isso que me transmitem.

Deputada Paula Bettencourt (PS): Ah, dizem isso!

O Orador: E eu nunca a vi nesta casa defender nenhum dos problemas que eles lhe transmitem. Eu faço-o. É esse o meu dever enquanto Deputado.

E dizer-lhe mais uma coisa. Em relação às evacuações, foi o Governo, em nota do GACs, que levantou um inquérito em relação às evacuações, sobretudo de S. Jorge, porque estava a correr mal o processo, porque houve perdas de vidas humanas...

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Termino já Sr. Presidente.

... e o Sr. Deputado Rogério Veiros se aqui quiser confirmar sabe que chegou a ser chamado, ainda durante o decorrer deste ano, ao Centro de Saúde da Calheta, a

altas horas da madrugada, por causa de um médico de clínica geral ter um utente à sua frente, um jovem de 21 anos, após um acidente, que tinha perdido muito sangue. O médico estava sem saber o que é que lhe podia fazer, porque estava a dizer que ia perder a vida daquele jovem e o Hospital de referência não queria fazer a evacuação. Já se tinha chamado ao Centro de Saúde o Presidente da Unidade de Ilha e em último recurso chamou-se o Sr. Deputado da cor do partido do Governo para se tentar fazer a evacuação, porque o médico estava a afirmar que ia perder a vida daquele jovem de 21 anos e que tinha perdido um há poucos dias, saído de S. Jorge. É essa a verdade em relação às evacuações.

E o Sr. Deputado sabe que foi chamado de madrugada e que lhe telefonaram para o senhor interferir. Se quiser ser honesto pode-o afirmar aqui dentro.

Deputado Francisco César (PS): Não se diz essas coisas! O senhor só diz o que está mal.

O Orador: É essa a verdade do sistema de evacuações na Região e em concreto em S. Jorge.

Muito obrigado.

Presidente: Sra. Deputada Paula Bettencourt tem a palavra.

***Deputada Paula Bettencourt (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de dizer ao Sr. Deputado Luís Silveira que até hoje, desde que eu aqui estou como Deputada, só se dirigiu a mim uma pessoa, uma única pessoa, um único utente do Serviço de Saúde da Unidade de Ilha de S. Jorge que falou comigo e eu, portanto, prontifiquei-me a tentar resolver a situação da pessoa em questão. Mas uma única pessoa. Portanto o senhor não me venha aqui dizer que vêm inúmeras pessoas ao meu gabinete e que depois vão ao seu, porque se não o senhor vai-me dizer aqui quais são os nomes dessas pessoas, porque eu quero saber quem são. É só isso. Uma única pessoa, Sr. Deputado.

Muito obrigada.

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Vou-lhe fazer uma folha Excel para lhe entregar!

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD e do CDS/PP)

Presidente: Sr. Deputado Rogério Veiros, tem a palavra.

***Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Luís Silveira, o senhor leu o relatório do Tribunal de Contas e devia perceber quais são as variáveis que afectam o orçamento da Unidade de Saúde de Ilha e se as variáveis, sobretudo as maiores variáveis de custos, têm a ver com a prescrição médica e com as análises.

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Não é verdade!

O Orador: Não tem a ver com flutuação de custos de pessoal nem com outros custos que são mais ou menos fixos...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Então quais são?

O Orador: ... e por isso o Sr. Deputado Luís Silveira deve saber que quando se autoriza mais prescrição médica na farmácia, ou quando se autorizam mais análises clínicas, têm uma influência muito relevante no orçamento e que jamais qualquer Conselho de Administração ou qualquer Governo...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso não é verdade!

O Orador: ... deve deixar de pôr em causa os legítimos interesses de quem procura o Serviço Regional de Saúde e precisa de medicamentos ou de análises clínicas para tratar da sua saúde. Por isso nós nunca pomos isso em causa, nem nunca vamos pôr em causa seja ele qual for o Conselho de Administração, e enquanto o Governo do Partido Socialista cá estiver a saúde dos açorianos estará em primeiro lugar.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Depois há outra questão que eu lhe queria dizer. É verdade que fui chamado, sim senhor...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Então é verdade sobre a evacuação.

O Orador: ... de madrugada, por uma família amiga numa situação de desespero num acidente de um filho, mas Sr. Deputado, também não é verdade que o médico de clínica geral de S. Jorge queria desencadear a evacuação e que o Hospital de

referência não o autorizava. Mas também é verdade que o Sr. Secretário Regional já deu instruções e que a partir dessa nota de publicação do GACs que o senhor muito bem leu, já foram alterados os sistemas e as regras de evacuação e neste momento qualquer médico em S. Jorge não está a ter problemas de qualquer espécie em evacuação de utentes ou de doentes em situação de emergência, e por isso as coisas estão a correr bem em relação a essa matéria.

Também lhe queria dizer, Sr. Deputado, que a forma como o senhor fala sobre a saúde em S. Jorge, quem o ouve parece que aquilo é o caos absoluto e não é caos absoluto Sr. Deputado, porque também, da mesma forma que o senhor é procurado, eu também sou por muitos utentes. É com grande satisfação que deparo com menos procura por parte dos utentes, desde que a Unidade de Saúde de Ilha tem tomado algumas medidas de gestão da saúde em S. Jorge, porque, eu volto a dizer, o Serviço Regional de Saúde está em função do utente ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Devia estar!

O Orador:... e é para o utente que ele tem de trabalhar e nós continuaremos aqui a defender os utentes. E em momento algum os cuidados de saúde em S. Jorge, melhores serviços e mais serviços foram postos em causa pelo Governo Socialista e as pessoas em S. Jorge têm acesso a mais cuidados de saúde, a mais consultas de especialidade, a mais serviços de saúde, nomeadamente, como foi recentemente feito na área da mamografia, ou seja, a saúde está a evoluir.

Presidente: Agradecia que terminasse Sr. Deputado.

O Orador: Sabemos que a saúde é um serviço caro, é um serviço que cada vez custa mais aos cofres regionais e ao orçamento regional, mas nós nunca pusemos em causa os cuidados de saúde prestados aos açorianos e, neste particular aos jorgenses e os jorgenses têm melhores cuidados de saúde e a saúde está a evoluir.

Muito obrigado.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Luís Silveira tem a palavra.

***Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Rogério Veiros vou-lhe ler o último parágrafo do relatório de contas do Tribunal em relação à Unidade de Ilha de S. Jorge. Diz assim: “Não traduz de forma verdadeira e apropriada a execução orçamental da sua gerência”. É isto que diz o relatório do Tribunal de Contas na sua página 9. Não sou eu que o digo.

Depois em relação ao estarmos muito bem na saúde em S. Jorge, Sr. Deputado, o senhor acabou de dizer que é, ao contrário do que acontece com a Deputada Paula Bettencourt, procurado por muitos utentes, ela foi só por um, o senhor diz que é por muitos. Se o senhor é procurado por muitos certamente não é para lhe irem dizer que estão satisfeitos, é para lhe levar os seus problemas.

Deputado Rogério Veiros (PS): Estou a dizer-lhe que à menos procura.

O Orador: Por isso o senhor é procurado por muitos, é essa a verdade, tal como eu também sou.

Depois dizer-lhe que aquilo que o senhor aqui está a fazer não é a desmentir o Deputado do CDS, que traz os problemas de saúde aqui. O que o senhor está aqui a fazer é desmentir os utentes da saúde em S. Jorge, a desmentir o Partido Socialista de S. Jorge...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador:... e a desmentir o Presidente da Câmara Municipal de Velas e ex-deputado desta casa durante dois mandatos e qualquer coisa do Partido Socialista. É isso que o senhor está a fazer aqui dentro. O senhor e a Sra. Deputada Paula Bettencourt, que aqui já frisei e volto a frisar, deviam estar era a defender quem os elegeu e quem tem problemas.

Deputado Ricardo Cabral (PS): É isso que estamos aqui a fazer.

O Orador: É isso que eu faço. Os senhores fazem o seu trabalho à sua maneira.

E depois gostaria de lhe dizer que o senhor falou, falou, mas das inúmeras situações que eu levantei na minha intervenção o senhor não falou. O senhor continua sem falar. Falou na cozinha e falou na lavandaria, não falou na questão da esterilização, não falou na questão que eu levantei ontem ali e que levantei em Julho na sessão de perguntas ao Governo de uma carrinha que foi comprada por 60 mil euros, um ambulatório ambulante, que nunca serviu para nada e que está lá a enferrujar. 12 mil contos, 60 mil euros e que continuam, dia a dia, a transportar,

nessa tal gestão, da Calheta para as Velas, roupa contaminada para a lavandaria das Velas, em simultâneo com material médico esterilizado e a carrinha que depois regressa para a Calheta, leva a roupa lavada da lavandaria das Velas e o material contaminado, em conjunto, para ser esterilizado no autoclave na Calheta. É essa a verdade.

Porque o autoclave das Velas não trabalha há mais de um ano e quando foram pô-lo a trabalhar, ele já não trabalhava, já estava avariado. A bomba de vácuo tinha-se ido embora, ou coisa parecida. É o que acontece.

E também não me vai desmentir que já aconteceram a situações de médicos no Centro de Saúde de Velas de precisarem de utensílios médicos para trabalharem e não os terem, porque eles estavam todos na Calheta para serem esterilizados e houve duas ou três urgências seguidas e o banco não tinha material esterilizado para trabalhar e estive o utente à espera, para vir a correr do autoclave da Calheta trazer meia dúzia de utensílios esterilizados para poderem trabalhar. Não faz sentido. E o autoclave que esterilizava material nas Velas continua lá? Porque é que deixaram de usá-lo? Qual é a garantia e qual é o benefício em termos de custos que tem esterilizar na Calheta e nas Velas quando está lá o funcionário que faz esse serviço...

Presidente: Agradecia que terminasse Sr. Deputado.

O Orador: ... e quando está lá o autoclave que faz o serviço? Não se percebe. É essa a gestão descuidada que se tem em S. Jorge ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É a excelência!

O Orador: ... e que com estas pequenas falhas traz inúmeros constrangimentos à saúde dos utentes em S. Jorge. É essa a verdade, Sr. Deputado.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS/PP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Rogério Veiros tem a palavra.

***Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma última intervenção para lhe dizer, Sr. Deputado, que há questões que têm a ver com serviços, nomeadamente cozinha, lavandaria, outros serviços que em nada, em nada afectam o utente ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Estes afectam!

O Orador: ... e na qualidade do serviço ao utente. Sr. Deputado esses são serviços que até no futuro, na óptica, devem ser contratados em *outsourcing*, ou seja...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Essa é a vossa especialidade!

O Orador: ... devem ser passados para a privada e fica-lhe mal a si, e o senhor está aí em discordância com o seu partido, porque é o partido que geralmente defende a economia de mercado e defende que há serviços que devem ser prestados pelo mercado, e por isso, Sr. Deputado, esses serviços em nada afectam o utente final. O que eu lhe quero aqui dizer é que nós temos tido menos recursos, não de recursos indiferenciados, recursos humanos indiferenciados que estão a ser canalizados para técnicos na área da saúde, para prestar melhores cuidados de saúde aos utentes.

Essa é a nossa política e é a política que está correcta. O Serviço Regional de Saúde está a funcionar em função do utente e vai continuar a funcionar em função do utente e nós ao defendermos isto, estamos a defender quem nos elegeu e estamos a defender os açorianos. Por isso, Sr. Deputado, nas políticas do Partido Socialista, e eu volto a repetir aquilo que disse na minha primeira intervenção, nunca tudo esteve bem, nem tudo está bem, nem nunca vai estar, mas é por isso que o Partido Socialista está aqui a governar e merece a confiança dos açorianos, é porque tem capacidade para melhorar e está a melhorar os cuidados de saúde aos jorgenses e aos açorianos.

Esta foi a minha última intervenção sobre esta matéria. Sr. Deputado peço desculpa por discordarmos em algumas matérias, mas digo-lhe uma coisa: nós não andamos aqui a reboque dos comunicados de outros partidos ou dos comunicados daquilo que acontece.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É do vosso partido!

O Orador: Nós temos a nossa própria política, defendemos as nossas ideias e vivemos num partido plural, com democracia interna, onde não impera a “lei da rolha”.

Presidente: Sr. Deputado Luís Silveira tem a palavra.

***Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para uma última intervenção, também dizer que é lamentável que na bancada do Partido Socialista se tenham levantado três Deputados para responder a uma intervenção do Deputado do CDS, de S. Jorge, para não dizerem nada. Os senhores não foram capazes de defender nenhuma das causas que eu levantei em relação aos constrangimentos que a saúde tem em S. Jorge, e não se percebeu, eu vou voltar a frisar pela última vez. Esse problema...

Deputado Ricardo Cabral (PS): Há ganhos ou não ao nível da saúde em S. Jorge?

O Orador:... é tão comum e tão óbvio...

Deputado Rogério Veiros (PS): A saúde não está melhor em S. Jorge?

O Orador:... que é o próprio Partido Socialista e o Presidente da Câmara das Velas que levantou o problema. O problema não foi levantado só pelo Deputado do CDS e se o senhor já fez questão de dizer que o Deputado do CDS anda a reboque dos comunicados de outros partidos, neste caso concreto do Partido Socialista, é esse o reboque. Ando a reboque das críticas que o Partido Socialista faz à sua própria gestão. Se chama a isso reboque, é verdade sim senhor. Portanto fica-lhe muito mal, e ficou muito mal hoje, nesta casa os senhores não defenderem aqueles que os elegeram para que se tenham melhores cuidados de saúde e não estou aqui a comparar a saúde de hoje com a saúde de há 13 anos atrás do PSD, porque não é isso que nós temos aqui. Se há quatro vezes consecutivas que os eleitores de S. Jorge, e nesta última deram uma maioria ao Partido Socialista pela primeira vez, é para melhorar, não é para comparar com o passado e dizer que no passado não tínhamos consultas de especialidade e que agora temos mais. E então 13 anos é para quê? Não é para melhorar? É para melhorar.

Deputada Paula Bettencourt (PS): É isso que temos feito.

O Orador: Isso não é qualquer desculpa e o senhor nunca me ouviu aqui dizer nas minhas intervenções que hoje estávamos pior do que ao que estávamos há 10, ou há 20, ou há 30, ou há 50 anos atrás.

Eu ontem ouvi da bancada do Governo, o Sr. Vice-Presidente dizer porque é que não recuávamos ao tempo de D. Afonso Henriques, era para comparar.

Portanto não vale a pena estar a comparar com a Madeira, com o país, nem com o que era do tempo do PSD. Nós estamos a comparar com o presente e os senhores não querem assumir a realidade, nem querem comparar com os problemas que temos hoje, nem os querem sobretudo, resolver.

Deputados Ricardo Cabral e Rogério Veiros (PS): Estamos melhor!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para uma intervenção. Tem 3 minutos. Faça favor.

***Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não era para intervir neste debate, que foi brilhantemente defendido pelo Deputado Luís Silveira, mas como o Sr. Deputado Rogério Veiros fez várias, enfim, interrogações e vários apartes àquela que era a posição do CDS sobre os recursos humanos, eu gostaria, com todo o gosto de lhe dar a nossa explicação.

Ninguém nega, e é certo, que tem havido progressos na saúde nos Açores. Ninguém nega isso. Agora isso não nos deve inibir de melhorar a saúde nos Açores...

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: ... e isso não nos deve muito menos inibir de apontar os erros na perspectiva do Governo os melhorar. Foi isso que o Sr. Deputado Luís Silveira aqui fez, e aliás, na sequência de denúncias públicas do Partido Socialista de S. Jorge.

Relativamente àquilo que o Sr. Deputado disse que estamos melhor do que no continente, em muitas áreas estamos, é verdade. Mas há uma área em que não estamos e também reconhecemos o contributo deste Governo para minorizar esse problema, que são as listas de espera. Mas se o Sr. Deputado comparar só esse dado com os dados do continente vê que as nossas listas de espera cirúrgicas ainda

são três vezes mais demoradas do que no continente. Estamos nos 18 meses e no continente é inferior a 6 meses. Só esse dado.

Mas, embora reconhecendo o trabalho que se tem feito nesse sentido de redução e que no último tempo foi acentuado, nós não temos problemas em elogiar, como também não temos em criticar, Sr. Deputado.

Agora quanto à gestão dos recursos humanos e o desafio que os senhores fizeram aí desse lado da Graciosa, e destes e daqueles, ó Sr. Deputado, a gestão dos recursos humanos da saúde é da responsabilidade do Governo Regional dos Açores e, concretamente, do Secretário Regional da Saúde. Portanto, o Sr. Secretário Regional da Saúde é que tem de avaliar quantos médicos tem cada ilha, quantos médicos são precisos e o tal rácio que o senhor falava cabe ao Sr. Secretário da Saúde decidir onde vai colocar os médicos bolseiros. O que eu estranho Sr. Deputado, é que havendo carências graves em determinadas ilhas se opte por pôr ou colocar médicos em ilhas que já cumprem o rácio de um para mil e quinhentos. Foi sempre isso que eu disse aqui nesta casa, Sr. Deputado, e a responsabilidade dessa política de colocação de recursos humanos é do Secretário Regional da Saúde. Portanto tem que ser o Secretário Regional da Saúde a decidir onde é que coloca os médicos: se numa ilha que tem mais falta, se numa que já cumpre o rácio, e por razões que não vale agora a pena aqui discutir, é colocado mais um. Portanto o senhor tem de perguntar é ao Sr. Secretário da Saúde e ao Governo qual é o critério para a colocação de médicos na Região Autónoma dos Açores, não é ao CDS. Nós somos coerentes com aquilo que afirmamos e em nossa opinião deve-se colocar os médicos onde eles são mais precisos, justamente para centrar a saúde no tempo e não no sistema.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

Presidente: Sr. Deputado Rogério Veiros tem a palavra.

***Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu não ia intervir, mas face à intervenção do Sr. Deputado Artur Lima só para lhe dizer e registar a diferença no tom e na forma...

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Os senhores não falam todos no mesmo tom?

O Orador: ... como o líder do CDS/PP Açores se dirige à saúde nos Açores é dissonante em relação ao Sr. Deputado Luís Silveira. Não sei se isso tem a ver com as movimentações na liderança da bancada ou não, mas também lhe queria dizer, Sr. Deputado, que ao contrário daquilo que o senhor disse, eu não preciso de ir perguntar ao Sr. Secretário por uma razão muito simples, Sr. Deputado. É que os rácios em ilhas como as nossas, em que realidades com ilhas com mais do que um concelho, em realidades específicas de cada ilha, não podem ser avaliados por si só, ou seja, nós não podemos achar (e por acaso a saúde em S. Jorge até tem um bom rácio se formos a olhar para esses indicadores) que isso nos satisfaz na política de saúde do Governo Regional. Ou seja, cada ilha é uma ilha, cada caso é um caso e às vezes ilhas onde o rácio resolve o problema porque tem maior população, em ilhas com menos população o rácio não resolve o nosso problema. Por isso, o Sr. Secretário da Saúde tendo sensibilidade para esse problema, tem essa descrição em relação a algumas ilhas.

Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

***Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Oh Sr. Deputado Rogério Veiros, é só para terminar esta intervenção e não falo mais sobre isso. É para lhe dizer que vou fazer um requerimento à vossa bancada para os senhores dizerem o tom em que eu hei-de falar, porque quando falo exaltado, os senhores criticam, quando eu falo calmo, os senhores criticam, e portanto eu gostaria de saber qual é o tom regimental em que a bancada do CDS pode pronunciar-se. Os senhores vão dizer qual é o tom regimental em que nós nos devemos dirigir a esta Câmara e portanto há-de se fazer um requerimento para explicarem em que tom é que nós havemos de fazer e de facto, Sr. Deputado Rogério Veiros, o Deputado Luís Silveira fez aqui uma defesa brilhante no tom apropriado daqueles que são os problemas de saúde da sua ilha e eu, como Presidente desta bancada, estou muito satisfeito com a prestação do Sr. Deputado Luís Silveira, como naturalmente o seu líder há-de estar consigo.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados passamos para a intervenção seguinte. Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No cumprimento do que dispõe e impõe o artigo 87.º do Estatuto Político-Administrativo, o Governo Regional visitou na passada semana a Ilha das Flores.

Ainda antes de pisar solo florentino, por certo que o executivo açoriano...

Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem! Visitou a ilha das Flores!

O Orador: ... terá sido lembrado pela tripulação de cabine do avião que o transportou, que a Ilha das Flores foi classificada como Reserva da Biosfera pela UNESCO, entidade que assim reconheceu a relevância das suas características nos aspectos paisagísticos, geológicos, ambientais e culturais.

Este é um galardão que, se por um lado constitui um certificado de qualidade ambiental atribuído à ilha das Flores, por outro lado obriga a ter bem presente a necessidade de dar resposta aos problemas ambientais ainda existentes naquela ilha, como é o caso das lixeiras e da extracção de inertes.

Chegado às Flores o Governo Regional encontrou uma ilha onde, pela primeira vez, desde o passado mês de Setembro existe e funciona um verdadeiro serviço de transporte colectivo regular de passageiros.

Com a implementação deste serviço, que resulta do concurso internacional lançado pela Secretaria Regional da Ciência Tecnologia e Equipamentos e representa um investimento superior a dois milhões e trezentos mil euros, os florentinos passaram a dispor de um sistema de cinco carreiras, com horários que garantem o transporte dos alunos de e para os estabelecimentos escolares em consonância com os horários lectivos, e permitem uma maior mobilidade de passageiros entre freguesias e entre concelhos, garantindo, finalmente, um transporte público regular de qualidade.

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhoras e Senhores Membros do Governo

Há dois anos atrás o Partido Socialista assumiu um vasto leque de compromissos com os florentinos. E o Governo Regional da responsabilidade do Partido Socialista está a cumprir rigorosamente esses compromissos...

É por isso natural que as inaugurações tenham ocupado uma parte significativa do tempo que o Governo Regional permaneceu nas Flores.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Não ficou foi nada para o Corvo. Foram tantas!

O Orador: Foi inaugurado o Pólo Escolar das Lajes das Flores, um estabelecimento de ensino que conta, entre outras valências, com refeitório, biblioteca, laboratório, salas de música e salas de educação visual e tecnológica, e no qual o Governo Regional investiu cerca de dois milhões de euros.

Foi inaugurada a Unidade de Hidroterapia do Centro de Saúde de Santa Cruz das Flores...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: ... valência que vem proporcionar aos utentes das Flores uma melhor resposta no tratamento de muitas patologias, designadamente as reumáticas, ortopédicas e traumatológicas e que, obviamente, vem também dar resposta a uma doença com particular incidência nas Flores, como é a doença do Machado Joseph. Foi inaugurado o Caminho dos Ferros Velhos, com uma extensão de 9,8 quilómetros, cuja reabilitação se inclui na empreitada de reabilitação de 21,4 quilómetros de estradas regionais naquela ilha, num investimento superior aos quatro milhões de euros.

No âmbito das infra-estruturas de apoio à pecuária foram também inaugurados o caminho Rural da Lomba, com 4,2 quilómetros, cuja beneficiação representou um investimento superior a quinhentos e quarenta mil euros, bem como o Reservatório de Abastecimento de Água à Lavoura, nos Vales, em Santa Cruz, com a capacidade de duzentos e cinquenta metros cúbicos.

Este reservatório, que representa um investimento superior aos cento e setenta mil euros, vai servir quarenta explorações agro-pecuárias com uma área de 100 hectares de pastagem e também a Cooperativa de Lacticínios e o Matadouro.

Foi inaugurada a Sede da Junta de Freguesia da Caveira, após obras de remodelação e ampliação que ascenderam aos cento e sessenta e sete mil euros, suportados em partes iguais pelo Governo Regional e pela Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores.

Para quem é tantas vezes acusado, nomeadamente nesta casa, de nada fazer, havemos todos de convir Senhoras e Senhores Deputados, que, tal como nas anteriores, também nesta legislatura o Governo Regional já tem mesmo muita obra feita nas Flores.

E a obra vai prosseguir, nomeadamente com o Loteamento da Terça, em Santa Cruz, onde o Presidente do Governo Regional presidiu à cerimónia de lançamento da primeira pedra das obras de construção das respectivas infra-estruturas, que compreendem a execução de trabalhos de rede viária, rede de abastecimento de água e drenagem de águas residuais e pluviais, infra-estruturas de telecomunicações, infra-estruturas eléctricas e de iluminação pública e posto de transformação.

Este Loteamento, da responsabilidade da Secretaria Regional do Trabalho e Solidariedade Social, está constituído em 19 lotes, dos quais 18 se destinam à construção de habitação, com tipologias T3 e T4, e um lote está reservado para o desenvolvimento de um equipamento social, de utilização colectiva.

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhoras e Senhores Membros do Governo

Como não podia deixar de ser, o Governo Regional reservou parte importante da visita estatutária às Flores para reuniões e contactos com diversas entidades públicas e privadas (e também e neste âmbito, obviamente, a Sra. Secretária da Educação e Formação trabalhou muito com a escola das Flores, por muito que isto custe e incomode algumas pessoas), ...

Deputado Paulo Estevão (PPM): Se os professores tivessem sabido disso não tinham tido aulas nesse dia.

O Orador:... mas neste conjunto de reuniões e contactos destaca-se a reunião com o Conselho de Ilha, e também o Governo fez, como não podia deixar de ser, o ponto de situação de diversos investimentos em curso.

Neste conjunto, avultam:

- A construção da nova central termoelétrica da ilha das Flores, um investimento que ultrapassa os doze milhões de euros;
- A construção do Núcleo de Recreio Náutico e Edifício de Serviços no Porto das Lajes da Flores, num investimento de cerca de dez milhões de euros;
- A construção do novo pavilhão gimnodesportivo da [Escola Básica Integrada e Secundária das Flores](#), orçado em dois milhões de euros;
- As obras de reabilitação da Fábrica da Baleia do Boqueirão;
- As obras de beneficiação das coberturas do convento de São Boaventura, onde se encontra instalado o Museu das Flores.
- A construção da sala de desmancha do Matadouro das Flores;
- O Centro de Processamento de Resíduos das Flores, um investimento governamental que ronda os seis milhões de euros e cuja entrada em funcionamento, prevista para o próximo Verão, vai permitir acabar com as duas lixeiras a céu aberto existentes na ilha.

Chegado à reunião do Conselho a que obriga o Estatuto Político-Administrativo, o Governo Regional tomou um conjunto significativo de decisões quer de âmbito mais local, quer de dimensão regional.

No primeiro caso, é de salientar:

- A decisão de adjudicar, ainda no corrente ano, a empreitada de reabilitação de 17 quilómetros de Estradas Regionais, no troço compreendido entre o Alto da Matosa e o início da recta das Lajes, um investimento que deverá situar-se na ordem dos quatro milhões de euros, e depois deste, como foi aliás referido no Conselho de Ilha, apenas faltará reabilitar o último troço de estradas daquela ilha;
- Também é de salientar a decisão de lançar no primeiro trimestre de 2011 o procedimento relativo à empreitada de prolongamento da plataforma do Cais Comercial do Porto das Lajes das Flores, em cerca de 50 metros;

- Também a decisão de apoiar a reinstalação da creche e ATL da Casa do Povo das Lajes no edifício da antiga escola primária das Lajes, que entretanto foi transferida para novas instalações, foi uma decisão tomada neste Conselho de Governo;

- Também a decisão de proceder ao reforço da capacidade de congelação diária e de armazenamento de pescado congelado no Entrepasto Frigorífico das Lajes das Flores, com o objectivo de valorizar a produção pesqueira daquela ilha;

- Foi tomada a decisão de criar a Unidade de Saúde da Ilha das Flores, conforme estabelecido no Estatuto do Serviço Regional de Saúde, e aprovar a respectiva orgânica e quadro de pessoal;

- E foi criado o Parque Natural da Ilha das Flores, contexto em que a Rocha dos Bordões é também classificada como monumento natural.

Em termos regionais, e tendo em conta um conjunto de medidas sociais restritivas que se perfilam no plano nacional o Conselho do Governo atento à nossa realidade, deliberou:

- Adoptar os procedimentos tendentes ao aumento, em 2011, do Complemento Regional de Pensão e reformular o Complemento Açoriano ao Abono de Família para crianças e jovens e aprovar uma proposta de Decreto Legislativo Regional que estabelece o regime de dispensa de medicamentos em unidose pelas farmácias hospitalares do Serviço Regional de Saúde, aliás medida cara ao CDS/PP, medida com a qual se pretende reduzir a despesa suportada pelos utentes, mediante a disponibilização da quantidade de medicamentos ajustada ao tratamento prescrito, bem como atenuar o desperdício de medicamentos resultante da inadequação das embalagens aos tempos de tratamento.

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhoras e Senhores Membros do Governo

O saldo da mais recente visita estatutária à ilha das Flores é francamente positivo em nosso entender.

O Governo Regional viu, ouviu e decidiu imbuído dum saudável espírito de abertura, cooperação, rigor e ambição para as Flores e para os Açores.

A generalidade das questões colocadas, designadamente as apresentadas pelo conselho de ilha, mereceram acolhimento, até porque vinham de encontro aos compromissos eleitorais assumidos.

A única excepção terá sido, talvez, a questão das ligações aéreas à ilha das Flores, a partir do exterior da Região.

O GACs escreveu que o Governo Regional dos Açores desvalorizou a exigência do Conselho de Ilha, o que me parece ser uma conclusão abusiva e inexacta.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Não estão contentes com o serviço!

O Orador: Conforme referiu na ocasião o Secretário Regional da Economia, a impossibilidade de assegurar as ligações pretendidas aos sábados e domingos, neste momento, está directamente relacionada com a questão da certificação da iluminação da pista do aeroporto das Flores.

E, como relativamente a esta questão as perspectivas são boas, decerto que, resolvido este assunto, será então pertinente voltar a falar dos horários dos voos.

Finalmente, outro assunto incontornável é o que se prende com a extensão do cabo de fibra óptica até às ilhas das Flores e do Corvo.

No concernente a esta matéria, também temos razões para algum optimismo.

A obra em causa foi integrada no contrato de exploração, gestão e manutenção das redes de alta velocidade, correndo o concurso na dependência do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, com instrução a cargo do ICP-ANACOM.

O concurso internacional para a instalação, gestão, exploração e manutenção de redes de comunicações electrónicas de alta velocidade na Região Autónoma dos Açores foi lançado em Julho de 2009 e o anúncio de adjudicação do contrato, num montante que ultrapassa os vinte milhões de euros, foi publicado no Jornal Oficial das Comunidades no passado dia 29 de Julho.

Aqui chegados, podemos ser optimistas ou pessimistas, podemos achar que o copo está meio cheio ou meio vazio...

Deputado Paulo Estevão (PPM): Está cheio...o Corvo é que ficou vazio!

O Orador:... podemos pensar que já foi percorrido meio caminho ou que há ainda outro tanto para andar.

Pela minha parte, acredito que, no ponto em que as coisas estão, este importante investimento nas redes de nova geração, que é participado por fundos comunitários e que, para além das ilhas do grupo ocidental, inclui também as ilhas de Santa Maria, Graciosa, São Jorge e Pico e os concelhos de Nordeste e Povoação, na ilha de São Miguel, como dizia, pela minha parte acredito que apesar da conjuntura difícil que todos conhecemos este projecto irá ter continuidade e brevemente a questão da banda larga será menos um tema de discussão e de preocupação no Grupo Ocidental.

Se bem, Sras. e Srs. Deputados, que a prudência aconselhe a só se fazerem prognósticos no final do jogo...

Disse!

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados atingimos a nossa hora regimental. Ficamos por aqui. Voltamos às 15 horas com a agenda.

Bom almoço e até logo.

(Eram 13 horas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, muito boa tarde. Agradecia que ocupassem os vossos lugares.

(Eram 15 horas e 06 minutos)

Vamos reiniciar os nossos trabalhos e vamos começar com a agenda de hoje, cujo primeiro ponto é “**Apresentação do relatório da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho referente à audição do Conselho de**

Administração da RTP, SA, no âmbito do acompanhamento das condições em que estão a ser exercidas as obrigações de serviço público de rádio e televisão na Região Autónoma dos Açores, em execução do mandato conferido pela Resolução da Assembleia Legislativa n.º 13/2010/A, de 22 Julho”.

Eu dou a palavra à Sra. Deputada Catarina Furtado para apresentar o respectivo relatório.

Deputada Catarina Furtado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO NO ÂMBITO DA AUDIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL, S.A., DETERMINADA PELA RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES N.º 13/2010/A, DE 22 DE JULHO

Capítulo I

INTRODUÇÃO

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho procedeu no dia 20 de Julho, na sede da Rádio e Televisão de Portugal, S.A., em Lisboa, à audição do Conselho de Administração daquela empresa.

A audição visou dar cumprimento ao teor da deliberação constante da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 13/2010/A, de 22 de Julho, a qual encarrega a Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho de proceder à audição do Conselho de Administração da Rádio e Televisão de Portugal, S.A., no âmbito do acompanhamento das condições em que estão a ser exercidas as obrigações de serviço público de rádio e televisão na Região Autónoma dos Açores.

Capítulo II

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de acompanhamento das condições de exercício do serviço público de rádio e televisão na Região Autónoma dos Açores pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores é conferido pela alínea d) do nº 2 do artigo 42º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redacção da terceira revisão, aprovada pela Lei 2/2009, de 12 de Janeiro, e pelo artigo 5º, nº 5, dos Estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, S.A., aprovados pela Lei 8/2007, de 14 de Fevereiro.

As matérias de comunicação social são da competência da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores nº 3/2009/A, de 14 de Janeiro.

Capítulo III

SÍNTESE DA AUDIÇÃO

A audição do Conselho de Administração da RTP, SA decorreu no dia 20 de Julho p.p., pelas 10 horas, na sede da Rádio e Televisão de Portugal, S.A., em Lisboa, tendo apenas comparecido, por parte da RTP, S.A., o Presidente do Conselho de Administração, Dr. Guilherme Costa e a Dra. Carla Chousal.

A audição decorreu de acordo com a seguinte metodologia:

- a) Exposição do enquadramento jurídico e apresentação dos motivos da audição pelo Presidente da Comissão;
- b) Intervenção inicial do Presidente do Conselho de Administração;
- c) Intervenções de Deputados dos partidos políticos com assento na Comissão e resposta às questões por estes colocadas, por parte do Conselho de Administração da RTP, S.A.;

a) Exposição do enquadramento jurídico e apresentação dos motivos da audição pelo Presidente da Comissão

O Presidente da Comissão apresentou o enquadramento jurídico da audição, no âmbito da Resolução nº 13/2010/A, aprovada pela Assembleia Legislativa da região Autónoma dos Açores e dos poderes de acompanhamento que, nos termos

da lei, assistem ao parlamento açoriano e agradeceu a disponibilidade do Presidente do Conselho de Administração da RTP, S.A., Dr. Guilherme Costa, a quem deu a palavra para uma primeira intervenção.

b) Intervenção inicial do Presidente do Conselho de Administração da Rádio e Televisão de Portugal, S.A.

O Presidente do Conselho de Administração da RTP, S.A., iniciou a sua intervenção referindo ter verificado, relativamente ao Centro Regional dos Açores, a existência de um problema de instalações, equipamentos e pessoal e de formação das pessoas e que o Conselho de Administração aprovou, com o Director do Centro Regional, após negociações que pretenderam fazer coincidir os desejos do Centro Regional com as possibilidades da empresa, um plano de trabalho que inclui um conjunto de soluções que têm vindo a ser implementadas.

No âmbito do processo de renovação dos equipamentos, foram adquiridas 10 câmaras para o serviço de informação, destinando-se 4 a Ponta Delgada, 3 à Horta e 3 a Angra do Heroísmo. Nesta matéria, referiu estar autorizada a aquisição de outros equipamentos que permitirão a transmissão de dados das câmaras digitais e que ainda não está autorizada a aquisição de equipamento multimédia.

No plano do pessoal, referiu que a estratégia implica o reforço da área de informação, que deverá ter como contrapartida a reorganização dos serviços de apoio. Disse estar em curso o reforço da área de informação e que, no ano de 2009, houve várias acções de formação.

Quanto às instalações, o Presidente do Conselho de Administração da RTP, S.A., considerou que o plano em curso foi invalidado pelas condições do mercado imobiliário, pelo que a solução passa pela concentração do *core* da RTP no edifício da rádio e pela construção de um estúdio de informação no actual anfiteatro do edifício.

Acrescentou que haverá um carro móvel equipado para transmissão de eventos esporádicos no anfiteatro exterior e que, caso seja necessário, alguns serviços instalar-se-ão num espaço contíguo, provisória ou definitivamente.

Prosseguiu a sua intervenção dizendo que se têm trabalhado na definição de novas condições de gestão do Centro Regional dos Açores e que tem sido feita uma aposta na actualização das funções do Centro Regional dos Açores, mas que as limitações advenientes dos processos de aquisição numa empresa pública e da agilidade da estrutura, conjugadas com as limitações da contratação pública, tornam todo o processo mais moroso.

Quanto à situação da delegação da Horta, disse ter assinado um protocolo que permite a melhoria das instalações e acrescentou que estão à procura de uma solução semelhante para a delegação de Angra do Heroísmo, através do Director Regional.

O Presidente do Conselho de Administração da RTP, S.A., concluiu esta sua intervenção referindo a existência de limitações financeiras e outras decorrentes da boa lógica de gestão eficiente e eficaz.

c) Intervenções de Deputados dos partidos políticos com assento na Comissão (PS, PSD, CDS/PP, PCP e BE) e resposta às questões por eles colocadas, por parte do Conselho de Administração da RTP, S.A.

O Deputado Hernâni Jorge, do PS, considerou evidenciarem-se aspectos positivos e alguma evolução na situação do Centro Regional dos Açores da RTP, S.A., nomeadamente alguma modernização dos equipamentos, a existência de carro de exteriores, a evolução das grelhas e menor réplica da programação nacional, a evolução ao nível do multimédia, os noticiários regionais na RTP N, o surgimento da Antena 3 e a solução do problema das instalações da Horta.

Contudo, o Deputado referiu a importância de não protelar no tempo a solução para o problema das instalações da delegação de Angra do Heroísmo e questionou o Presidente do Conselho de Administração sobre se o aproveitamento das instalações da RDP, a construção do estúdio e a ocupação definitiva do edifício próximo dá resposta definitiva às necessidades da RTP e RDP em Ponta Delgada, tendo, ainda, referido, que este cenário não foi bem recebido por alguns sectores dos trabalhadores da RTP Açores.

Respondendo ao Deputado socialista, o Presidente do Conselho de Administração da RTP, S.A, pretendeu esclarecer a questão do carro de exteriores, dizendo que, na solução que apresentou para as instalações, está prevista, para eventuais necessidades de produção fora do estúdio, a reabilitação técnica de um carro de edição para encostar às salas de espectáculo, e que a existência de um carro de exteriores, completamente operacional, é outra questão que está a ser estudada, na medida em que a compra de um carro de exteriores, em alta definição, é um investimento pesado, de difícil amortização se tiver baixas taxas de utilização.

Acrescentou que estão a estudar a melhor solução nesta matéria, para decidir entre um carro de exteriores e uma mesa de mistura, numa lógica de gestão. Disse que a decisão ainda não está tomada e que a mesma não poderá ser alheia à transformação no modo de fazer televisão. Que esta via altera o panorama sócio-laboral e que, por via disso, se percebem algumas reacções.

Quanto às instalações, considerou que as transformações na produção tornaram excessivas algumas estruturas e que a solução de localização na RDP é uma solução de futuro, uma vez que o edifício foi projectado para 113 pessoas mas que apenas 50 trabalham lá. Considerou que as tarefas administrativas, operativas e de arquivo podem ser instaladas no edifício contíguo e que a construção de um edifício novo é impossível uma vez que o edifício da RDP não consegue vender-se pelos 7 milhões que correspondem ao valor que resultou da sua avaliação. Referiu que do ponto de vista económico e operacional, com base em duas missões técnicas que se deslocaram aos Açores, não existe nenhum inconveniente em utilizar o edifício da RDP e a vivenda contígua.

Referindo-se à disponibilização das emissões dos centros regionais da RTP Açores e RTP Madeira no serviço de televisão por cabo, disse que a mesma não depende apenas da RTP, S.A., mas, também, do interesse das operadoras de cabo. Nesta matéria, considerou ser necessário definir uma nova missão para os centros regionais e que produção dos Açores deveria passar nas redes de cabo nacionais e onde há comunidades açorianas. Considerou tratar-se de negociações morosas e que a intenção é estar nas principais redes de cabo nacionais. Disse que estes são processos em curso, mas lentos, havendo que negociar as condições em que tal

pode acontecer e referiu que a Administração da RTP entende que a qualidade das respectivas emissões tem que ser acautelada e acarinhada, sob pena de a presença no cabo ter um efeito contrário ao que se pretende.

Referindo-se à situação das instalações da delegação de Angra do Heroísmo, disse que solução depende da vontade das entidades administrativas.

Usando da palavra, o Deputado Clélio Meneses, do PSD, evidenciou a importância do serviço público de rádio e televisão como um dos pilares de desenvolvimento dos Açores, da autonomia e da realidade açoriana deste tempo e considerou que a forma como a informação sai, circula e chega às nove ilhas tem uma importância inegável, que não pode ser posta em causa.

O Deputado prosseguiu a sua intervenção considerando que os problemas são sempre os mesmos e que, apesar de diagnosticados há muito tempo, continuam por resolver, criando constrangimentos para um eficaz serviço público de rádio e televisão.

O Deputado referiu a situação da redacção de Angra do Heroísmo, com apenas dois jornalistas, quando historicamente o número era de quatro, tendo considerado que a incapacidade de dar cobertura a muitos eventos põe em causa o serviço público. Referiu-se, também, a situações de precariedade, de discordância entre funções exercidas e categoria profissional, a notícias sobre limitações de horas extraordinárias, com implicações graves na cobertura, pelo serviço de rádio, entre as 12 horas de Sábado e a manhã de Domingo.

Ao concluir esta sua intervenção, o Deputado questionou o Presidente do Conselho de Administração da RTP, S.A., sobre a redução de uma hora de emissão da RDP Açores e qual o prazo previsto para a aquisição de equipamentos complementares para as câmaras.

Na resposta ao Deputado, o Presidente do Conselho de Administração informou que a Direcção de Compras está a preparar um concurso para a aquisição de equipamentos complementares às câmaras e que as decisões tiveram que ser centralizadas para fazer face a muitos problemas que existiam.

Usando novamente da palavra, o Deputado Clélio Meneses mencionou o relatório da entidade reguladora que refere a necessidade de desgovernamentalização da

informação, tendo considerado, o deputado, que o excesso de governamentalização é uma forma de comprometer a democracia. O Deputado pretendeu saber qual a posição do Conselho de Administração da RTP sobre notícias que apontam para a possibilidade do fim do canal dos Açores, ou de o mesmo passar a ser emitido por Lisboa, bem como qual a evolução que o Conselho de Administração estima para a questão da autonomia do serviço, cuja ausência é argumento recorrente do Director do Centro Regional dos Açores.

O Presidente do Conselho de Administração da RTP, S.A. disse que a decisão de reduzir uma hora de emissão é exclusiva do Dr. Pedro Bicudo e que nada tem a ver com os cortes de fundos a que foram sujeitos no orçamento de grelha. Considerou que existe um excesso de centralismo de decisão que hoje já não se mostra necessário e disse que a criação de um gabinete de apoio às operações dos Açores visou resolver esse excesso.

Referiu que, no quadro dos procedimentos, estando os problemas a ser resolvidos, solicitou ao Director Regional a inventariação de condições, contidas em ordens de serviço, que possam ser delegadas sem que afectem a unidade da empresa.

Quanto ao pessoal, disse que a orientação estratégica é a de reforço com medida e formação na área da informação, mediante a adaptação a novas formas de trabalho. Referiu que existem limitações, mas que a responsabilidade da distribuição dessas limitações é do Director Regional e disse desconhecer a questão das horas extraordinárias.

Usou, então, da palavra a Dra. Carla Chousal que referiu poder ter existido uma interpretação desvirtuada da norma de serviço sobre esta matéria, no quadro das restrições orçamentais impostas às empresas públicas e disse não existir nenhuma orientação para que a situação seja a descrita.

O Presidente do Conselho de Administração retomou o uso da palavra para dizer que o que está em causa é a obediência a regras diferentes, que permitem baixar custos nos conteúdos. Quanto à questão da solução de janelas ou de passar a emissão para Lisboa, disse que a mesma não está em cima da mesa. Que hoje em dia nada obriga a emissão a estar localizada e que, obviamente, pela carga simbólica, a decisão de mudar a emissão da Região para o Continente não seria

tomada sem ser explicada e sem a concordância das forças políticas da Região. Reiterou que a decisão não será tomada pelo actual Conselho de Administração e que não está nem esteve em cima da mesa.

O Deputado Aníbal Pires, do PCP, iniciou a sua intervenção referindo que o relacionamento entre a empresa mãe e o Centro Regional dos Açores não registou muitos avanços, quanto à autonomia. Considerou que não existe uma posição cristalizada, quer da população açoriana, quer de quem os representa, mas que existe uma preocupação com o serviço público e com a autonomia administrativa e financeira do Centro Regional, a qual, a par de outros problemas com instalações, equipamentos e pessoal, tem uma influência directa na própria autonomia editorial da RTP e RDP Açores e na produção de conteúdos regionais.

O Deputado perguntou ao Presidente do Conselho de Administração se o problema é passível de solução administrativa no quadro legal ou se é necessário alterar o mesmo.

Prosseguiu a sua intervenção referindo que o Director do Centro Regional, quando iniciou funções, anunciou um novo projecto, o qual teve oposição interna e externa e que, apesar do referido projecto ter agradado inicialmente ao PCP, o seu partido hoje já não mantém essa posição. Acrescentou que o projecto que o Dr. Pedro Bicudo enfatiza não é conhecido dos açorianos nem no seio da RTP Açores, o que leva à questão da conflitualidade latente que existe no Centro Regional dos Açores e que não tem a ver com questões laborais, mas com questões de projecto.

Comentando a intervenção do Deputado do PCP, o Presidente do Conselho de Administração referiu que o funcionamento das empresas tem o problema da adequação entre a estratégia e a execução, matéria para a qual são decisivas as características da liderança e considerou que a sustentação de um Centro Regional de serviço público e ao serviço das autonomias passa pela clarificação se aquilo que se pede a esse centro é a produção de informação e eventualmente de entretenimento de conteúdo regional. Disse que a autonomia do centro tem, necessariamente, limitações financeiras e administrativas, tendo concordado que pode haver uma maior descentralização e que o Conselho de Administração não só está disposto, como entende necessário descentralizar alguns aspectos.

O Deputado Hernâni Jorge, do PS, usou da palavra para lembrar que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores se pronunciou sobre a alteração da Lei da Televisão. O Deputado manifestou o entendimento de que o quadro legal parece, em traços gerais, adequado e que a gestão corrente, atribuída pela lei, parece suficiente para resolver as questões suscitadas. Contudo, considerou existir uma tradição de centralismo e referiu-se às propostas apresentadas, as quais visam que os planos financeiros dos centros regionais sejam autonomizados e que a competência para actos de gestão corrente possa incluir a autorização de despesas dentro de limites definidos.

Comentando a intervenção do Deputado socialista, o Presidente do Conselho de Administração considerou que o plano da empresa já autonomiza o plano e orçamento dos centros regionais e que a concessão de autonomia financeira implica algumas condições, nomeadamente, a garantia, pelo Director do Centro Regional, de respeito pelo orçamento e directrizes financeiras e acrescentou que com a implementação do sistema de contabilidade e de gestão das receitas e despesas, estão pela primeira vez preenchidas, no início de um ciclo de planeamento, as condições necessárias à descentralização, concluindo que a autonomia será acompanhada de maior responsabilidade.

A Deputada Zuraida Soares, do BE, iniciou a sua intervenção referindo as particularidades do serviço público nos Açores e considerou que o exercício inteligente das autonomias implica o exercício inteligente do centralismo. A Deputada pretendeu ser esclarecida sobre o horizonte temporal para implementação das soluções quanto às instalações de Angra do Heroísmo e ao carro móvel.

Referiu-se à necessidade de autorização de Lisboa para a aquisição de lâmpadas e viagens de jornalistas e o clima de conflitualidade entre Direcção e trabalhadores, o qual considera prender-se com a sobreposição de chefias e de ordens e ao desconhecimento do projecto, tendo questionado o Presidente do Conselho de Administração sobre o conhecimento que tem do referido projecto.

Ao finalizar esta sua intervenção a Deputada referiu-se à abundância de “falsos recibos verdes”, à ausência de estudos de opinião, ao patrocínio de deslocações

para outras ilhas e aos descontos, para efeitos de IRS, pela taxa do Continente para trabalhadores da RTP Açores.

Comentado a intervenção da Deputada, o Presidente do Conselho de Administração rejeitou a existência de um jogo de “*ping pong*” entre o Conselho de Administração e o Centro Regional. Reconheceu a necessidade de adaptação e a possibilidade de fazer melhor com o quadro existente, embora considere excessiva a questão da centralização. Clarificou que existem áreas onde prevalecerá a decisão centralizada no quadro de empresa única e outras áreas onde prevalecerá a descentralização, que só agora tem condições para ser implementada sem riscos.

Considerou que, em matéria de decisão, a maioria das decisões estão tomadas, estando apenas pendente a questão do carro de exteriores. Quanto à execução, considerou que o Conselho de Administração não pode substituir-se às pessoas implicadas no processo, mas que, logo que a lei e o permita e tão depressa quanto possível, será transmitido, às estruturas de ambos os lados, que as decisões são para implementar.

Quanto aos estudos de opinião, disse existir um estudo de comportamento do consumidor que introduz uma dimensão qualitativa e que dirá porque é que as pessoas vêm, ou não, a RTP. Trata-se de um estudo geral mas que abrange a RTP e RDP Açores e que teve uma apresentação preliminar.

Relativamente ao patrocínio de deslocações e aos falsos recibos verdes, pediu à Deputada que esclarecesse estes aspectos por si mencionados.

A concluir esta sua intervenção, o Presidente do Conselho de Administração referiu um forte peso dos conteúdos informativos e da realidade cultural na missão da RTP Açores. Reconheceu ter declarado, numa entrevista, que a RTP Açores se aproximaria da RTP N, mas nunca esteve em causa a inclusão. Reiterou que a questão da janela nunca esteve em cima da mesa, esclarecendo que, em tese muito geral, não excluiria essa hipótese se tal respondesse melhor ao serviço público ao serviço das autonomias.

A Dra. Carla Chousal esclareceu, em relação às instalações da Horta, que está em curso a escolha do projectista e que o fim da obra está previsto para Fevereiro de 2011.

Usou da palavra o Deputado Luís Silveira, do CDS/PP, que começou por contrariar a possibilidade de conclusão da obra em Fevereiro de 2011, com base no conhecimento pessoal que tem das instalações. Referiu um desfasamento entre o Plano de 2009 e a sua execução e expôs a situação dos correspondentes das ilhas que não têm estrutura da RTP, invocando, nesta sede, a posição do Conselho de Opinião da RTP sobre a matéria e a necessidade de coesão do serviço público de rádio e televisão, dificultada pelas dificuldades de cobertura decorrentes dos horários de trabalho dos repórteres e da incerteza quanto ao recebimento do pagamento da peça, em função do interesse que a RTP tenha ou não no material. O Deputado pretendeu saber se o Conselho de Administração tem conhecimento da situação, qual a sua posição sobre a mesma e quais as medidas que pensa tomar.

Respondendo ao Deputado, o Presidente do Conselho de Administração reiterou as decisões tomadas em matéria de instalações, equipamentos e recursos humanos. Disse não identificar contradições com as declarações do Director do Centro Regional dos Açores, mas não crê que os défices de realização existentes se devam apenas à falta de autonomia administrativa e financeira.

Referindo-se à situação dos correspondentes, admitiu que alguns detalhes não são do seu conhecimento pessoal e que, na ausência do administrador do pelouro, não pode responder sobre a matéria, mas adiantou que terão sempre que resolver a cobertura com um misto de recursos e estruturas próprias e correspondentes, porque há um quadro orçamental restritivo que não permite acumular estruturas e quadros próprios em todo o país. Disse não antecipar mudanças significativas no quadro existente e que não tem meios para tal.

A Deputada Catarina Furtado, do PS, perguntou ao Presidente do Conselho de Administração se a produção de ficção e outros conteúdos fazem parte daquilo que o Conselho de Administração entende ser a vocação de um Centro Regional. A deputada pretendeu, ainda, saber, se o projecto do Centro Regional dos Açores é exequível com os recursos humanos e chefia que têm, tendo considerado que a questão entronca com a disponibilização da RTP Açores nas redes de cabo.

O Presidente do Conselho de Administração da RTP, S.A., respondeu invocando uma alteração radical de paradigma da produção de conteúdos audiovisuais e

dizendo ser seu entendimento que a RTP Açores deve servir de suporte à produção de conteúdos. Contudo, pensa que partir da questão da produção de conteúdos de ficção seja a melhor abordagem. Relativamente aos conteúdos de produção de cauda longa, que não são vistos por muitas pessoas, considera que o seu destino é a net. Quanto à produção de conteúdos para distribuição em canal generalista, disse serem bem-vindos se encontrarem colocação onde o seu custo justifique a sua produção. Concluiu esta sua intervenção referindo que a produção a custo nacional para disponibilização apenas nos Açores será mantida, mas que deverá ser revista.

Quanto à segunda questão colocada pela Deputada considerou que a existência descentralizada de produção audiovisual é um desígnio nacional, sendo necessário sair de um paradigma de protecção administrativa de certas produções e evitar que a produção de audiovisuais fique limitada numa só região. Afirmou a existência de um desígnio de manutenção da capacidade de produção de audiovisual nos Açores, que se executa procurando transferir essa capacidade de produção para conteúdos a disponibilizar na Internet ou por outros meios.

A terminar a audição, o Presidente da Comissão agradeceu a disponibilidade do Presidente do Conselho de Administração da RTP, S.A., e a clareza das posições manifestadas, tendo reiterado o acompanhamento pelos Deputados e a defesa do serviço público de rádio e televisão na Região Autónoma dos Açores.

Capítulo IV

CONCLUSÕES

Atenta a natureza da audição realizada e face à omissão regimental, a Comissão de Assuntos Parlamentares e Trabalho deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável à apreciação do presente relatório em reunião plenária da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, recomendando à conferência o respectivo agendamento e eventual determinação de um período destinado à intervenção dos grupos e representações parlamentares.

Ponta Delgada, 10 de Setembro de 2010

A Relatora,

Isabel Almeida Rodrigues

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente,

Hernâni Jorge

Presidente: Obrigado Sra. Deputada. Sras. e Srs. Deputados foi fixado na Conferência de Líderes que haveria um tempo global de 10 minutos por Grupo e Representação Parlamentar.

Estão abertas as inscrições.

Deputado Luís Silveira tem a palavra.

***Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não é novidade para ninguém, em especial para esta Câmara, as dificuldades e as restrições que se tem vivido e que se vive na RTP e na RDP nos Açores.

Foi com agrado que vimos o Sr. Presidente do Conselho de Administração da RTP, SA, reconhecer essas dificuldades. Reconhecê-las em termos de instalações, reconhecê-lo em termos de equipamentos e reconhecê-lo em termos de falta de recursos humanos. Foi com o mesmo agrado que ouvimos o Sr. Presidente do Conselho de Administração assumir haver centralização nas decisões por parte de Lisboa, em relação ao Centro Regional dos Açores.

No entanto, foi-nos transmitido pelo Sr. Presidente do Conselho de Administração, que pela primeira vez serão mudadas e será dada mais autonomia administrativa e financeira ao Centro Regional e que estará atento ao desenvolvimento desse trabalho na Região e que acompanhará muito de perto esse trabalho com as mais valias que vai ter o Centro Regional para poder desenvolver o seu trabalho.

Por outro lado, foram levantados outros assuntos, em concreto um pelo CDS/PP, e que tem a ver com o serviço público de televisão e rádio nos Açores em termos de coesão regional.

Levantámos a questão, já anteriormente levantada ao Sr. Director do Centro Regional, a mesma que levantámos no âmbito da audição ao Conselho da Opinião, que é a forma como a RTP e a RDP funcionam nos Açores, nas ilhas mais pequenas através dos correspondentes de ilha.

Manifestámos o nosso descontentamento com essa situação, manifestámo-lo porque achamos que esses correspondentes não podem, nem fazem um bom trabalho, porque as condições que lhes são oferecidas não o permitem. E não o permitem porque ganham à peça, e se o Conselho de Redacção entender publicar a peça ou não. Como tal, assim não podem sobreviver e têm que ter o seu posto de trabalho fixo. Ora tendo um posto de trabalho fixo limita-os a poder ou não fazer cobertura independentemente da qualidade ou não. Independentemente da necessidade ou não e da importância que possa ou não ter essa peça. Mostrando essa preocupação ao Sr. Presidente do Conselho de Administração, ele de facto disse-nos que haviam algumas situações que desconhecia, nomeadamente a de esses correspondentes não terem um telemóvel que lhes permitisse comunicar com a Redacção e estar em sintonia se faz ou não a cobertura da peça. De não ter viatura da RTP ou RDP e usar viatura própria, por aí fora.

Disse-nos, que de facto desconhecia algumas dessas situações, mas que se ia inteirar da mesma e que iria tentar melhorar nessa matéria para que de facto a coesão em termos de serviço público regional na RTP e na RDP nos Açores melhorasse e tivesse isso mesmo, mais esse serviço de coesão regional e não dependente apenas de duas ou três ilhas, naquela onde o Centro Regional tem sede própria.

Presidente: Continuam abertas as inscrições, Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Deputado Hernâni Jorge tem a palavra.

***Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Só para uma nota muito rápida deixar referenciado os seguintes aspectos, até porque o relatório é suficientemente exaustivo e elucidativo daquilo que se passou ao nível da audição com o Conselho de Administração da RTP, levada a cabo pela Comissão dos Assuntos Parlamentares em execução do mandato que esta Câmara lhe conferiu há alguns meses atrás, e realçar e sublinhar, porque nunca é demais fazê-lo, que as conquistas ao nível do acompanhamento por parte dos órgãos de governo próprio, particularmente desta Assembleia, da forma como é desenvolvido o serviço público de rádio e televisão nas regiões autónomas, nos Açores em particular, têm tido consequências na evolução recente que se tem verificado ao nível deste serviço.

Desenvolvemos já várias audições do Director do Centro Regional dos Açores da RTP em execução da competência que nos é atribuída pela actual Lei de Televisão e mais recentemente confirmada pelo Estatuto Político-Administrativo da nossa Região. Foram feitas já duas reuniões com o Conselho de Administração da RTP e outras tantas audições mantidas com o Conselho de Opinião da mesma empresa, e como disse, não é alheio a este acompanhamento a evolução recente e os passos que se foram dando em alguns aspectos, de uma forma mais lenta do que nós gostaríamos e nem sempre da forma mais eficaz com vista ao reforço desse serviço público de rádio e televisão nos Açores. Mas foi com agrado que vimos por parte do Conselho de Administração, ser-nos comunicado uma decisão relativamente à questão das instalações da RTP dos Açores. Finalmente uma decisão, pode não agradar a todos, podem não ser as melhores opções, mas são finalmente decisões tomadas relativamente a uma matéria há muito reivindicada e vem agora naturalmente a concretização desses investimentos e a execução das obras necessárias a suprir os problemas ao nível das instalações. Vale o mesmo para a questão dos equipamentos e também ao nível das grelhas e das antenas, com destaque especial para o alargamento da Antena 3 também à Região Autónoma dos Açores.

Presidente: Sr. Deputado Clélio Meneses tem a palavra.

***Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como já foi aqui referido, o relatório espelha as posições dos vários partidos sobre esta matéria e de resto, também como é sabido e conhecido, é uma responsabilidade da Assembleia proceder ao acompanhamento do serviço público de rádio e televisão o que só concretiza a importância que o PSD, de resto, tem manifestado pelo serviço público de rádio e televisão dos Açores como um pilar da autonomia. É uma frase muitas vezes proferida, mas não pode ser esquecida, por muito que tentem atenuar a importância do serviço público de rádio e televisão na Região Autónoma dos Açores é preciso reafirmá-lo. De resto, está ainda para discussão nesta Assembleia uma iniciativa do PSD exactamente sobre esta matéria, no sentido de reafirmar a importância do serviço público de rádio e televisão, na medida em que a forma que os açorianos têm de se ligar uns aos outros, de comunicar (se há realidade que identifica a vida em sociedade é a comunicação) e também sobretudo de comunicarmos com o exterior, de nos ligarmos ao exterior, afirmando a nossa diferença perante o mundo. Esta é uma forma de viver no mundo livre como se pretende e o PSD defende.

O problema é que este serviço público de rádio e televisão tem sido posto em causa nos últimos tempos. Cada vez mais se vai sentindo dificuldades na afirmação deste serviço público.

O relatório relata, como referi, a audição ao Conselho de Administração. O que é certo é que se passaram 3 meses. Passaram-se 3 meses de mais declarações e muitos dos problemas repetem-se, repetem-se como o tempo. Passa ano, entra ano, repete-se o tempo e muitos dos problemas vão sendo os mesmos. Desde logo, os problemas ao nível do pessoal que por muito que se denuncie, muitos deles continuam a prolongar-se sem terem solução. Tem a ver com a precariedade: funcionários há anos a recibo verde, contradição entre funções efectivamente exercidas e conteúdo funcional desses funcionários, exiguidade de recursos humanos de alguns delegações, (como é o caso em especial da ilha Terceira e do serviço de rádio), limitação às horas extraordinárias, pondo em causa o serviço público, por exemplo, ao sábado à tarde ou ao domingo. Tudo isto cria uma sensação e um sentimento de algum desânimo, de alguma falta de orientação, que

faz com que se possa referir que estas dificuldades põem em causa, efectivamente, um serviço público com condições que seja exercido de forma digna e eficaz.

Para além das questões das instalações que também se vão repetindo ao longo do tempo (instalações exíguas, sem condições), algum equipamento obsoleto - é certo que neste período chegaram as tão ansiadas e desejadas câmaras novas - , mas continuam a existir os problemas e continuam muitas das questões que estavam, por resolver.

Isto, como dizia, punha em causa um serviço público de rádio e televisão eficaz, digno, justo e sobretudo põe em causa uma realidade que nos parece essencial, que é a necessidade de uma cobertura e divulgação da realidade açoriana de forma equilibrada, isto é, que a realidade açoriana nas suas mais diversas manifestações em termos sociais, em termos económicos, em termos culturais e também, e sobretudo, em termos geográficos, ao nível das nove ilhas, das várias localidades, está de alguma forma posta em causa, pelas dificuldades que tudo isso vai manifestando. Para além, é óbvio, das questões que já foram aqui referidas, também da autonomia. É importantíssimo que este serviço seja desenvolvido com a autonomia necessária para tornar eficaz as necessidades decorrentes desta responsabilidade.

Antes de mais nada, gostaria de deixar aqui uma palavra especial aos trabalhadores do serviço público de rádio e televisão, que ao longo destas décadas têm desenvolvido um papel essencial na afirmação da açorianidade. É de facto importantíssimo, que muitas vezes, com dificuldades de meios, com dificuldades de recursos, sem o ânimo que muitas vezes faz com que desmotivemos a fazer aquilo que achamos mais adequado, conseguiram sempre desenvolver um trabalho adequado às necessidades, fazendo aquilo que era a sua responsabilidade, indo para além daquilo que era a responsabilidade dos outros de dotar os funcionários, os trabalhadores, dos meios necessários à respectiva execução.

Para além de tudo isto, o que se assiste é à recorrente manifestação de posições, de declarações, que muitas vezes não passam disso mesmo e o que o PSD entende, é que para além dessas declarações, de intenções, são necessárias medidas efectivas e soluções para que acabe o tempo em que cada vez que o Parlamento dos Açores é

chamado a pronunciar-se sobre isso todos nós digamos mais ou menos o mesmo. Cada vez que ouvimos os funcionários, que ouvimos os responsáveis, falamos quase sempre do mesmo. É preciso que sejam de facto tomadas medidas, adoptadas soluções que parem com este ciclo vicioso de andarmos mais ou menos a dizer o mesmo tempo atrás de tempo. Um exemplo, ainda agora uma resposta do Governo da República, a um requerimento de Deputados do PSD na Assembleia da República, de muito pouco tempo, em que é dito aquilo que é dito no relatório e sempre, “o Conselho de Administração”, e estou a citar, a posição do Conselho de Administração da RTP, “o Conselho de Administração está completamente atento à realidade existente no Centro Regional dos Açores e consciência da respectiva importância no cumprimento da missão de serviço público naquela Região Autónoma”.

Ainda bem que estão atentos e estão conscientes. É igual à resposta que nos deram a nós. É sempre a mesma resposta, mas ainda bem que estão atentos, que estão conscientes, ainda bem tudo isto, mas o problema é ainda mal. Ainda mal porque estamos mal e os problemas continuam. E há aqui uma nota nova que é preciso introduzir neste debate também, é de que no tempo em que vivemos todos os insucessos da governação têm uma desculpa: a falta de meios e a crise. Tudo é encaminhado para a falta de recursos financeiros para resolver os problemas. Neste caso nem se pode ir por aí, porque o que é notícia pública é que a RTP até deu lucro, o que é notícia pública é que vão aumentar a taxa de audiovisuais em 30%, isto é, o serviço parece que dá lucro, sobrecarregam mais as pessoas e os resultados são maus. Isto faz lembrar um governo de uma terra qualquer que diziam que dava lucro...

Deputado Hélder Silva (PS): De que governo é que está a falar?

O Orador: ... que tinha *superavit* e cada vez que tinha oportunidade sobrecarregava as pessoas e as pessoas viviam mal. Por acaso esse governo é o Governo Regional dos Açores, por acaso há muitas semelhanças entre o Conselho de Administração da RTP e o Governo Regional dos Açores a este nível. Não falo de outros níveis porque são incomparáveis, mas a este nível dá lucro, sobrecarregam as pessoas e os resultados são negativos. Semelhanças, apenas e só

semelhanças. Por tudo isto é necessário garantir de forma inequívoca um serviço público de rádio televisão...

Deputado Hélder Silva (PS): Está mal informado.

O Orador: ... que sirva os açorianos de forma eficaz, de forma a respeitar e engrandecer cada vez mais a nossa realidade. É nesse pressuposto que o PSD apresentou o Projecto de Resolução que em próxima reunião deste Plenário irá ser debatido, esperando com isso, também que estejamos todos a dar um contributo positivo naquilo que depende das nossas responsabilidades próprias fazermos com que o serviço público rádio e televisão seja aquilo que todos, nas palavras e nas declarações, entendem dever ser.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estevão tem a palavra.

***Deputado Paulo Estevão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu sigo quase integralmente aquela que foi a posição do Sr. Deputado Clélio Meneses que acabou de usar da palavra.

A questão fundamental é esta: eu penso que a nível dos discursos sobre as dificuldades que vive a RTP Açores o que é incrível é o consenso que nós aqui conseguimos criar, mas depois também o que é incrível é que a RTP Açores continue, ano após ano, com os mesmos problemas e que nada se faça para resolver as questões que são diagnosticadas. Nós estamos sempre na fase do diagnóstico e a situação nunca se resolve, aliás, em muitas áreas, acaba é por agravar-se.

Todos dizem que a RTP Açores é uma instituição fundamental para a autonomia dada a dispersão territorial das nossas ilhas e o papel histórico fundamental da RTP na união do povo açoriano, na criação de laços para que todos se pudessem conhecer, para que pudéssemos conhecer os problemas uns dos outros, para que pudéssemos identificar que temos muitas coisas em comum e que a RTP Açores foi fundamental na criação desta imagem. Também a RTP Açores é fundamental na história dos Açores ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Cada vez menos! Cada vez menos!

O Orador: ... para a criação de uma identidade própria e toda a gente diz que é necessária e depois não se faz nada na prática.

A questão fundamental é que de facto nós temos que dar respostas práticas a estas questões e deixar-nos de retóricas vazias sobre problemas concretos...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é uma fonte para os jornalistas da RTP.

O Orador:... e eu posso dizer-vos que ainda quando discutimos – o ano passado discutimos – o Orçamento Regional, o Partido Popular Monárquico teve uma atitude concreta. Nós apresentámos uma proposta no sentido de aumentar as verbas que são atribuídas à RTP Açores do ponto de vista orçamental de toda a Região, os apoios que são concedidos à RTP Açores.

O Partido Socialista disse há pouco que estava muito preocupado com esta questão e que de facto em relação a ela tem grandes preocupações, mas a verdade, Srs. Deputados, é que depois ... porque é que não transformam, pergunto-vos? Então eu pergunto Sr. Deputado Hernâni, pergunto-lhe directamente, se está tão preocupado, se acha que estas dificuldades são tão objectivas, que a RTP Açores é tão essencial para uma autonomia forte, para que o povo açoriano reforce os elementos de identidade, porque o Partido Socialista e o Governo não aumentam os apoios substanciais, de uma forma substancial? Por que é que não aumentam os apoios a esta entidade que está com gravíssimas dificuldades? Eu proponho-lhe uma operação: reduziam um bocadinho daquelas verbas que transferem para o gabinete de apoio à comunicação social, transferiam um pouco dessas verbas e se calhar já começávamos a resolver o problema. Porque de resto, eu tenho que lhe dizer, Sr. Deputado Hernâni, se não é retórica vazia, porque os senhores é que têm os instrumentos, como partido maioritário nesta Assembleia, as nossas responsabilidades do ponto de vista da resolução prática das questões são diferentes. Quem é que tem os instrumentos para resolver de forma prática a questão? Quem é que tem? São os senhores. Os senhores são a força política maioritária. Quem é? É o Governo Regional, que também tem esses mecanismos orçamentais. Os senhores se estivessem realmente preocupados com esta questão e se lhe atribuíssem uma grande prioridade em termos da vossa acção política, da vossa acção legislativa, com certeza que fariam alguma coisa.

Eu da minha parte fiz aquilo que podia fazer, que era fazer propostas nesse sentido e os senhores fizeram aquilo que não deveriam fazer, que é chumbar as propostas que eu fiz. E portanto, se existem responsabilidades, se as coisas, esse discurso meloso – “Ai está tão mal, nós também estamos zangados, isso também me parece tão mal” – depois é confrontado com uma situação prática, os senhores têm ou não têm os instrumentos orçamentais para resolver o problema? Claro que têm! Mas não fazem uso dele.

E portanto, qual é a grande responsabilidade em relação à RTP Açores, a todos os problemas que a RTP Açores vive em termos de instalações, do seu pessoal, também das condições técnicas em que desempenha a sua actividade, quem é que tem esses instrumentos? São os senhores, o Partido Socialista e o Governo Regional e não fazem nada de prático para resolver o problema, não fazem nada de prático. Isto é que é exasperante! Eu estou aqui muitas vezes a ouvir-vos falar sobre estas questões. Mas por que é que os senhores não agem? Por que é que não fazem alguma coisa prática para responder de facto ao problema que os senhores próprios reconhecem? Mas os senhores têm os instrumentos para o fazerem e não fazem, portanto é isto que acho que é fundamental que fique assinalado.

Para terminar, também uma questão do ponto de vista daquilo que é a organização da RTP Açores, já tive oportunidade de referenciar que de facto a Região Autónoma dos Açores deve ter em relação à questão da tutela do nosso Centro Regional outro tipo de atitude. Devemos também assumir as nossas responsabilidades, não podemos ficar à espera que o Estado resolva esta questão, porque o que acontece é que a não resolve, portanto nós temos, evidentemente, que assumir responsabilidades do ponto de vista da tutela da RTP Açores, responsabilidades partilhadas com o Estado. Mas, evidentemente, quem quer ter poder de decisão, o poder de decisão paga-se. Ninguém quer mandar sem pagar e portanto essa não tem sido a vossa prioridade.

Concluindo, Sr. Presidente, de quem é a responsabilidade principal pelas dificuldades em que tem vivido a RTP Açores? Tem um nome. O Governo Regional dos Açores, o Governo Socialista dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

***Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção vai ser necessariamente breve sobre esta matéria por várias razões.

Primeiro, porque o próprio relatório da Comissão de Assuntos Parlamentares, da CAPAT, é suficientemente exaustivo, explícito sobre o teor da audição e do encontro tido pelos membros desta Comissão e o Conselho de Administração da RTP.

Depois, porque os Srs. Deputados que me antecederam, no seu essencial, disseram aquilo que eu considero que é importante dizer sobre este assunto, inclusivamente o Sr. Deputado Clélio Meneses tirou-me as palavras da boca, porque eu ia justamente dizer que cada vez que nós, dentro desta casa, nos referimos, comentamos, nos lamentamos, nos indignamos e reivindicamos qualquer coisa que tem a ver com o Centro Regional dos Açores, dizemos basicamente o mesmo. E quando digo todos, digo todos e não é só dentro desta casa, é todos mesmo, é a opinião pública, são as pessoas lá fora, é o Conselho de Administração, é o Presidente do Centro Regional dos Açores, são os trabalhadores do próprio Centro Regional, e portanto, nós andamos há demasiado tempo a dizer o mesmo, justamente a dizer o mesmo, mas o certo é que parece que estamos metidos numa “pescadinha de rabo na boca” da qual não temos sido capazes de sair.

Que a tutela não tem tratado este Centro Regional com a dignidade e com o respeito pelo serviço público, duplo serviço público que ele presta, porque não presta só um contributo para a coesão nacional, mas presta, sobretudo e fundamentalmente, um contributo para a coesão regional atendidas as nossas características arquipelágicas, não a tem suficientemente dignificado e portanto, em última análise, não tem respeitado a autonomia dos Açores, parece-me um facto indesmentível.

Que as promessas ...

Deputado José San-Bento (PS): E a culpa é do Governo Regional? E a solução é o Governo Regional pagar tudo? O que vale é que a senhora faz a pergunta e dá a resposta!

A Oradora: ... se têm seguido em catadupa, também é verdade. Este encontro com o Sr. Presidente do Conselho de Administração, o qual foi altamente simpático, gentil, harmonioso, muito elegante, mas na realidade foi um compilar de intenções que até hoje, passado este tempo, nenhum de nós, nem nenhuma de nós, viu qualquer diferença. Quando virmos, seremos os primeiros a reconhecer que valeu a pena irmos àquele encontro, valeu a pena apresentarmos, enfim, os problemas e as carências deste Centro e alguma coisa resultou. Neste momento ainda nada aconteceu.

Para finalizar, todos nós de alguma maneira, políticos e cidadãos e cidadãs comuns nesta Região, de uma maneira ou de outra, temos queixas do Centro Regional dos Açores, ou relativamente ao tempo de antena, ou relativamente à forma como as notícias são dadas, ou relativamente ao conteúdo dos programas de informação, ou de entretenimento, à pobreza, à sua falta de qualidade, todos têm críticas, e aliás sobejamente, e muitas vezes injustamente veiculadas por outros órgãos da comunicação social. Mas de uma coisa eu tenho a certeza: com as condições humanas, formativas, de instalação e de equipamentos que este Centro Regional oferece aos seus profissionais, com a precariedade que graça também dentro daquele Centro, estes trabalhadores fazem o impossível e portanto, com todas as críticas que lhes possamos fazer, também é justo que lhes façamos um tributo de serem capazes, não de fazer um milagre das rosas, mas de conseguir pôr no ar um Centro e um canal de televisão com todas as deficiências e carências que todos nós dentro desta casa, mês após mês, temos vindo sempre a reconhecer.

Quer se inscrever Sr. Deputado?

Deputado José San-Bento (PS): Teremos oportunidade. A senhora é uma sedutora, Sra. Deputada!

A Oradora: Faça favor, esteja à vontade. Gostaria muito de dialogar consigo sobre esta matéria.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

***Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu também não quero tomar muito tempo, aliás, o relatório é de facto exaustivo, mas queria tecer também algumas considerações sobre esta questão.

Primeiro, penso que a preocupação relativamente ao funcionamento do serviço público de rádio e televisão dos Açores é transversal. A preocupação política relativamente ao funcionamento e ao serviço que presta é transversal, as soluções que cada um de nós aponta podem não ser eventualmente coincidentes (eu por exemplo discordo claramente daquilo que o PPM aqui colocou, relativamente à questão do financiamento; a tutela não é regional, a tutela é nacional e a responsabilidade deve ser imputada ao Governo da República), mas para além destas preocupações que são transversais, e deste pequeno esclarecimento, a verdade é que os problemas continuam, quer dizer, isto é recorrente. Estamos a acompanhar, as nossas funções e competências assim o exigem, o serviço público de rádio e televisão na Região Autónoma dos Açores e os problemas subsistem. Aliás, subsistem como subsiste aquilo que foi prometido quando a CAPAT se deslocou a Lisboa para a reunião com o Presidente do Conselho de Administração, até porque algumas das questões que nos foram ali garantidas estão, efectivamente por solucionar. Basta olhar para as câmaras de televisão que cobrem este Plenário para perceber que, aqui pelo menos, as câmaras ainda não chegaram, ou se chegaram estarão empacotadas e faltará certamente a formação, ou então faltarão os servidores para depositar as imagens que são colhidas por via digital.

Mas há ainda um outro aspecto, dois aspectos que eu me queria referir. Um deles tem a ver com o facto de ter sido perfeitamente visível que o Presidente do Conselho de Administração desconhecia, aliás o Deputado Luís Silveira já aqui referiu um dos aspectos, muito daquilo que se passa ao nível do Centro Regional da RTP Açores e isso parece-nos grave, ainda por cima sabendo que na estrutura e na super-estrutura da RTP Açores foi criada uma figura de ligação com os centros regionais, e portanto pareceu-nos muito, muito grave.

Depois e para finalizar, deixar uma palavra, de facto, aos profissionais da RTP Açores, a todos os trabalhadores, desde os da manutenção até às chefias da informação, que fazem um esforço enorme para que a RTP cumpra o serviço público de rádio e televisão nesta Região, não fosse a qualidade, mas para além disso, não fosse a alma que os profissionais da rádio e televisão pública nos Açores põem no trabalho que fazem diariamente e certamente que as queixas que foram referidas seriam muito maiores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Hernâni Jorge tem a palavra.

***Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Só para uma nota muito rápida, na sequência da interpelação que o Sr. Deputado Paulo Estevão me dirigiu e que entretanto ausentou-se da sala, mas terá a oportunidade de ler o Diário das Sessões e ficar esclarecido relativamente a esta matéria, e portanto, e embora de forma indirecta e através do Diário das Sessões, quero dizer ao Sr. Deputado Paulo Estevão, que apesar de andar atento relativamente às questões da RTP, tem andado muito distraído nos últimos anos em relação à vida política regional, porque por parte do Partido Socialista e deste Parlamento no essencial. tem havido sempre o reafirmar daquilo que são as obrigações e devem ser as obrigações do Estado relativamente ao financiamento do serviço público de rádio e televisão nas Regiões Autónomas, com particular ênfase nos pareceres que esta casa emitiu em 2002 e 2003, na sequência da proposta das novas opções do audiovisual do ministro Morais Sarmiento.

O financiamento do serviço público de rádio e televisão deve, na perspectiva do Partido Socialista, ser da exclusiva responsabilidade do Estado. Não é por isso que o Governo Regional tem fugido a apoiar projectos concretos da RTP e RDP Açores, é o caso, particularmente em matéria de equipamentos, foi no caso dos correspondentes e dos repórteres de ilha que isso tem acontecido, mas para o Partido Socialista a solução dos problemas que se põem ao serviço público de rádio e televisão nas Regiões Autónomas, e particularmente nos Açores, não passa pelo Governo Regional assumir essa responsabilidade...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... e de fugir àquilo que são as responsabilidades do Estado, constitucional e legalmente consagradas e que devem continuar nessa esfera.

Deputado José San-Bento (PS): Isso é também para si, Sra. Deputada!

Deputada Zuraida Soares (BE): Isso é obsessão!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados creio que terminámos este debate. Assim sendo passamos para o ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos que é a **Petição n.º 8/2010 – “Pela abolição das plataformas logísticas no PROTA”, apresentada por Mário Jorge Dutra da Silva, na qualidade de primeiro subscritor.**

Dou a palavra novamente à Sra. Deputada Catarina Furtado para apresentar o relatório.

Deputada Catarina Furtado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO NO ÂMBITO DA APPRECIACÃO DA PETIÇÃO Nº 8/2010 – PELA ABOLIÇÃO DAS PLATAFORMAS LOGÍSTICAS NO PROTA

Capítulo I

INTRODUÇÃO

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 10 de Setembro de 2010, na delegação de S. Miguel da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Ponta Delgada.

Da agenda da reunião constava a apreciação e relato, em execução do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, da Petição nº 8/2010 – Pela abolição das plataformas logísticas no PROTA, que tem como primeiro subscritor o Mário Jorge Silva.

A mencionada Petição, contendo 471 assinaturas, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em 14 de Maio de 2010, tendo sido

enviada à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho para apreciação e relato.

Capítulo II

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de petição, previsto no artigo 52º da Constituição da República Portuguesa, exerce-se nos termos do disposto no artigo 9º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redacção que lhe foi dada pela Lei nº 2/2009, de 12 de Janeiro, nos artigos 189º a 193º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei 43/90, de 10 de Agosto.

A apreciação da petição e a elaboração do respectivo relatório cabe à comissão especializada permanente competente em razão da matéria, nos termos do disposto nos n.ºs 1 dos artigos 190º e 191º do Regimento.

Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores nº 3/2009/A, de 14 de Janeiro, as matérias relativas a ambiente e ordenamento do território, onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Capítulo III

APRECIACÃO DA PETIÇÃO

a) Da admissibilidade

Apreciada a admissibilidade da Petição, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 190º do Regimento da Assembleia Legislativa, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho deliberou, na reunião de 11 de Junho de 2010, por unanimidade, admiti-la, por estarem verificados todos os requisitos legais e regimentais.

b) Objecto da petição e caracterização da situação actual

A petição visa a eliminação no PROTA – Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores, de todas as referências directas e indirectas à criação de

plataformas logísticas nos Açores. Os peticionários consideram que o PROTA não tem em conta a actual situação e modelo de transportes marítimos na Região, o qual consideram que é eficaz, que funciona e que satisfaz todas as ilhas. Consideram, ainda, que não existem quaisquer estudos fundamentados e credíveis que sustentem a proposta que o PROTA contém, nesta matéria.

O Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em 11 de Setembro de 2009. No âmbito da apreciação pela Comissão foram consultados os Conselhos de Ilha, tendo a Comissão emitido o seu parecer em 13 de Abril de 2010. O PROTA foi aprovado na sessão plenária de 15 de Junho.

c) Diligências efectuadas

Admitida a Petição, e ainda na reunião de 11 de Junho de 2010, a Comissão decidiu efectuar as seguintes diligências:

- Audição dos peticionantes, na pessoa do primeiro subscritor;
- Audição do Secretário Regional do Ambiente e do Mar;
- Pedido de parecer às Câmaras de Comércio e Indústria de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta.

1. AUDIÇÃO DOS PETICIONANTES

Os peticionários foram ouvidos na pessoa do Senhor Mário Jorge Silva, na qualidade de primeiro subscritor da petição. A audição teve lugar na sede da Assembleia Legislativa, na Horta, no dia 29 de Junho de 2010.

Sobre a matéria objecto da petição, o Peticionante disse ser Presidente da Mesa da Câmara de Comércio e Indústria da Horta e que esta é uma área que o afecta enquanto comerciante.

Referiu a disposição geográfica da ilha do Faial, que distancia 3 a 4 horas do porto onde ficaria a estrutura e a ausência de um estudo credível que demonstre que a criação das plataformas logísticas seria positiva para o Faial.

Disse tratar-se de uma operação que tem custos, pois a mercadoria chegaria à plataforma num navio e viria para a Horta noutra navegação.

Referiu a perda de cerca de 70 contentores de frio, relativamente à carga que sai do Faial e que o queijo, que actualmente já chega ao Continente em condições menos boas, seria afectado pela criação da plataforma. Quanto ao gado vivo, referiu o aumento dos custos adveniente dos custos da baldeação. Considerou, ainda, que a implementação de plataformas logísticas traria desemprego para Faial, uma vez que as operações seriam feitas com um tipo de barcos que não usa estivadores.

Manifestou o entendimento de que o novo modelo obrigaria a uma readaptação das operadoras e significaria um recuo de 30 anos nos transportes para a ilha do Faial.

Considerou ser um contra-senso querer-se a participação cívica quando se atropela a democracia, não ouvindo os cidadãos que quiseram participar e que tal facto não dignifica a democracia. Referiu que a força está no Conselho de Ilha e na Assembleia Municipal que, na véspera da audição, aprovaram dois votos por unanimidade e concluiu a sua primeira intervenção considerando uma deslealdade o facto de não terem sido ouvidos antes da aprovação do diploma referente ao PROTA.

O Presidente da Comissão usou da palavra para rejeitar a acusação de deslealdade, a qual considerou desajustada uma vez que a Petição foi feita quando o diploma já estava relatado pela Comissão. Explicitou os procedimentos relativos aos trâmites da petição e as possíveis acções que podem ser desenvolvidas por qualquer partido político e referiu o amplo espaço de debate que teve lugar na Comissão e concluiu esta sua intervenção esclarecendo que o processo legislativo do PROTA e o processo referente à Petição em apreciação são processos distintos, que não devem por isso ser confundidos.

O Deputado Aníbal Pires, do PCP, agradeceu a presença do peticionário e congratulou-se pela iniciativa que o mesmo liderou e que, segundo o Deputado, teve impacto assinalável junto da população. O Deputado referiu, ainda, a iniciativa por si apresentada, que pretendia fazer baixar novamente à Comissão a Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 23/2009, referente ao PROTA, a qual não foi validada pela Assembleia.

Usou da palavra o Deputado Clélio Meneses, do PSD, que começou por referir que o PSD esteve contra o agendamento do diploma para o Plenário de Junho, porque

entende que deveria ter-se tido em conta a petição. Seguidamente perguntou ao Peticionário se este dispõe de algum estudo ou documento escrito com os dados que apresentou.

Em resposta ao Deputado, o peticionante referiu não ter qualquer estudo ou documento escrito porque os números que apresentou resultaram das conversações que manteve com pessoas da área.

A Deputada Zuraída Soares, do BE, disse subscrever as razões apresentadas pelos peticionários e considerou a aprovação do PROTA uma teimosia da maioria parlamentar, que impôs este prazo para debate e aprovação do PROTA. A Deputada pretendeu saber do peticionário se o processo de recolha de assinaturas vai continuar.

O Deputado Luís Silveira, do PP, disse concordar ser uma incongruência a apreciação, nesta data, de uma petição que respeita a um diploma já aprovado. Salientou o cuidado do Presidente da Comissão em informar a mesma das propostas de alteração que podem ser apresentadas por todos os Deputados, tendo considerado desnecessário apresentar propostas de alteração que serão chumbadas. O Deputado considerou que as propostas de alteração introduzidas no diploma, em sede de discussão e votação no Plenário, nada acrescentaram em matéria de plataformas logísticas.

Respondendo à Deputada do BE, o peticionante disse que a petição continua em aberto e que haverá outras iniciativas.

A Deputada Isabel Almeida Rodrigues, do PS, começou por refutar os fundamentos do requerimento apresentado pela oposição para baixa à Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional que visou aprovar o PROTA. Quanto à ausência de documentos invocada no requerimento, disse que ela própria distribuiu pelos diversos Grupos e Representações Parlamentares um CD contendo um conjunto de documentos e que os restantes estiveram e estão disponíveis on-line, no sítio da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, podendo ser consultados por qualquer cidadão. Relativamente ao tempo disponibilizado para o debate em torno do PROTA, a Deputada lembrou o processo de discussão pública que decorreu, nos termos da lei, bem como o tempo em a proposta de diploma esteve

em apreciação na Comissão, tendo o prazo sido prorrogado para que os Conselhos de Ilha se pronunciassem, sendo certo que a maioria não o fez.

A Deputada prosseguiu a sua intervenção referindo que as únicas propostas de alteração que deram entrada foram da iniciativa do PS e que não é o PROTA que decide a existência ou não de plataformas logísticas, uma vez que este Plano apenas impõe regras quanto ao ordenamento do território, tendo considerado necessário relevar a natureza e funções deste Plano. A Deputada registou a forma clara e fundamentada como o Peticionário expôs a sua posição e pretendeu saber se o facto a Petição não ter sido apresentada mais cedo se ficou a dever a dificuldades ou constrangimentos causados à participação pública por alguma das entidades envolvidas no processo legislativo.

O Deputado Aníbal Pires usou da palavra para refutar a argumentação da Deputada Isabel Rodrigues e manter a sua posição quanto à não disponibilização dos documentos em condições e atempadamente.

O Deputado Luís Silveira referiu que na ilha do Faial três organismos liderados pelo PS foram contra as plataformas logísticas e que, mesmo assim, o PS insistiu nesta solução legislativa.

O Deputado Costa Pereira, do PSD, disse que, no Faial, há três partidos socialistas em matéria de plataformas logísticas e referiu a existência de discursos dissonantes dentro daquele partido. Considerou ter existido autoritarismo que se prolongou dentro do Plenário, com a aprovação do PROTA pela maioria.

Respondendo à questão colocada pela Deputada socialista, o peticionante disse que o processo de petição demora porque é feito com sustentação, que foi reforçada com a votação contra o PROTA por parte do Conselho de Ilha. Disse terem recolhido contributos para validar a sua própria opinião e que a sua posição é consolidada com a auscultação que efectuaram a pessoas da área.

O Deputado Luís Silveira rejeitou qualquer responsabilidade no teor final do diploma, uma vez que participou das propostas de alteração ao PROTA através do respectivo Conselho de Ilha.

A Deputada Isabel Rodrigues congratulou-se com resposta dada à sua questão pelo Peticionário, porque a mesma demonstra que a data de entrada da petição não está

relacionada com constrangimentos nos mecanismos de participação pública na elaboração de instrumentos de gestão territorial, mas sim com a organização dos peticionários.

Ao terminar a sua audição o peticionante agradeceu a forma cordial como foi recebido na Comissão.

2. AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR

A audição do Secretário Regional do Ambiente e do Mar realizou-se no dia 10 de Setembro, na delegação de S. Miguel da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

O Secretário Regional começou por referir que a sua pronúncia decorreria com a prudência e o respeito necessários em virtude de o diploma objecto da Petição já ter sido aprovado pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Referiu que o PROTA é um plano de ordenamento do território, que não contém qualquer intenção de investimento por parte do Governo, não proibindo nem impondo plataformas logísticas, apenas indicando, em função de uma análise económica e geográfica, aqueles que são os melhores sítios para implantação deste tipo de infra-estruturas.

Considerou que uma plataforma logística, para funcionar, têm que estar integrada num conjunto de estruturas e modelo de transporte que não existe no presente.

Disse tratar-se de um plano de ordenamento do território que analisa o território nas suas potencialidades e fraquezas e que a questão se coloca, agora, no plano parlamentar e não do governo.

O Deputado Luis Silveira, do CDS/PP, considerou que resulta das declarações do Secretário Regional que o teor do diploma não é da responsabilidade do governante mas sim da bancada socialista e pretendeu saber se, até ao momento, a Secretaria Regional que tutela recebeu alguma pretensão relativa à implementação de alguma das plataformas logísticas mencionadas no PROTA.

O Secretário Regional respondeu negativamente à questão colocada tendo considerado que, com o actual modelo de transporte aéreo e marítimo, uma plataforma logística dificilmente teria sucesso. Prosseguindo a sua intervenção,

considerou que a criação de uma plataforma logística implicaria a reestruturação dos transportes e adopção de procedimentos preliminares que não foram desencadeados, o que torna altamente improvável o aparecimento de plataformas desta natureza.

Ao concluir a sua intervenção, o governante disse considerar que, se um dia se pretender investir nesta matéria, o valor do investimento será muito elevado e que não antevê qualquer investidor e que pretenda e tenha condições para este investimento, sem que esteja realizado todo o trabalho prévio necessário.

3. PARECERES SOLICITADOS

Foram solicitados pareceres às Câmaras de Comércio e Indústria de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta, as quais não responderam.

Capítulo IV

SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

O *Grupo Parlamentar do PS* saudou a participação dos cidadãos através do instrumento de participação política democrática da petição, considerando que a iniciativa dos cidadãos releva, independentemente do quadro legislativo em vigor. Quanto à pretensão constante da petição, considerando a natureza do instrumento de gestão territorial em causa, que é de mera ordenação do território, entende que as menções a plataformas logísticas nele contidas não implicam a sua implementação, pelo que considera desnecessária a sua eliminação. O PS lamenta a estratégia utilizada pelo PSD para abster-se de se pronunciar sobre a matéria objecto da petição, não clarificando, perante os peticionários, a Assembleia Legislativa e o público em geral, a sua posição quanto à mesma.

O *Grupo Parlamentar do PSD* lamentou que a questão tenha sido prejudicada pelo agendamento do diploma e considera que o circunstancialismo que motivou a petição, que era participar do processo legislativo, já não se cumprirá. Lamentou, ainda, que as Câmaras de Comércio e Indústria consultadas não se tenham pronunciado nesta oportunidade.

O *Grupo Parlamentar do CDS-PP*, manifestando a concordância integral com o teor da petição, repudiou a forma como foi tratada a petição, com o agendamento do diploma, em Plenário, antes da conclusão da apreciação da petição, o que impediu que o assunto fosse mais debatido. Considerou desajustado o facto de as Câmaras de Comércio e Indústria não se terem pronunciado e repudia, também, este facto.

O *Grupo Parlamentar do BE* considerou que o facto de o diploma não estar agendado no momento da entrada da petição altera a natureza das coisas.

A *Representação Parlamentar do PCP* considerou que deveria ter-se dado mais atenção e valorizado a iniciativa dos peticionários, mediante o adiamento do agendamento da discussão e votação do PROTA pela Assembleia Legislativa e manifesta a sua concordância com a proposta contida na petição.

Capítulo V

CONCLUSÕES

Concluídas as diligências realizadas no âmbito da apreciação da Petição nº 8/2010, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho aprovou as seguintes conclusões:

1. A natureza de instrumento de gestão territorial do Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores (PROTA) traduz-se na não imperatividade da implementação de qualquer infra-estrutura nele mencionada, limitando-se ao estabelecimento de princípios referentes à localização das actividades e dos grandes investimentos públicos.
2. A não pronúncia das Câmaras de Comércio e Indústria da Região impede a Comissão de conhecer a posição dos respectivos associados sobre a matéria.
3. Face ao que antecede, não se justifica a eliminação das referências a plataformas logísticas constantes do Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores.

As conclusões 1. e 2. foram aprovadas, por maioria, com os votos a favor do PS e do PSD e os votos contra do CDS/PP e PCP, e a conclusão 3. foi aprovada, por maioria, com os votos a favor do PS e os votos contra do PSD, CDS/PP e PCP.

Ponta Delgada, 10 de Setembro de 2010

A Relatora,

Isabel Almeida Rodrigues

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente,

Hernâni Jorge

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições. Rege nesta matéria, como sabem o artigo 192.º do nosso Regimento, designadamente o seu n.º 2.º e portanto podem os Grupos e Representações Parlamentares, por uma só vez, e até 10 minutos, intervir.

Alguém tem de ser o primeiro.

Sr. Deputado Mário Moniz, faça o favor.

Deputado Mário Moniz (*BE*): **Muito obrigado Sr. Presidente.**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Está a nossa Assembleia a discutir uma iniciativa resultante dum direito de cidadania na forma de petição pública. Uma iniciativa que resultou da espontânea e geral contestação pública de pessoas, empresas e instituições.

Infelizmente, o PS deliberadamente esvaziou o seu propósito ao forçar a inclusão das plataformas logísticas no PROTA em total desrespeito por esta petição, da qual já tinha conhecimento.

Apesar de toda a geral contestação pública, apesar da contestação unânime dos operadores de transporte de mercadorias, apesar da contestação dos empresários receptores e exportadores de mercadoria, apesar do teor dos colóquios públicos transmitidos por órgãos de comunicação social, apesar dos

pareceres negativos das instituições consultadas, o PS, não respeitando o direito do exercício de cidadania representado naquela petição, respondeu com arrogância, apoiando-se na razão da força e desprezando a força da razão, numa clara atitude de fundamentalismo prepotente...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não apoiado.

O Orador: ... que impediu a apreciação desta petição, antes da aprovação do PROTA.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não apoiado.

(Vozes inaudíveis da Câmara)

O Orador: Eu já sabia.

Incapaz de harmonizar as carências e potenciar as capacidades próprias de cada ilha, facilita deslocalizações (como o caso da COFACO) e promove assimetrias, como este caso das plataformas logísticas; dá indicação subtil de locais de investimento privilegiado de forma discricionária em alguns casos e aleatória noutros, o que cria à partida uma maior assimetria económica em vez de a atenuar. Fomenta, enfim, climas de animosidade e disputas bairristas numa atitude de dividir para reinar.

Quando o próprio membro do Governo directamente responsável pela concepção desta logística, tão contestada, reconhece a impossibilidade da sua implementação, quanto a nós, confessa que as plataformas logísticas são uma variável de substituição para as verdadeiras intenções subjacentes, ou seja, a indicação subtil dos locais onde o Governo privilegia como pólos de investimento.

O PS nega, assim, o seu discurso de desenvolvimento harmonioso e fomenta projectos “concentracionistas” reveladores das suas reais intenções. O PS, na sua deriva de direita, nem teve em conta que só no concelho de São Roque do Pico poderão estar em perigo 45 postos de trabalho, entre estivadores, trabalhadores da Administração Portuária e trabalhadores das empresas de transitários e agentes de navegação.

Deputado Hernâni Jorge *(PS)*: **Tanta asneira, Sr. Deputado!**

O Orador: **Basta fazer a projecção dos estragos para os restantes concelhos para terem a noção do vosso contributo para o eventual aumento do desemprego nestas ilhas.**

Não teve ainda em conta os inconvenientes da baldeação de cargas, as demoras que põem em causa a qualidade dos nossos principais produtos de exportação, como por exemplo a carne refrigerada e os derivados do leite.

Apesar da tentativa de esvaziamento desta petição por parte do PS, relegando para depois da aprovação do PROTA, as preocupações que a motivaram não só se mantêm, como se acentuaram com essa aprovação, incluindo as famigeradas plataformas logísticas.

Quanto às consequências da obstinação do PS, cá estaremos para reiteradamente lembrar e relembrar a sua exclusiva culpa em todo este processo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: **Continuam abertas as inscrições Sras. e Srs. Deputados. Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.**

Secretário Regional do Ambiente e do Mar *(Álamo Meneses)*: **Posso?**

Presidente: **Não pode, Sr. Secretário.**

Secretário Regional do Ambiente e do Mar *(Álamo Meneses)*: **Mesmo quando se põe em causa o que está feito? Não é justo.**

Presidente: **Não senhor. Não pode. Artigo 192.º do Regimento, o Governo não intervém.**

Deputado Paulo Estevão *(PPM)*: **Já devia conhecer o Regimento.**

Secretário Regional do Ambiente e do Mar *(Álamo Meneses)*: Não é justo.

Presidente: **Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.**

***Deputado Aníbal Pires *(PCP)*: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:**

Sobre a forma como o Partido Socialista conduziu e impôs o agendamento do PROTA, já tudo terá sido dito, designadamente aquando da discussão e também em sede de comissão que analisou esta petição, e sobre a falta de

respeito que o Partido Socialista demonstrou sobre a iniciativa popular que esta petição representa. Mas de facto, não posso deixar, enfim, de aproveitar esta oportunidade para trazer aqui preocupações que a Representação Parlamentar do PCP tem relativamente à questão dos transportes marítimos de mercadorias, nomeadamente as que prejudicam a qualidade dos géneros que são levados até ao Corvo.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): **Mas o modelo era extraordinário! A gestão não era boa, é excelente e já não presta? Acabou de ser dito.**

O Orador: **Não, não, Sr. Secretário.**

Presidente: **Sr. Deputado Aníbal Pires, faça o favor de continuar.**

O Orador: **Muito obrigado, Sr. Presidente.**

Nomeadamente as dificuldades de transportes de mercadorias que afectam a ilha das Flores e a ilha da Graciosa.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): **Mas isso existe. O Sr. Deputado Mário Moniz acabou de dizer que era excelente, era a melhor e agora não existe.**

Presidente: **Sr. Deputado Aníbal Pires.**

O Orador: **Eu nem sequer vou responder ao aparte do Sr. Secretário porque enfim ...**

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): **Mas eu não posso fazer outra coisa senão apartes!**

O Orador: Exactamente. Até porque o Sr. Secretário não pode participar no debate e portanto não vou... vou de facto deixar essa preocupação. Mais importante, até porque a questão das plataformas logísticas depois daquele simulacro de recuo do Partido Socialista em sede do PROTA, a verdade é que não quer dizer que esta questão não venha a ser novamente equacionada ou que venha a ser colocada pelo Partido Socialista ou, enfim, por outra força política. Mas a preocupação de facto é esta: nós precisamos de garantir uma rede de transportes de mercadorias que satisfaça as necessidades da Região e há, efectivamente, algumas

ilhas desta Região que não têm satisfeitas estas necessidades, nomeadamente aquelas que eu enunciei.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: **Continuam abertas as inscrições, Sras. e Srs. Deputados. Sr. Deputado Luís Silveira, tem a palavra.**

***Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:**

Antes de mais, congratulamo-nos e felicitamos os peticionários pela presente iniciativa. Depois, embora já o tenhamos feito no âmbito da Comissão, gostaríamos mais uma vez de salientar a forma como o Partido Socialista geriu esta situação, permitindo e fazendo questão de agendar o diploma PROTA para ser discutido neste Plenário sem que primeiro se tenha ouvido estes peticionários e se tenha discutido esta petição.

Depois, dizer que aquilo que pedem estes peticionários não nos parece nada descabido, antes pelo contrário, até porque eles apenas pedem que seja retirada a possibilidade da criação de plataformas logísticas na Região.

Afirmo, e já aqui hoje foi dito, que o actual modelo de transporte marítimo de mercadorias é eficaz e satisfaz a Região no seu todo.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses): Aquele descontozinho no IVA, ficaram satisfeitos!

O Orador: **No entanto ...**

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses): Isso não tem qualquer significado.

O Orador: **... aqui foi dito e bem, e o relatório menciona, que as Câmaras do Comércio não emitiram o seu parecer. Tivemos a oportunidade de repudiar isso em Comissão, no entanto, dizer que a maioria dos Conselhos de Ilha a quem foram pedidos pareceres em relação às plataformas logísticas é negativo e diz que elas não devem existir, nem fazem sentido e prejudicam as nossas ilhas. É isso que diz a maioria dos pareceres dos Conselhos de Ilha desta Região.**

Por outro lado, no âmbito da audição na Comissão ao Sr. Secretário Regional tivemos oportunidade de ouvir o Sr. Secretário dizer que dificilmente existiriam plataformas logísticas na Região.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): **Agora!**

O Orador: **Até nos disse que não antevê que haja qualquer investidor que pretenda e tenha condições para um investimento desta natureza na Região.**

Ora bem, se por um lado não faz sentido haver essas plataformas, se por outro lado o Sr. Secretário afirma que não há qualquer pretensão de nenhum investidor em querer fazê-lo, que dificilmente haverá condições de alguma empresa açoriana poder financeiramente fazê-lo, não se consegue é perceber o porquê do Partido Socialista e o Governo fazer tanta questão em manter as plataformas logísticas no diploma de gestão de território. Para quê se não faz sentido, se estamos bem servidos...

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): **Essa parte do “bem servidos” são palavras suas! Acabámos de ouvir o contrário.**

O Orador: ... se provavelmente não há, nem nunca vai haver, diz o Sr. Secretário, qualquer investidor que o pretenda fazer, para quê a pretensão e a continuada teimosia em manter as plataformas mencionadas no PROTA? O porquê de não aceitar o Partido Socialista e o Governo a manifestação destes peticionários, a manifestação negativa por parte da maioria dos Conselhos de Ilha desta Região em retirar este ponto do PROTA?

Não nos parece, até pelas declarações que já afirmei do Sr. Secretário, que haja qualquer problema em fazê-lo. Portanto, ainda esperamos que isso possa vir a acontecer.

Presidente: **Sr. Deputado Lizuarte Machado, tem a palavra.**

***Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:**

Eu vou manter-me na petição no relatório uma vez que o que está aqui em discussão é isso mesmo e não o modelo de transporte ou o seu mérito ou demérito, a existência ou não de plataformas logísticas, as suas vantagens ou inconvenientes, porque essa discussão já foi feita. Esse foi um peditório para o qual eu também já

contribuí e não fui por acaso dos que menos contribuí, e portanto vou manter-me apenas àquilo que é a petição.

Primeiro, começar por louvar a atitude dos peticionários. Efectivamente os peticionários, num exercício de um direito legítimo e louvável, solicitam à Assembleia que retire do Plano de Ordenamento quaisquer referências às plataformas logísticas.

Evidentemente que esta petição entrou numa altura já adiantada da discussão do diploma e com o diploma já relatado, mas isso não lhe tira qualquer mérito, porque ainda que ela dissesse respeito a um diploma aprovado nesta casa há uma dúzia de anos é evidente que ela teria sempre mérito e qualquer Deputado, qualquer Grupo Parlamentar, qualquer Representação Parlamentar poderia propor alterações ao diploma, mesmo que esse diploma já tivesse muitos anos, tal como tem a iniciativa de propor relativamente a esse e de propor que isto aqui venha a ser retirado nos termos da petição.

Portanto, às vezes há muito alarido e faz-se muito alarido só porque não se quer ter a iniciativa de propor aquilo que relativamente ao qual se faz alarido.

De qualquer modo, a referência no PROTA às plataformas logísticas, talvez não tenha sido uma referência muito feliz e não era necessária, porque se trata de um documento fundamental, um documento importante, talvez o mais importante documento que alguma vez se fez nesta Região sobre gestão territorial e não era absolutamente necessário que essas referências lá estivessem contidas, mas de facto isso é relevante contrariamente ao que possa pensar. O facto das Câmaras de Comércio e Indústria não se terem pronunciado sobre essa matéria, isso diz da importância que elas deram ao assunto, da forma como elas contextualizaram esse assunto em termos do documento, percebendo claramente que tratando-se de um documento de gestão territorial não era por esta via que alguma vez as plataformas seriam implementadas, uma vez que se trata de uma questão integralmente de mercado e que só pode ser resolvida via mercado e não por via administrativa. E portanto, estar lá essa referência em termos práticos não “aquece nem arrefece”.

A petição é louvável, a iniciativa é louvável, mas efectivamente tal como refere o relatório não há necessidade, para já não há necessidade e não se vê necessidade de que se promova relativamente a isso qualquer tipo de alteração.

Muito obrigado.

Presidente: **Sr. Deputado Paulo Estevão, tem a palavra.**

***Deputado Paulo Estevão (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:**

O Partido Socialista voltou a tirar da cartola o mesmo truque em relação a esta questão do PROTA, que é apresentar e colocar aqui uma oferenda de sacrifício, como se viu pelo discurso do Sr. Deputado em relação a esta questão, apresentar aqui para falar e defender o impossível, um dos poucos Deputados que esteve contra a implementação das plataformas logísticas, e portanto nesse sentido...

Deputado Jorge Macedo (PSD): E bem!

O Orador: ... o Sr. Deputado Lizuarte Machado disse “cobras e lagartos”...

Deputado Mark Marques (PSD): E outros insectos!

Deputado Lizuarte Machado (PS): Foi só cobras!

O Orador: ... das plataformas logísticas e fez uma condenação explícita. Aliás, as palavras mais duras que se podem encontrar sobre o projecto governamental de construir plataformas logísticas, as palavras mais duras...

Deputado Lizuarte Machado (PS): E não retiro nada do que disse.

O Orador:... que se podem encontrar na comunicação social açoriana ...

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses): Onde é que está o projecto da Região que introduz as plataformas logísticas?

O Orador:... foram proferidas pelo Sr. Deputado Lizuarte Machado...

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses): Estamos a entrar no reino do absurdo. Quem muito quer falar, diz asneira!

O Orador:... e vejam bem qual é o truque que o Partido Socialista apresenta em relação a esta questão: é o Deputado que critica, o Deputado que teve a coragem, um dos poucos Deputados da vossa bancada, que assumiu uma divergência de fundo e que eu tive a oportunidade de lhe saudar essa coragem - gosto de coragem na política - e o Sr. Deputado o que disse foi “as plataformas não fazem sentido”.

Se não fazem sentido eu quero-vos perguntar o seguinte: nesse grande instrumento de planificação que é o PROTA porque é que se planifica uma coisa que não faz sentido?

Expliquem-me esta incongruência.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): Gostava de esclarecê-lo sobre essas e muitas coisas, mas não posso inscrever-me.

O Orador: Um instrumento de planificação planifica.

(Vozes inaudíveis da Câmara)

O Orador: Oh Sr. Deputado, inscreva-se ou faça o favor de se inscrever e depois fale. Como não se pode inscrever não deixa que os outros se inscrevam e não deixa que os outros falem. Não é?

Presidente: Faça o favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Deixe-me terminar que eu vou ser breve naquilo que vou dizer, Sr. Secretário.

A questão essencial é que um instrumento de planificação planifica ou um determinado desenvolvimento, uma visão estratégica de desenvolvimento dos Açores em relação àqueles que são os instrumentos estratégicos fundamentais, neste caso, aqueles que estão relacionados com o transporte marítimo de mercadorias. Bom, e o que é que este instrumento de planificação, o que é que esta estratégia de desenvolvimento diz? O que diz é que vamos implementar plataformas logísticas para os transportes marítimos de mercadorias. O que eu acho, e qualquer cidadão acha, é que um instrumento de planificação é para ser aplicado, ou deveria ser isso, ou deveria ser esse o caminho lógico, quando se planifica qualquer coisa, para que é que se planifica? Para quê? Para ficar no vazio? Para não se implementar de facto aquilo que se estudou, aquilo em que se gastaram milhares de euros a estudar, a fazer levantamentos, estudos sobre estas situações?

Os senhores planificaram e colocaram o instrumento, este instrumento de planificação e de gestão estratégica. E a verdade? A verdade é que a possibilidade

de criação das plataformas logísticas continua neste instrumento estratégico de desenvolvimento, mais precisamente no que diz respeito aos transportes marítimos de mercadorias e não é correcto que lá esteja, porque a visão do Partido Popular Monárquico, em relação a esta questão é uma visão descentralizada dos transportes marítimos e é uma visão que corresponde também à visão...

Deputado José San-Bento (PS): Mas isso existe?

O Orador:... que nós temos dos Açores e da nossa autonomia, uma visão descentralizada da autonomia açoriana.

Quem é que é o pai ideológico destas plataformas logísticas, destas aberrações como alguém lhes chamou, quem é que são os pais?

Os pais são os centralistas, aqueles que querem pôr um modelo centralista de desenvolvimento económico nos Açores. Esses é que são os pais!

Mas, como em muitas outras questões, não abunda a coragem política. Quando começaram a surgir os problemas em muitas das ilhas desta Região, o que é que os pais ideológicos deste documento fizeram? Fugiram. Não estão aqui! E por isso é que aparece o Sr. Deputado Lizuarte Machado a limpar a face do Grupo Parlamentar Socialista nesta questão. Mas, e termino, Sr. Deputado é uma tarefa impossível, porque em relação a esta questão a vossa imagem já está irremediavelmente manchada de centralismo.

Obrigado.

Presidente: **Sr. Deputado Luís Garcia, tem a palavra.**

Deputado Luís Garcia (PSD): **Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:**

Em primeiro lugar quero em nome do Grupo Parlamentar do PSD saudar os cidadãos subscritores desta Petição – Pela abolição das plataformas logísticas no PROTA, que envolveu perto de 500 pessoas.

E saudamo-los, essencialmente, por duas ordens de razões. Primeira por tudo o que ela representa em termos de uma cidadania participativa que sempre incentivamos e respeitamos.

Segundo motivo para expressar esta saudação é a sua oportunidade. E aqui é preciso recordar que esta petição foi organizada numa altura em que se discutia o

PROTA que inclui as plataformas logísticas, e portanto, foi organizada na altura certa.

O segundo registo que queremos fazer é em relação ao comportamento do Governo Regional e da maioria socialista neste Parlamento sobre esta matéria.

Num tempo que apelamos à participação dos cidadãos exige-se das entidades públicas que independentemente da sua concordância sobre o conteúdo das iniciativas populares, as acolham, as respeitem e, na medida do possível, procurem dar-lhe alguma consequência.

Neste contexto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, nunca é demais repetir a nossa denúncia e lamento pelo comportamento inqualificável...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Ainda discutimos o PROTA e depois é inqualificável! Não discutimos o PROTA devido à petição! Não discutimos a petição porque há PROTA!

O Orador:... da maioria socialista e do governo ao imporem a aprovação do PROTA quando já estava entregue nesta Assembleia esta petição.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Recorde-se que esta petição deu entrada nesta Assembleia Legislativa a 14 de Maio deste ano e o PROTA foi a aprovado a 15 de Junho.

Com boa vontade e com bom senso, teria sido possível que a discussão desta petição tivesse sido feita em simultâneo com a do PROTA.

O PSD e os outros partidos da oposição não são os únicos a achar que esta petição devia ter sido discutida na altura do PROTA. O PS, o Partido Socialista, na Assembleia Municipal da Horta apresentou, no passado dia 28 de Junho, um voto de protesto, aprovado por unanimidade, em que no seu ponto dois diz o seguinte e cito: “Lamentar que a aprovação deste plano não tenha aguardado pela discussão em plenário da petição subscrita por centenas de faialenses e que se opunha à criação de plataformas logísticas”. Fim de citação.

Deputado Costa Pereira (PSD): Oh Hernâni, exalta-te agora!

Deputado Hernâni Jorge (PS): Qual é a posição do PSD? Gostava de saber. Não discutimos petição porque há PROTA! Não discutimos PROTA, porque há petição! É engraçado!

(Risos da Câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados. Pode continuar, Sr. Deputado Luís Garcia.

O Orador: O Grupo Parlamentar do PS e o Governo Regional não quiseram que essa discussão assim tivesse sido feito. A maioria socialista com esta postura esvaziou a oportunidade e o propósito essencial desta iniciativa popular.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O PS e o Governo com este comportamento fizeram com que os peticionários se tivessem sentido com razão desconsiderados e vítimas de deslealdade...

Deputado Paulo Estevão (PPM): O Governo não gosta de petições!

O Orador: ... como muito bem está expresso no relatório da Comissão.

Desta forma o PS e o Governo não deram um bom contributo à democracia nem uma boa imagem desta Assembleia, o que lamentamos e denunciámos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Em terceiro lugar não podemos, nesta ocasião, deixar de dar também aqui uma palavra sobre a actuação do Governo ao longo dos anos sobre a criação nos Açores de plataformas logísticas.

Deputado Hernâni Jorge (PS): E o PSD o que é que pensa?

Deputado Mark Marques (PSD): Vamos chegar lá, tenha calma!

O Orador: Tal intenção a concretizar-se abrirá caminho à alteração do sistema de transporte marítimo de mercadorias entre Portugal Continental e cada uma das ilhas dos Açores que para isso têm condições, o que constituiria um retrocesso inaceitável neste domínio.

Daí que o PSD a 20 de Abril deste ano nesta Assembleia...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Cá está.

Deputado António Marinho (PSD): Está a ver Deputado Hernâni?

O Orador:... também tenha desafiado o Governo a retirar as referências à criação de plataformas logísticas previstas no PROTA.

Deputado Mark Marques (PSD): Olha, uma posição! Afinal havia!

O Orador: Ao longo dos últimos anos o Governo Regional sobre esta temática tem tido uma actuação em ziguezague, diria mesmo um ziguezague estratégico. A posição do Governo foi variando em função da ilha onde estava e conforme a plateia que tinha na frente.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Folgo eu em saber que têm posição!

Deputado Mark Marques (PSD): Ouça, ouça!

O Orador: Esta actuação do Governo Regional apenas procurou colocar ilhas contra ilhas. E isso é absolutamente condenável.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD e PPM: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Em quarto lugar é forçoso denunciar e registar a incoerência de alguns deputados socialistas nesta matéria.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É que alguns dizem-se contra as plataformas logísticas, é que alguns até as classificam de “inúteis e desnecessárias”, é que alguns até agora dizem que essas referências eram desnecessárias no PROTA, é que alguns, fora daqui, noutros órgãos, até votam contra a sua criação.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas, aqui, na presença do chefe, esqueceram a coerência e votaram a favor da sua criação, ou melhor, da sua “eventual criação”, como os senhores quiseram que ficasse no diploma.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Finalmente é preciso dizer que o PS nesta matéria faltou muita clareza, muita coerência e muito bom senso e é também preciso reafirmar para que fique claro que o facto de estarmos só hoje a discutir esta petição que pretendia influenciar no processo legislativo relativo ao PROTA, não abona nada a favor desta Assembleia nem da credibilidade da actividade política.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas esta situação tem um único responsável é o Partido Socialista.

E isso tem de ficar aqui muito claro.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem, Sr. Deputado!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, terminámos o debate acerca desta petição. Passamos para o ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos a **Petição n.º 5/2010 – “Treino militar para aviões F-22 e F-35 com suporte na Base das Lajes”, apresentada por Judite Maria Jorge da Silva e Pierre Le Velly de Sousa Lima, na qualidade de primeiros subscritores.**

Eu pedia ao Sr. Relator da Comissão de Política Geral, o favor de apresentar o relatório.

Deputado António Pedro Costa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relatório e Parecer à Petição n.º 5/2010 “Treino militar para aviões F-22 e F-35 com suporte na base das Lajes”.

I

INTRODUÇÃO

No dia 26 de Abril de 2010, a cidadã Judite Maria Jorge da Silva, apresentou na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição subscrita por 740 cidadãos, no intuito de “impedir que o espaço aéreo dos Açores se transforme num campo de treino militar para aviões F-22 e F-35, equipados com mísseis hipersónicos”. A mencionada petição foi enviada para a Comissão de Política Geral para apreciação e relato e emissão de parecer até ao dia 14 de Junho de 2010, cujo prazo foi prorrogado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa até ao dia 28 de Julho, tendo sido novamente prorrogado até 15 de Setembro de 2010.

II

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de Petição exerce-se no âmbito do artigo 52º da Constituição da República Portuguesa (CRP), da Lei nº 43/90, de 10 de Agosto e dos artigos 189º e 190º do Regimento da Assembleia Legislativa.

A apreciação na Comissão exerce-se nos termos e para os efeitos do nº 4 do artigo 73º da Lei nº 2/2009, de 12 de Janeiro que aprovou o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e dos artigos 189º e 190º do Regimento da Assembleia Legislativa.

Nos termos do disposto no artigo 190º do Regimento, as petições dirigidas à Assembleia Legislativa são remetidas por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa à Comissão competente em razão da matéria, à qual compete proceder à sua admissão, como decorre da interpretação conjugado do disposto nos números 2, 3 e 4 daquele artigo 190º.

III

APRECIÇÃO DA PETIÇÃO

A) Da admissibilidade

Recebida a petição, remetida por Sua Excelência, o Presidente da Assembleia Legislativa, a Comissão procedeu à verificação da satisfação dos requisitos estabelecidos no artigo 189º do Regimento da Assembleia Legislativa, conjugado com o artigo 6º da Lei nº 43/90, de 10 de Agosto, a fim de deliberar quanto à sua admissão.

Do exame da petição, verificou-se que estão cumpridos os requisitos formais estabelecidos pelo artigo 6º da Lei nº 43/90, de 10 de Agosto e pelo nº 1 do artigo 189º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, pelo que a petição foi admitida.

B) Diligências efectuadas

A Comissão deliberou, por unanimidade, ouvir o primeiro subscritor da petição,

bem como o Secretário Regional da Presidência.

1. Audição dos Peticionários

A audição dos representantes dos petiçãoários agendada, para o dia 5 de Julho, por videoconferência, na Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Ponta Delgada, não se realizou devido à greve da SATA, que impediu a deslocação dos Deputados desta Comissão.

Assim, no dia 14 de Setembro teve lugar na Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Ponta Delgada, a audição, por videoconferência, dos subscritores, que se encontravam em Lisboa.

O Presidente da Comissão explicou que a apreciação desta petição obedece ao formalismo legal e regimental, clarificando que a Assembleia Legislativa se limita, através desta Comissão de Política Geral, a *apreciar* todas as petições formuladas, quer as que tenham apenas uma assinatura, quer as subscritas por centenas de cidadãos, nos seus exactos termos, sem que dela se possa resultar, de modo directo uma iniciativa legislativa.

A Dra. Judite Jorge, que se fez acompanhar pelo Dr. Pierre Sousa Lima expôs as razões desta petição, informando que mais de 700 cidadãos a subscreveram, mas que mais de 2000 pessoas nela se envolveram e se uniram às preocupações dos petiçãoários, em apoio ao movimento de cidadania suscitado pela autorização do Governo Português à utilização da Base das Lajes para treino militar dos aviões F-22 e F-35.

Apesar das recentes notícias quanto ao cancelamento da pretensão norte-americana, as preocupações dos subscritores mantêm-se e têm a ver com a segurança das populações, a defesa da saúde pública, a preservação do ambiente e a integridade da soberania do estado, que implicarão o armazenamento na ilha Terceira de aviões equipados com mísseis hipersónicos, havendo notícias que em experiências similares se tem detectado o alto risco de contaminação de solos; que os mesmos comportam perigo para as populações, resultante das consequências da

poluição sonora, bem como suscitando doenças mentais e perda de rendimento escolar. Conhecem-se ainda interferências prejudiciais na reprodução de aves marinhas e cetáceos.

Por outro lado, enumerou várias consequências para a economia açoriana, como sejam em termos turísticos, com quebra acentuada de receitas e os efeitos negativos na actividade piscatória.

Concluiu, manifestando a convicção que tal autorização de treinos militares com aquele tipo de equipamento não estava abrangido pelos termos do actual Acordo das Lajes, pelo que esta questão deveria passar pelas Assembleias da República e Legislativa e nunca apenas pelo Governo.

O cidadão subscritor Pierre Sousa Lima tomou a palavra para corroborar a exposição dos motivos da petição, mormente enfatizando os aspectos económicos negativos ligados ao sector pecuário e das pescas.

O Deputado José San-Bento, do Grupo Parlamentar do PS, após felicitar o exercício do direito de petição, quis clarificar que nunca esteve em causa a audição dos peticionários, como chegou a ser questionado pelas notícias dos jornais e que a gestão do agendamento desta petição teve em conta a disponibilidade dos intervenientes, justificando o facto do Governo ter sido ouvido em 1º lugar.

Referiu que este assunto teve os desenvolvimentos que são do conhecimento público, os quais alteram o enquadramento em que esta petição foi elaborada.

Referiu que o Governo Regional sempre tomou uma posição de cautela, quanto à concessão de novas facilidades, assegurando, desde a primeira hora, a elaboração de estudos de carácter técnico, discordando dos peticionários que têm uma visão diametralmente oposta ao seu Grupo Parlamentar.

A peticionária em resposta à intervenção, disse que a Comissão deveria ter feito primeiro a audição dos subscritores, o que seria mais útil para o esclarecimentos deste processo, pois nunca saberemos quais as informações que o Governo Regional detém sobre a matéria, a fim de tornar este processo mais transparente. Referiu depois que existem contradições nas respostas dos Ministérios da Defesa e dos Negócios Estrangeiros, designadamente quanto a respostas dadas aos

Deputados António Filipe e Mota Amaral.

O Presidente da Comissão interveio para informar que tanto esta Comissão, como o próprio Governo Regional, não dispõem dos estudos técnicos no plano militar, pois os únicos documentos oficiais disponíveis são a resposta do Ministério da Defesa Nacional, de 5 de Agosto de 2010 ao requerimento do Deputado António Filipe e a resposta do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de 18 de Agosto de 2010, ao requerimento dos Deputados Mota Amaral e Joaquim Ponte.

Na resposta de 5 de Agosto de 2010, o MDN descreve o percurso que este processo teve no âmbito da Comissão Bilateral Permanente ao Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os EUA, culminando em 9 de Julho, com a informação do Comandante da USAFE, em nota enviada ao Chefe de Estado-Maior da Força Aérea Portuguesa, em que faz saber que devido a restrições orçamentais e redução na estrutura de forças da USAFE, os Estados Unidos não estão em condições de prosseguir com a pretensão.

Depois de considerar de legítimas as posições dos peticionários e de manifestar que partilha das suas preocupações gerais que visam acautelar a segurança das populações e o equilíbrio ambiental, com o devido enquadramento no âmbito do Acordo de Cooperação e Defesa, referiu que a Base das Lajes é um activo político para o país e, sobretudo, para os Açores, num contributo integrado na aliança militar com os EUA e com a NATO, num quadro de partilha de valores, de cooperação, mútua assistência e defesa comuns. Contudo, referiu, a concessão de novas facilidades às forças Norte-Americanas deve ser interpretada, numa primeira linha, à luz da salvaguarda dos interesses dos Açores, no quadro deste Acordo de Cooperação e Defesa ou da sua renegociação, caso o alargamento de novas facilidades assim o imponha.

O Deputado Paulo Estevão, da Representação Parlamentar do PPM, interveio para manifestar a sua simpatia quanto aos termos da petição, preocupação que considera justa, tendo em conta o desenvolvimento histórico da execução do Acordo de Cooperação e Defesa, referindo-se depois à decadência e à incapacidade da Região quanto à diminuição das contrapartidas e às cedências do Estado Português aos EUA.

Criticou a forma sigilosa como os militares portugueses têm conduzido o processo e manifestou a convicção que o Governo Regional não teria capacidade para acautelar os interesses dos Açores, dada a fragilidade com que o Executivo Regional conduziu o dossiê, pelo que se revê completamente nas preocupações da petição.

O Deputado Abel Moreira, do Grupo Parlamentar do CDS/PP, salientou o facto do seu Grupo Parlamentar acompanhar com especial cuidado esta questão, quer pela importância da Base das Lajes nos Açores, quer pela sua importância no quadro das responsabilidades internacionais de Portugal, no seio das relações com os seus aliados.

Este Deputado salientou, ainda o facto de todo o processo para uma eventual concessão de novas facilidades estar a decorrer sem que os órgãos de Governo próprio da Região disponham da adequada informação.

A primeira subscritora sintetizou as preocupações dos peticionários dizendo que não era aceitável que os Deputados não tivessem acesso à informação, manifestando apreensão por não ter sido tomada qualquer posição política sobre o assunto, considerando até que houve falta de amor à Pátria dos políticos e dos militares portugueses, pela falta de defesa dos interesses dos Açores.

2. Audição do Senhor Secretário Regional da Presidência

A audição do Secretário Regional da Presidência teve lugar no dia 12 de Julho, na Assembleia Legislativa, na cidade da Horta. Este membro do Governo Regional começou por dizer que o Governo Regional dos Açores considerava que era extemporâneo falar da possibilidade do espaço aéreo ser utilizado como campo de treinos para aviões norte-americanos de última geração, já que os EUA suspenderam a construção destes aparelhos.

Aquele membro do Governo afirmou que não faz sentido discutir se os Açores vão ou não ser utilizados como campo de treinos para os aviões F-22 e F-35, numa altura em que a construção destes aparelhos está parada por decisão da Administração Norte-Americana.

O Secretário Regional da Presidência considerou que era cedo para falar no assunto e que o Governo Regional mantém a sua posição sobre esta matéria. Salientou que a actual Administração Norte-Americana não tem as mesmas prioridades que a anterior, relativamente aos investimentos militares.

Adiantou que estava em criação um Grupo de Trabalho, composto por elementos do Ministério da Defesa e do Governo Regional dos Açores, para fazer um levantamento de todas as infra-estruturas militares portuguesas existentes no arquipélago e para avaliar a sua eventual recuperação e adaptação a novas funcionalidades.

O Presidente da Comissão questionou o Secretário Regional da Presidência, perguntando se o Governo Regional dos Açores considerava que as pretendidas facilidades estão cobertas pelo actual Acordo de Cooperação e Defesa.

O Deputado José San-Bento, do Grupo Parlamentar do PS, tomou a palavra para dizer que esta matéria já foi objecto de debate, no seio desta Comissão, reafirmando que considerava que a Base das Lajes era uma estrutura com potencialidades que deveriam ser aproveitadas. Por isto, este assunto deve ser tratado com cautela, devendo-se acolher e avaliar todas as possibilidades de utilização, em ordem à sua valorização, salvaguardando-se sempre os aspectos relacionados com as questões ambientais e os eventuais constrangimentos à aviação civil.

O Deputado Mário Moniz, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, interveio para declarar que qualquer nova valência para a Base das Lajes é bem-vinda. Contudo, entende que este “negócio” deveria acautelar as questões ambientais e não prejudicar o espaço aéreo em termos comerciais.

O Secretário Regional da Presidência, encerrando a audição, informou que, à partida a posição do Governo Regional dos Açores deve ser tomada após análise ponderada de todos os impactos e avaliação dos vários níveis das suas respectivas consequências.

DOCUMENTOS JUNTOS

A Comissão de Política Geral, deliberou, por unanimidade, juntar ao presente Relatório, os seguintes documentos, os quais dele fazem parte integrante:

- a) Requerimento de 7 de Julho de 2010 do Deputado António Filipe (PCP) e resposta do Ministério da Defesa Nacional, de 5 de Agosto de 2010;
- b) Requerimento de 30 de Abril de 2010 dos Deputados Mota Amaral e Joaquim Ponte (PSD) e resposta do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de 18 de Agosto de 2010.

VI

SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

O Grupo Parlamentar do PS considerou que o Governo Regional teve uma conduta correcta, pois não sendo de princípio contra a hipótese de utilização da Base para a criação de uma área de treino dos novos caças, anunciou publicamente que esta possibilidade dependeria sempre da salvaguarda dos interesses dos Açores, nomeadamente nos aspectos relacionados com as questões ambientais e as eventuais restrições aos corredores destinados à aviação civil.

O Grupo Parlamentar do PSD sublinhou a importância da Base das Lajes, não apenas para os Açores, mas também no quadro geoestratégico da NATO, considerando legítimas as preocupações dos peticionários. Eventuais novas facilidades de utilização daquela estrutura devem ser interpretadas, em primeiro lugar, à luz da salvaguarda dos interesses dos Açores, assegurando-se que estão acauteladas a segurança das populações e o equilíbrio ambiental, enquadrando a eventual concessão de novas facilidades no âmbito do Acordo de Cooperação e Defesa ou duma sua renegociação.

O Grupo Parlamentar do CDS/PP entende que após as audições, ficaram por

esclarecer muitas questões relativamente ao papel do Governo Regional no processo, enfatizando designadamente a falta de divulgação de estudos técnicos que estariam na base da autorização das novas facilidades da Base das Lajes.

A Representação Parlamentar do PPM acolheu e revê-se em todas as preocupações da petição em análise.

VII CONCLUSÕES

A Comissão de Política Geral efectuou as audições entendidas como necessárias, dando seguimento aos procedimentos regimentais, tendo em vista a elaboração do presente relatório, concluindo o seguinte:

- 1. A Base das Lajes é um importante activo político e geoestratégico da Região Autónoma dos Açores e de Portugal, na relação com os Estados Unidos da América e no quadro da NATO, para além de representar um factor importante, sob ponto de vista económico, pois trata-se de um dos maiores empregadores dos Açores.**
- 2. Qualquer concessão de novas facilidades de utilização daquela estrutura militar, no âmbito do Acordo de Cooperação e Defesa entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América, aprovado pela Resolução da Assembleia da República nº 24/85, de 24 de Setembro ou duma eventual renegociação, deve acautelar a segurança das populações e o equilíbrio ambiental, e ter em conta, em primeiro lugar, a salvaguarda dos interesses dos Açores.**
- 3. O único documento oficial disponível – a que a Assembleia Legislativa tenha tido acesso - sobre a possibilidade de novas utilizações para a Base das Lajes, consta da resposta do Ministério da Defesa Nacional, de 5 de Agosto de**

2010, à pergunta do Grupo Parlamentar do PCP à Assembleia da República, em que se faz saber que devido a restrições orçamentais e redução na estrutura de forças da USAFE (United States Air Force in Europe), os Estados Unidos não estão em condições de prosseguir com a pretensão de criação de uma área de treino para os novos caças F-22 e F-35;

4. A Assembleia Legislativa e o Governo Regional devem dispor e ter acesso a toda a informação não classificada como segredo de Estado, sobre a eventual concessão de novas facilidades às forças Norte-Americanas na Base das Lajes, tendo em vista um adequado acompanhamento desta questão, no cumprimento do direito de participação da Região previsto na alínea t), do nº 1 do artigo 227º da Constituição da República Portuguesa.

5. O presente Relatório deverá ser remetido ao Governo da República e ao Governo Regional dos Açores

Em consequência, a Petição nº 5/2010 “Treino militar para aviões F-22 e F-35 com suporte na base das Lajes” está em condições de ser agendada para debate em Plenário, nos termos e para os efeitos do disposto da alínea a), do nº 1 do artigo 192º do Regimento.

Ponta Delgada, 14 de Setembro de 2010

O Relator

António Pedro Costa

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente

Pedro Gomes

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Pedro Gomes, tem a palavra.

***Deputado Pedro Gomes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:**

Mais uma vez esta Assembleia Legislativa se pronuncia acerca do Acordo de Cooperação e Defesa celebrado entre a República Portuguesa e os Estados Unidos, relativamente à utilização da Base das Lajes. E mais uma vez a Assembleia tem a oportunidade de discutir as matérias relacionadas com este acordo, porque esta é matéria de interesse da Região Autónoma, esta é matéria que deve ser tratada no Parlamento Regional e em relação à qual a Região Autónoma dos Açores deve, com clareza, assumir as suas posições, quer no plano regional, quer no contexto das suas relações com a República, quer também com um parceiro como os Estados Unidos no âmbito das nossas responsabilidades no quadro da NATO.

E desta vez o Parlamento pronuncia-se sobre o acordo da Base das Lajes a propósito de uma iniciativa de cidadãos, cuja oportunidade foi por eles determinada e no exercício legítimo de um direito de petição, desta feita ao Parlamento dos Açores, sendo certo que, este mesmo texto também foi dirigido à Assembleia da República pelos mesmos cidadãos peticionários. E esses cidadãos colocam este Parlamento perante a questão de serem concedidas novas facilidades aos Estados Unidos, no âmbito do acordo da Base das Lajes, para a utilização desta instalação militar para novas aeronaves por parte dos Estados Unidos da América, no quadro deste acordo e no quadro das relações com a NATO.

Gostaria de começar por dizer, de modo preliminar, que no âmbito do trabalho que a Comissão de Política Geral desenvolveu a propósito desta matéria, e que desde logo envolveu também a audição do Sr. Secretário Regional da Presidência e dos subscritores desta petição, dos primeiros subscritores, em nenhum momento, ao contrário do que alguns jornais fizeram referência, foi posta a hipótese sequer de este trabalho ser concluído sem a audição do Governo Regional.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Houve uma circunstância fortuita relacionada com um impedimento resultante de uma greve da SATA que impediu a reunião da Comissão numa data agendada e que impediu a audição do Membro do Governo com este dossier, mas que foi realizada numa outra altura, de acordo com o calendário da Comissão.

É preciso dizer, com justiça e com clareza que o Governo não se prestou, perante a Comissão, informar e disponibilizar a informação que tinha sobre esta matéria.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Outra coisa, é a avaliação que é feita sobre a informação que o Governo Regional dispõe sobre esta matéria e aqui é preciso dizer com toda a clareza que infelizmente os Órgãos de Governo próprio da Região não dispõem de informação suficiente sobre o alargamento das facilidades de concessão de novas concessões no âmbito do tratado celebrado com os Estados Unidos da América. É preciso dizer, que Órgãos de Governo próprio da Região, a Assembleia Legislativa e o Governo Regional, não sabem de todo o que se está a passar em relação a este dossier negociado entre o Governo da República e o Governo dos Estados Unidos. Isto foi confirmado, não apenas nesta circunstância, mas noutras audições que realizámos ao Sr. Secretário Regional da Presidência sobre a Base das Lajes. Resultou também da informação recente de 5 de Agosto de 2010 e de 18 de Agosto de 2010, respectivamente, respostas a requerimentos a Deputados da Assembleia da República dadas quer pelo Ministério de Defesa Nacional, quer pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros.

E a conclusão que chegamos é que o Parlamento dos Açores, órgão máximo da autonomia, que tem competência para acompanhar estas matérias, que estas matérias são matérias de interesse regional, que o Parlamento dos Açores não tem a informação suficiente, adequada, para avaliar das necessidades da concessão destas novas facilidades militares aos Estados Unidos da América, nem pode também avaliar dos impactos que elas podem vir a ter na nossa Região Autónoma.

É porque para o Partido Social Democrata é preciso também deixar claro que, primeiro estão os interesses dos Açores, primeiro está a defesa do interesse da Região, a defesa da segurança das populações, a defesa do equilíbrio ambiental

resultante de eventuais novas concessões, que todos estes factores devem ser ponderados, devem ser equilibrados e devem ser avaliados no quadro da nossa relação com um aliado e no quadro da nossa relação com a NATO.

É assim que a questão do ponto de vista institucional se deve colocar da perspectiva açorina, porque a Base das Lajes é, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, um activo político importante na relação dos Açores com os Estados Unidos e na relação de Portugal com os seus aliados no quadro das suas responsabilidades internacionais.

E o Partido Social Democrata não deixa de sublinhar, concordando com elas, que foram validadas, que foram aprovadas por unanimidade nesta Comissão, com as conclusões que constam do relatório e desde logo a conclusão de que o Parlamento dos Açores e o Governo Regional devem dispor e ter acesso a toda a informação não classificada como segredo de Estado sobre a eventual concessão de novas facilidades às forças Norte-Americanas na Base das Lajes, tendo em vista um adequado acompanhamento desta questão no quadro do cumprimento também do direito constitucional de participação atribuída à Região em matérias internacionais.

Naturalmente, que compreendemos que neste tipo de negociações e neste tipo de questões há matérias que estão reservadas e que estão cobertas por segredo de Estado de natureza militar. Compreendemos, respeitamos e aceitamos, mas todas as questões que são de natureza política, que envolvem a discussão política entre o Governo português e o Governo dos Estados Unidos têm que ser do conhecimento do Parlamento dos Açores e do Governo Regional dos Açores. Não pode apenas cumprir-se o preceito constitucional com uma mera informação circunstanciada e escassa, transmitida à Comissão bilateral Permanente, porque dessa forma não se está a cumprir a Constituição, não se estão a respeitar os direitos da Região e sobretudo, aos Órgãos de Governo próprio dos Açores que representam o povo açoriano, não se estão a transmitir as informações adequadas para se avaliar de facto a necessidade da concessão destas novas facilidades a um país aliado e no quadro, repito, das nossas responsabilidades internacionais e das responsabilidades internacionais do Estado português.

O Partido Social Democrata, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, não coloca de parte nenhuma questão relativa à concessão de novas facilidades às forças Norte-Americanas na Base das Lajes. O Partido Social Democrata quer, sim, é dispôr, do ponto de vista institucional, de toda a informação que permita aos representantes do povo açoriano e a este Parlamento recolher todos os dados, todas as informações para podermos tomar uma decisão.

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Deputado, já percebemos. O Sr. Deputado já disse isso três vezes!

O Orador: É importante dizê-lo e direi mais uma vez se necessário for, porque gostaria, Sr. Deputado José San-Bento, que esta referência incisiva que estou fazendo pudesse “calar fundo” nessa bancada, para que junto do Governo da República os senhores Deputados do Partido Socialista, que são amigos do Primeiro-Ministro José Sócrates...

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Deputado, votámos a favor das conclusões!

O Orador: ... pudessem pedir e obrigar o Governo da República e o camarada José Sócrates a prestar aos Açores as informações que não presta. É essa a questão. E é por isso que faço esta referência e a sublinho, para que fique absolutamente claro também aqui...

Deputado José San-Bento (PS): Não se esqueça que os senhores também são amigos do Duarte Lima!

O Orador: ... o que é pedido do ponto de vista institucional e aquilo que é exigível... é que a maioria socialista, no bom uso das suas responsabilidades políticas, institucionais, mas também partidárias, deve cumprir junto do Governo da República.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: **Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.**

*Deputado Artur Lima (CDS/PP): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.**

Membros do Governo:

Mais uma vez trazemos, e bem, a esta casa questões relacionadas com a Base das Lajes e o que interessa aqui dizer, em primeiro lugar, reconhecendo com

certeza o exercício de cidadania dos subscritores, da primeira subscritora, do segundo e dos outros, com certeza que é um exercício meritório da cidadania e fizeram bem em trazê-lo a esta casa. Agora é preciso lembrar que uma nota da Lusa que tenho, e que segundo as autoridades portuguesas, o processo foi iniciado em 2008, pelo Embaixador dos Estados Unidos em Lisboa, durante uma reunião da Comissão Bilateral, e que o projecto inserido no *Memorandum of Understanding* tinha por objectivo a determinação do impacto da futura actividade da USAFE na Base das Lajes, determinação do impacto.

Ora bem, empolou-se muito sobre essa matéria. Eu estou a reportar-me a 2008.

Depois é curioso que a subscritora, a primeira subscritora desta petição, tenha dito o seguinte, que eu acho que se deve aqui reproduzir, dizendo que “não era aceitável que os Deputados não tivessem acesso à informação, manifestando apreensão por não ter sido tomada qualquer posição política sobre o assunto, considerando até que houve falta de amor à pátria dos políticos e dos militares portugueses pela falta de defesa dos interesses dos Açores”.

É bom então também dizer que isso se reporta a 2008, e é bom dizer a altura quem era a primeira subscritora desta petição. Era, nem mais nem menos, Deputada do Partido Social Democrata na Assembleia da República.

Deputado José San-Bento (*PS*): Sua amiga! Não é só o PS que tem amigos!

O Orador: Foi Deputada entre 2005 e 2009 ...

Deputado José San-Bento (*PS*): Amiga do Duarte Lima! Não somos só nós os amigos de José Sócrates.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados. Sr. Deputado Artur Lima, faça o favor de continuar.

O Orador: ...e naturalmente quando a primeira peticionária critica os políticos por não terem tomado nenhuma decisão, estava naturalmente a criticar-se a si própria, porque a senhora foi Deputada de 2005 até 14 de Outubro de 2009, e portanto também era livre de perguntar o que é que a senhora fez na

Assembleia da República. Desconheço e até lhe dou o benefício de ter feito alguma coisa.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Está enganado.

O Orador: O que é que a senhora fez relativamente à defesa deste assunto, para a sua preocupação vir a exteriorizar-se depois de já não ser Deputada.

Feita essa precisão gostaria de dizer também o seguinte: é preciso que se defina se queremos ou não queremos novas valências para a Base das Lajes. É porque não podemos, por um lado andar a defender os trabalhadores e os seus direitos e os seus dinheiros e tudo o mais, e por outro dizer não, bloqueie-se a Base das Lajes do seu desenvolvimento. É isso que duma vez por todas também temos que assumir. Ou quer-se uma coisa, ou quer-se a outra, ou então quer-se as duas para potenciar a Base das Lajes, os Açores e Portugal no mundo e obviamente dentro da NATO, da qual fazemos, e bem, parte.

É porque o que se trata aqui de fazer é, e aliás o processo já foi suspenso, é relativamente a qualquer nova valência da Base das Lajes, neste caso a dos aviões, qual é o impacto que isso vai ter a nível ambiental, a nível social e fazer o estudo aprofundado disso. E com esses dados, na posse desses dados, então tomar decisões e decidir se é ou não benéfico para os Açores e para Portugal.

É claro, e é isso que temos que de uma forma muito clara de dizer, o que é que queremos para a Base das Lajes. Queremos um permanente conflito ou queremos alargar as suas potencialidades com obviamente benefícios para a Região Autónoma dos Açores, acautelando com certeza sempre o interesse, a defesa, a todos os níveis da população dos Açores e da Terceira, da Praia da Vitória, em particular?

Com certeza que essa preocupação é comum a todos. Todos nós temos essa preocupação. Ninguém no seu perfeito juízo queria pôr mísseis ou aviões para virem prejudicar o ambiente, os terceirenses, os açorianos. “Vamos trazer estes aviões para cá para ver se dizíamos aí esses meia dúzia de terceirenses, e meia dúzia de açorianos.”

Não, ninguém quer isso. O que todos queremos é mais valências para a Base das Lajes e queremos com segurança, porque a histeria que se, repito, gerou à volta desse assunto não passou disso mesmo, de uma histeria.

E portanto, na nossa opinião é preciso efectivamente saber o que é que queremos.

Depois há um assunto que o Sr. Deputado Pedro Gomes levantou e bem, que temos de ter em consideração, é que se trata de matéria sensível, de matéria, muitas vezes, classificada de segredos militares em que não podemos andar a discutir segredos e matéria confidencial na praça pública. Defendemos um estado de direito, defendemos que há segredos de Estado, defendemos que há matérias sensíveis e que têm de ser tratadas com sensibilidade.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Após isso, vamos discutir e então aí, sendo caso disso, se o processo tiver sido mal conduzido, se não tiverem foram acautelados os interesses dos Açores e dos açorianos, se não tiverem foram acauteladas todas as medidas de impacto negativo que poderiam ter aos mais diversos níveis, então sim, vamos à crítica, e violenta, se for caso disso. Não havendo, parece-me que temos aqui um não caso e uma não petição e sem razão de ser, com certeza, reconhecendo a legitimidade dela ser feita e reconhecendo o exercício de cidadania. Agora, como terceirense, como açoriano e como português, defendo a Base das Lajes como uma infra-estrutura fundamental para continuar o desenvolvimento dos Açores como foi até aqui. E portanto, é preciso olhar para estas coisas com olhos de ver. É preciso olhar para estas coisas com responsabilidade e é preciso olhar para isso não fazendo política barata, à volta de um assunto que é sério demais para o desenvolvimento dos Açores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, continuam abertas as inscrições. Sr. Deputado Aníbal Pires, faça favor.

***Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

Esta iniciativa popular que já foi aqui apelidada de histeria e de caso ou de não caso, a verdade é que ela só, enfim, pode ser apelidada de um não caso porque os Estados Unidos em resposta a uma pergunta do Deputado António Filipe do PCP, ou melhor, o Governo Português em resposta a uma pergunta do Deputado António Filipe do PCP, informou-o que o governo dos Estados Unidos, devido, digamos, à crise (serve também para justificar estas coisas) já não estava de momento sem intenção de dar continuidade à intenção manifestada de criar na Lajes uma base de treino de determinado tipo de aviões militares.

Pela nossa parte, e relativamente a esta questão, queremos louvar esta iniciativa dumas centenas muito largas de cidadãos, mas queremos fazer uma outra coisa, é apelar para que continuem atentos porque, digamos relativamente a esta questão, os Estados Unidos de momento deixaram de se interessar, o que não quer dizer que não venham a interessar-se posteriormente e é bom que os cidadãos desta Região, deste país...

Deputado José San-Bento (*PS*): O imperialismo expresso!

O Orador: ... e nomeadamente os cidadãos da Praia da Vitória, estejam atentos a isto.

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Estão, estão!

O Orador: Ainda bem. Se mantenham atentos e vigilantes porque é de fundamental importância a opinião que os cidadãos manifestam sobre este e outros assuntos para influenciar as decisões políticas.

Mas esta histeria e este não caso, como já aqui foi apelidado, teve também uma vantagem. Se outras não tivesse, a vantagem que o Sr. Deputado Pedro Gomes enfatizou, e que eu gostaria também de enfatizar, até porque isso parece que incomodou muito a bancada do Partido Socialista, que é exactamente o facto de as conclusões recomendarem que a Assembleia Legislativa e o Governo Regional dos Açores devam ser informados daquilo que não é matéria classificada e é isso que aqui diz, que não é matéria classificada, e como tal, cumprindo, nomeadamente um preceito constitucional que o Sr. Deputado Pedro Gomes referiu, e que eu me vou

escusar de referir. A verdade é esta: aquilo que se passa sobre o território açoriano deve ser dado conta não só à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, como ao Governo Regional.

Deputado José San-Bento *(PS)*: **Têm dado conta!**

O Orador: E isso não aconteceu. Aliás, aquilo que se soube sobre esta situação, a única coisa que se soube, que esta Assembleia acabou por saber e que foi tornado público, foi o teor da resposta que foi dada ao Deputado António Filipe do PCP.

Relativamente à questão da Base das Lajes, à sua defesa e à sua importância para a Região Autónoma dos Açores, enquanto estrutura que é utilizada ao abrigo do acordo de Cooperação e Defesa de Portugal com os Estados Unidos, nós respeitamo-lo e aquilo que temos vindo a fazer sempre é a exigir que os acordos sejam cumpridos e que nada seja feito para além daquilo que está acordado. Portanto é isso que nós criticamos. Aliás, se o Governo Regional ou se o Governo da República tivessem em consideração os interesses dos Açores nesta matéria, quando os Estados Unidos dão indicação de que queriam utilizar a Base das Lajes para instalar um campo de treino de novos aviões militares, deveria ter exigido condições, coisa que não fez. Deveria ter exigido condições e esta exigência teria a ver directamente não só com a salvaguarda dos impactos negativos que ambientalmente e mesmo comercialmente poderão vir a ter, uma vez que o estudo dos impactos ambientais e comerciais não está feito. Sabemos perfeitamente que a instalação de uma base de treino de caças militares interferiria certamente com a aviação comercial transatlântica. E portanto, tudo isso deveria ser considerado, bem assim como a questão dos impactos ambientais que é sobre nós que recaem, porque os impactos negativos recaem é sobre os açorianos e é bom que nos lembremos que a única contrapartida visível, palpável e que não é de somenos importância, mas que a tem vindo a perder, tem a ver com os trabalhadores da Base. A única contrapartida realmente palpável tem a ver com os trabalhadores portugueses que estão na Base das Lajes.

Deputado Helder Silva *(PS)*: **É muito importante!**

O Orador: Porque é muito importante e nós defendemos, aliás temos vindo a denunciar, é a diminuição do número de trabalhadores portugueses na Base das

Lajes, a sua substituição por trabalhadores Norte-Americanos. Isso sim nós temos vindo feito, assim como temos vindo a denunciar os incumprimentos do acordo laboral, coisa que vossas excelências não se preocupam absolutamente nada.

Deputado José San-Bento (PS): Não diga isso!

O Orador: A vossa preocupação é apenas colocarem-se de cócoras face aos Estados Unidos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, continuam abertas as inscrições. Creio não haver mais inscrições. Se é assim vamos passar para o ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos.

Sr. Deputado José San-Bento, tem a palavra.

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Presidente, eu posso me inscrever ainda?

Presidente: Pode-se inscrever.

Deputado José San-Bento (PS): Pronto.

Presidente: Sr. Deputado Pedro Gomes.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Era só para confirmar se Vossa Excelência, o Sr. Presidente, já tinha declarado ou não o encerramento do ponto e a abertura do ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos.

Presidente: Não, não tinha declarado ainda, Sr. Deputado.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Ainda não? Muito obrigado.

Presidente: Estava prestes a fazê-lo. Sr. Deputado José San-Bento, tem a palavra.

***Deputado José San-Bento (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.**

Membros do Governo:

Começo por lamentar estarmos aqui, digo isso com pena, a perder alguma da elegância que o debate parlamentar tem e algumas das praxes que deviam ser respeitadas.

Lamento muito, mesmo o partido da maioria deveria ter, julgo que isto era fácil de compreender, a última palavra numa matéria como é concretamente a

petição, na forma em que está enquadrada e atendendo ao facto, gostaria de salientar isso, de o Governo não poder usar da palavra.

Deputado João Costa (*PSD*): O partido da maioria tem sempre a última palavra. Proponha essa alteração ao Regimento.

O Orador: Ouça até ao fim. Não apenas por isso Sr. Deputado, e tive o cuidado de referir atendendo ao facto do Governo não poder usar da palavra, neste enquadramento.

Apesar de tudo, gostaria de dizer muito rapidamente que os objectivos dos peticionários já foram aqui referidos, portanto não vou entrar em grandes pormenores. Vou apenas referir que há na elaboração desta petição alguns aspectos que têm a ver com premissas falsas e com um registo de alarmismo e de insensatez que não nos parece o ideal para discutirmos uma matéria dessas. Uma matéria que deve ser discutida, despida de preconceitos ideológicos, o que infelizmente também não está acessível a todas as forças políticas, basta ver aquilo que acabou por dizer o Deputado Aníbal Pires.

Nós sempre fizemos depender a instalação de novas valências na Base das Lajes de duas avaliações essenciais. A primeira, num estudo técnico entre as duas forças aéreas, quer de Portugal, quer dos Estados Unidos, sobre a viabilidade dessas novas valências. E também, num segundo aspecto, da salvaguarda e da avaliação dos interesses dos Açores, nomeadamente nas vertentes da segurança das populações, aspectos ambientais, sociais e económicos e também de implicações relacionadas com a aviação civil. E portanto, nós sempre tivemos isto presente e por isso alguns objectivos dos peticionários são partilhados por nós. São partilhados por nós e isto significa também que o Partido Socialista nunca perdeu como posição de princípio o facto de não sermos contra a instalação de novas valências, salvaguardados os aspectos que eu referi. Ignoramos toda a envolvente deste problema, a começar também pelo facto de nós estarmos a falar de uma estrutura que tem uma grande importância para o PIB dos Açores. Contribui com mais de 1%. É um grande empregador na ilha Terceira e tem um impacto directo e indirecto...

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): E nos Açores, Sr. Deputado.

O Orador: ... na economia local e regional muito significativo. E portanto, nesse aspecto, nós salientamos também aquilo que foi dito pelo Deputado Artur Lima, mas não podemos ter uma visão unidimensional, ainda por cima marcada por preconceitos quando analisamos esta questão.

Com todo o respeito pelos 700 peticionários, nós gostaríamos também de dizer que o Partido Socialista tem plena consciência sobre o que fazer e como fazer para defender os Açores e para salvaguardar as populações e os aspectos que eu também já aqui referi.

Saliento esta iniciativa. É uma iniciativa que merece todo o respeito, mas nós temos plena consciência do que é que é necessário fazer para salvaguardar os interesses dos Açores. O Partido Socialista é um partido de proximidade às pessoas, aos problemas, às instituições, é um partido em permanente contacto e em sintonia com a realidade e nunca é por demais dizê-lo.

Nós gostávamos de referir um aspecto que não pode significar conformismo nem insensibilidade, mas nós temos de compreender a evolução dessa componente, nomeadamente geoestratégica.

Entre os anos 50 e os anos 70, a Base das Lajes teve uma importância enorme, absolutamente central na estratégia americana, sobretudo ligada ao advento da aviação de bombardeamentos estratégicos. Daí para cá, com a evolução da técnica, com a nova ordem mundial pós 92, a Base das Lajes teve um papel menos relevante. Temos de apreciar isso, temos que reflectir sobre esses aspectos.

Essa nova relevância diminuída da Base das Lajes teve também um aspecto importante e que nos deve fazer pensar com o fim do chamado FCS que ocorreu em Junho de 2009, que era o novo sistema, o *Future Combat Systems* americano, que previa uma grande capacidade e uma grande rapidez de projecção de forças para diversos teatros de operação e isso dava novamente uma enorme importância à Base das Lajes. Mas infelizmente esse plano foi cancelado. E se refiro isso, Srs. Deputados, é para dizer que quando nós falamos, e o PS tem como grande objectivo a valorização estratégica da Base

das Lajes, temos de perceber que temos que estar abertos a todas as oportunidades que permitam revalorizar essa importância da Base das Lajes. E isso pode significar valências no âmbito da segurança marítima, da luta contra o tráfico de droga, da luta contra o tráfico de pessoas, valências de redundância em termos do programa espacial americano, e eventualmente também europeu, e portanto tudo isso é muito importante para os Açores, é extremamente importante para a República Portuguesa. Dá-nos uma profundidade atlântica, um grande relevo no âmbito da NATO, e portanto são questões da maior importância e que nos são colocadas também como um enorme desafio. Isto significa que temos de olhar para esse problema com espírito aberto e com a importância que ele tem.

E portanto, gostaria de terminar referindo que aquilo que os Deputados do Partido Socialista fizeram ao aprovar as conclusões que a Comissão formulou, em nosso entender, é o aspecto que não foi aqui salientado, mas é um aspecto que significa sentido de responsabilidade, de prestígio institucional desta Assembleia e uma dignidade que este Parlamento tem que saber afirmar sempre. Foi isto que esteve em causa...

Deputado Berto Messias (*PS*): Muito bem!

O Orador:... e quando é isto que está em causa os Deputados do Partido Socialista não precisam de lições de ninguém, nem precisam de recados de ninguém. Foi isso que nós fizemos, com a ressalva em relação àquilo que foi dito sobre a disponibilidade da informação. Queremos todos mais informação, que essa informação, como foi, acho eu, bem dito pelo Deputado Artur Lima, reveste-se de uma sensibilidade importante e nós muitas vezes para fazermos certos tipos de exigências temos que perceber bem, com todo o respeito, do que é que estamos a falar. E nós estamos a falar de matérias muito sensíveis e portanto isto significa que este Parlamento deve ter toda a informação que for possível disponibilizar, mas também significa que este Parlamento teve a informação disponível e no momento em que essa informação foi solicitada. Pode haver aqui uma discordância com o Presidente da Comissão, o que também é uma coisa muito saudável. O que não estamos

disponíveis é para, ao abrigo de uma matéria tão sensível, sujeita a metodologias tão específicas, que isto seja instrumentalizado com base em preconceitos ideológicos, como foi aqui feito por um célebre órfão do império soviético.

Tenho dito.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e do Deputado Artur Lima (*CDS/PP*):

Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estevão, tem a palavra.

*Deputado Paulo Estevão (*PPM*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Devo começar por dizer que nunca gostei de praxes. Na universidade nunca participei em praxes e nunca o fiz porque as praxes significam sempre o abuso do mais forte sobre o mais fraco. E portanto é algo que está no meu espírito, é de facto estar contra qualquer tipo de abusos quando os mais fortes, os mais ricos...

Deputado José San-Bento (*PS*): O senhor está a disfarçar a sua cobardia política.

Isso é cobardia política e eu não me vou esquecer.

O Orador:... beneficiam, têm algum tipo de benefício em relação aos mais fracos. Portanto, Sr. Deputado, da minha parte o que lhe digo é: não alinho em praxes.

Agora, concentrando-me na questão essencial em relação à Base das Lajes, eu quero começar por referir o seguinte. É evidente que os Estados Unidos é um país aliado e o posicionamento do Partido Popular Monárquico em relação à política externa portuguesa é de manter os nossos compromissos com os nossos aliados, os nossos actuais aliados político-militares. Mas isso significa também uma outra coisa que é fundamental: é que nós não falsificamos a história, nós sabemos qual foi a origem da Base das Lajes.

A origem da Base das Lajes foi uma imposição por parte de uma potência militar mais forte sobre Portugal no final da Segunda Guerra Mundial. Esta é a verdade. Como qualquer outro. Como sucedeu em relação a qualquer outra

posição muito importante do ponto de vista geoestratégico ao longo da história.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): Qual foi a potência?

O Orador: Portanto, esta é a génese da Base das Lajes.

Ora, a partir daí, evidentemente durante grande parte da vigência do Estado Novo, como se sabe, para defesa do império colonial, o Estado Novo esteve sempre numa posição, do ponto de vista diplomático, de inferioridade perante os Estados Unidos. Esta é a questão fundamental.

Agora, do ponto de vista do Partido Popular Monárquico, qual é, tendo em conta a existência deste acordo militar, o nosso posicionamento específico na actualidade, reconhecendo que essa é a génese como muitas outras, em que as potências mais fortes sempre impuseram a sua presença em locais estratégicos apetecíveis e os Açores foram, ao longo dos últimos 500 anos, um local estratégico fundamental.

Agora vamos discutir a questão em concreto, qual é o interesse nacional, qual é o interesse da Região Autónoma? O nosso interesse é no sentido de termos as melhores contra-partidas possíveis. Temos que ter o interesse nacional e o interesse da Região, de ter as melhores contra-partidas possíveis em relação à manutenção de uma presença militar estrangeira. Isto parece-me essencial. É necessário que as contra-partidas sejam as melhores possíveis.

Ora, tendo em conta esta situação, considero que o que nós temos vindo a assistir por parte do Governo da República e por parte do Governo Regional é a uma má defesa do interesse nacional desde o final da década de 80. Considero que a partir daí o interesse nacional em relação às contra-partidas da Base das Lajes tem vindo a ser mal defendido no âmbito da análise que podemos fazer em relação a esta questão.

Eu lembro que, por exemplo, só as contra-partidas financeiras da Base das Lajes representavam, na década de 80, 30% das receitas da Região. Chegaram a representar 30% das receitas da Região e mais do que isso, o número de trabalhadores da Base das Lajes foi de quase 3000 pessoas

envolvidas. Portanto, era um conjunto de contra-partidas que apesar de tudo eram bastante significativas. Estas contra-partidas, quer em material militar, quer no número de trabalhadores portugueses que trabalhavam na Base das Lajes, quer do ponto de vista das contra-partidas financeiras directas, têm vindo a ser muitíssimo reduzidas. E portanto, há um momento a partir do qual o país e a Região começam a ter um interesse menor em relação a esta questão.

Agora, começamos a ter de facto um conjunto de valores que começam a colocar em causa o nosso interesse quanto a esta questão. Porque nós temos que ter uma posição forte em relação à negociação com os Estados Unidos. Não podemos, como dizia o Sr. Deputado San-Bento, reconhecer que existe uma desvalorização estratégica da Base das Lajes. Eu considero que essa desvalorização estratégica é a imagem que os militares e os políticos norte-americanos querem transmitir, de que após o fim da Guerra Fria e a desagregação da União Soviética, a Base das Lajes, de alguma forma, veio a perder o seu potencial geoestratégico. Eu considero, e há muita gente, muitos analistas políticos e académicos, que consideram que é precisamente o contrário. Neste momento o futuro dos Estados Unidos, do ponto de vista da sua projecção estratégica, depende muito deste posicionamento, desta localização geoestratégica, nomeadamente no que diz respeito à sua presença na África Ocidental e à sua presença no Médio Oriente. E portanto, nesse sentido, não temos que ter em conta que existiu qualquer tipo de desvalorização da Base das Lajes em relação a questões que têm a ver com uma natureza especificamente geoestratégica.

Concentrando-me, para terminar, naquela que é a questão que aqui estamos a discutir, considero que os indícios em relação à negociação da criação de um eventual campo de treinos norte-americano nos Açores, essa negociação já estava a ser realizada, com uma posição fraca da parte do Estado Português e também do Governo Regional, uma posição já predisposta para a cedência política. Portanto, não é assim que se conseguem assegurar boas contra-partidas para a Região, boas contra-partidas para o país. Temos alguns

indícios de que o Estado Português estava pronto a abdicar da possibilidade de renegociar o tratado...

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): Não é tratado. Não existe! É um acordo.

O Orador:... porque a maior parte dos juristas, o que consideravam, é que a criação dum campo de treinos obrigaría à revisão do tratado.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): Qual tratado? É acordo. Não existe tratado.

O Orador: No entanto, muita gente nos Açores, muita gente a nível nacional, já estava predisposta para a cedência política em relação a esta questão e é nesse sentido que eu considero que não faria um bom serviço ao meu país, à defesa da soberania nacional, à defesa dos interesses da Região Autónoma, se não fizesse aqui uma firme defesa de duas coisas: da aliança americana, com certeza, mas também com as contra-partidas exigíveis para Portugal e para a Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

***Deputada Zuraida Soares (*BE*): Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

Eu gostaria de começar por clarificar duas ou três questões na medida em que, como diz o povo “Quem cala, consente”, e na realidade nós não queremos consentir.

A primeira é que nós, Bloco de Esquerda, não consideramos esta iniciativa cidadã uma não petição e não o fazemos por uma questão simples. Esta iniciativa cidadã é datada de Abril de 2010 e neste momento aquilo que estava em cima da mesa, ou explicando melhor, aquilo que estava por baixo da mesa, porque era muito pouco claro e explícito aos olhos dos cidadãos e das cidadãs, era exactamente a possibilidade ...

Deputado José San-Bento (*PS*): Sra. Deputada, essas frasezinhas são para aparecer na televisão.

A Oradora: **Sr. Deputado José San-Bento, o Sr. Deputado falou e eu respeitei a sua intervenção. Ouvi-o sem me manifestar, peço-lhe que faça a mesma coisa. Muito obrigada.**

Deputado Lizuarte Machado *(PS)*: **Os apartes são regimentais.**

A Oradora: **Aquilo que estava por baixo da mesa, dizia eu, era a possibilidade dos aviões F-22 e F-35 começarem a treinar sobre o Oceano Atlântico com suporte na Base das Lajes. E portanto, na data em que esta iniciativa surge, tem toda a razão de ser.**

Depois, eu não vi nenhum tipo de histeria implantada nem nesta Região, nem fora desta Região. Acho até, que esteve tudo demasiadamente calmo, deixando passar a gravidade, aquilo que nós consideramos a gravidade desta possibilidade. Não vi histeria nenhuma.

E finalmente, quanto aos preconceitos ideológicos atirados para os órfãos do império soviético, não sendo...

Deputado José San-Bento *(PS)*: **O comentário não era para si.**

A Oradora: **... porque não sou advogada de defesa do Sr. Deputado Aníbal Pires, mas há uma coisa que eu quero dizer e que invalida o argumento do preconceito ideológico, que é que a primeira peticionária desta petição ser uma ex-deputada do PSD na Assembleia da República e portanto, quanto a órfãos do império soviético também estamos conversados.**

Quanto ao conteúdo desta iniciativa nós queremos saudá-la pela própria iniciativa cidadã em si e sobretudo pela coragem que estes peticionários tiveram em romper com um tabu que está implantado há décadas nesta Região, que é não se fala na Base das Lajes, na utilização da Base das Lajes e na maneira como podemos rentabilizar doutra forma a nossa privilegiada situação geoestratégica. Esta matéria é um tabu na Região Autónoma dos Açores.

Deputado José San-Bento *(PS)*: **Isso é mentira!**

A Oradora: **Estes peticionários tiveram a ousadia de romper com este tabu e de dizer, como aqui está claramente escrito, “mais uma vez estão a ser tomadas importantes decisões nas nossas costas”, que é como quem diz nas costas da**

Autonomia, e chegou a altura de intervir e de dizer basta. O Bloco de Esquerda subscreve na íntegra esta parte, aliás, todo o conteúdo do texto da petição.

Alegra-nos, evidentemente, a decisão, e já o dissemos aqui num voto de congratulação, da Administração Norte-Americana, por razões que são suas, que eventualmente a crise não é alheia, de desistirem desta ideia peregrina de transformarem o nosso espaço aéreo num imenso campo de treinos. Mas ao mesmo tempo, lamentamos que esta decisão de inviabilizar à partida sem antes ter acautelado e ter pedido, exigido todo o tipo de estudos e de levantamentos fundamentais, não tenha sido tomada pelos governos seja da República, seja da Região Autónoma dos Açores.

Ouvi também...

Deputado José San-Bento (PS): Isso é uma auto-crítica!

A Oradora: ... ser aqui apontada uma espécie de faca ao peito de quem ousa dizer que é possível encontrar outras valências para a Base das Lajes e simultaneamente respeitar, e quiçá, aumentar o número de postos de trabalho portugueses naquela Base. Foi dito aqui que quer-se uma coisa, qual é essa coisa? Os postos de trabalho. Ou quer-se outra, qual é a outra? Novas ou outras valências para a Base.

O Bloco de Esquerda tem a ousadia de dizer que quer as duas. Nós queremos novas e outras valências para aquela Base e queremos manter e aumentar os postos de trabalho por uma razão muito simples, é que aquela Base, tal como está, não tem garantido nenhuns postos de trabalho.

Deputado José San-Bento (PS): Vai fazer uma plantação de papoilas!

A Oradora: Ano a ano, cada vez que nesta Assembleia falamos na Base das Lajes já diminuiu o número dos postos de trabalho portugueses dentro dela. É um a um. Estamos em pouco mais de 700 e portanto, Sras. e Srs. Deputados, é difícil aceitar o argumento de que aquela Base defende os postos de trabalho dos portugueses.

Finalmente e para terminar, Sr. Presidente, o Estado de direito, como qualquer outro Estado, tem matérias classificadas, evidentemente. Mas o

Estado de direito obriga a uma coisa: é que os órgãos de soberania e os órgãos de governo próprio têm que ter informação suficientemente clara...

Deputado José San-Bento *(PS)*: **Suficientemente clara, no escuro!**

A Oradora: ... sobre aquilo que está a ser decidido em seu nome e portanto, nas suas costas, como dizem os peticionários, coisa que não aconteceu nesta matéria, fazendo fé e acreditando, o que eu acredito, nas palavras do Governo Regional e no Secretário da Presidência, que em sede de Comissão disse que aquilo que sabia era apenas aquilo que sabia e nada mais.

Deputado José San-Bento *(PS)*: **Fica-lhe bem!**

A Oradora: **Não. Eu estou a dizer que eu acredito...**

Deputado José San-Bento *(PS)*: **Era aquilo que tinha que saber!**

A Oradora: ... mas isto quer dizer uma coisa: é que o Governo da República se portou mal com a Região nesta matéria, porque sabia mais. Está escrito, também está escrito, nos anexos a este relatório.

Deputado José San-Bento *(PS)*: **Sra. Deputada veja as datas.**

A Oradora: **As respostas do Ministério da Defesa e as respostas do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Basta ler para perceber que sendo verdade, e fazendo fé nas declarações do Sr. Secretário da Presidência, foram sonegadas informações importantes ao Governo Regional.**

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Deputado José San-Bento *(PS)*: **A Sra. Deputada leu as conclusões desta Comissão?**

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, terminámos o debate acerca desta petição. Passamos para o ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 12/2010 – “Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos da Administração Regional dos Açores (SIGRHARA)”**.

Eu pedia ao Governo... Sr. Deputado Helder Silva?

Deputado Helder Silva *(PS)*: Sr. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de meia hora, por favor.

Presidente: Sim, senhor. É regimental. Retomamos os nossos trabalhos às 17 horas e 45 minutos.

Até já.

(Eram 17 horas e 13 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeçia que reocupassem os vossos lugares.

(Eram 17 horas e 55 minutos)

Vamos reiniciar os nosso trabalhos e vamos começar com a **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 12/2010 – “Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos da Administração Regional dos Açores (SIGRHARA)”**, uma proposta do Governo.

Este debate obedecerá à mesma grelha que temos usado para as resoluções e que usámos no Decreto Legislativo Regional dos docentes contratados, ou seja, 25 minutos para o PS e para o Governo, 19 para o PSD, 13 para o CDS/PP, 11 para o BE, 10 respectivamente para as Representações Parlamentares do PCP e do PPM.

Eu dou a palavra ao Sr. Vice-Presidente do Governo para apresentar o diploma.

***Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:**

A proposta de Decreto Legislativo Regional que visa criar o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos na Administração Regional dos Açores (SIGRHARA), tem três objectivos essenciais.

O primeiro, assegurar a uniformização e a centralização do processamento de vencimentos de toda a Administração Pública Regional, que permitirá assim assegurar um grande ganho de eficiência e de eficácia, quer por via da redução do número de funcionários que ficam afectos a estas funções, eliminando tarefas que são repetitivas em dezenas e dezenas de serviços da Administração e passando a centralizar esse processamento num único programa informático e numa única entidade que gere esse mesmo processamento.

O segundo aspecto, é que por essa via, além de se reduzir os recursos humanos que são afectos a esta actividade, também se anula dezenas e dezenas de contratos com programas informáticos que são feitos, adquiridos de forma autónoma e separada, criando assim uma grande poupança de recursos do ponto de vista de licenciamento de programas que passa a usar um único para toda a Administração Pública Regional.

O aspecto seguinte, é que também este diploma assegura, por essa via de carregamento uniformizado e centralizado de toda a informação decorrente do processamento de vencimentos, que ao conjugar essa informação com toda a sistematização de informação em relação aos funcionários públicos, que permanentemente se esteja a actualizar o ficheiro central de pessoal. Se possa, em cada momento, ter conhecimento exacto da realidade da Administração Pública Regional sem que tenha, para esse efeito, de ser feita qualquer outra tarefa e criando um ficheiro central de pessoal e paralelo agregamos a informação necessária para desenvolver o ficheiro central de pessoal com as folhas de processamento de vencimento, sendo que a folha de processamento de vencimento automaticamente cria e actualiza permanentemente o ficheiro central de pessoal.

É pois uma proposta, que sem dúvida, corresponde a um esforço de racionalização dos recursos da Administração Regional, de redução das despesas de funcionamento, de aumento de eficácia e de eficiência da Administração, reduzindo e dando mais um exemplo de redução de custos, onde claramente não são necessários para melhorar a eficácia e eficiência da nossa Administração.

Presidente: Estão abertas as inscrições. Sr. Deputado Pedro Gomes, tem a palavra.

*Deputado Pedro Gomes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo Regional:

O diploma que está agora em apreciação é um diploma, que como foi afirmado pelo Sr. Vice-Presidente do Governo, se destina a introduzir uma nota de racionalização na Gestão Integrada dos Recursos Humanos da

Administração Regional. E naturalmente que essa perspectiva deve mover-nos num sentido positivo. Desde logo, quero dizer que esta perspectiva concita o apoio do Partido Social Democrata que está hoje, como está no futuro, disponível também para apoiar todas as medidas que visem introduzir uma nota de racionalização e de melhor gestão na Administração Pública.

Gostaria de dizer também que, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, no trabalho que foi efectuado na Comissão de Política Geral, relativamente a este diploma, a Comissão procedeu à consulta da Comissão Nacional de Protecção dos Dados Pessoais. Este elemento é importante, na medida em que este Sistema Integrado de Gestão dos Recursos Humanos vai tratar dados pessoais, informações sensíveis dos trabalhadores que prestam trabalho à Administração Pública. Desde os seus dados pessoais relativos à sua identificação pessoal, mas também dados relativos à sua carreira, às suas remunerações, à sua progressão na carreira, e nessa medida o acesso a estes dados, e o seu tratamento, está obrigado a um conjunto de regras especiais que protejam a confidencialidade, a segurança e os níveis de acesso aos dados que são centralizados neste tipo de sistemas de gestão. E nessa medida, a Comissão de Política Geral procedeu, como era sua obrigação, através da Presidência da Assembleia Legislativa, à consulta da Comissão Nacional de Protecção dos Dados, que formulou um conjunto de sugestões de alteração de proposta de Decreto Legislativo Regional apresentada pelo Governo.

Nessa medida, foi feito um trabalho sério, consensual na Comissão, no sentido de introduzir um conjunto de alterações que estão vertidas no relatório da Comissão de Política Geral quanto a esta iniciativa, que aliás são subscritas por todos os Grupos e Representações Parlamentares que integram esta Comissão e que visam dar acolhimento às sugestões formuladas pela Comissão Nacional de Protecção dos Dados, com o sentido de acautelar a segurança dos dados pessoais, garantir que estes não são acedidos indevidamente por quem não precisa e por quem não deva a eles aceder, e

sobretudo também, garantir um escrupuloso respeito da lei de protecção dos dados pessoais.

Seja-me permitido também, Sr. Presidente, apresentar desde já, porque a matéria, sendo consensual, creio que economizaremos o nosso tempo de debate, uma proposta de aditamento, do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata. Refere-se a um artigo 12.º-A, um artigo novo, que visa garantir transparência e acesso à informação por parte de todos os cidadãos, relativamente às matérias da Administração Pública.

Nessa medida, este artigo prevê que anualmente o Governo Regional possa disponibilizar, até 31 de Março do ano seguinte, um conjunto de informação, quanto ao pessoal que presta trabalho à Administração Pública, o número de trabalhadores em exercício efectivo de funções e respectivos custos, o número de trabalhadores contratados a termo, o número de novas admissões em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado, o número de trabalhadores com menção de Excelente, o número de reformas ou aposentações, o número de trabalhadores que foram objecto de alteração de posicionamento remuneratório, com o objectivo claro de que seja também disponível, através do portal do departamento do Governo que tem a seu cargo a Administração Pública, o acesso a estes dados em nome da transparência da Administração e, no fundo, no cumprimento de uma norma constitucional de administração aberta.

Queria também dizer, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, que o Partido Social Democrata apresentou, já está na Mesa, uma alteração à sua proposta de aditamento e essa alteração abrange duas normas.

A alínea d) deste artigo 12.º-A, que da qual eliminamos “ e respectivos custos orçamentais”, ficando apenas com “número de trabalhadores contratados a termo”, e a alínea e) que ficará com a seguinte redacção “número de novas admissões”, que era a que já constava e é acrescentado este inciso “em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado”. E são estas as alterações,

que no fundo, consubstanciam também uma proposta de substituição à proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

Muito obrigado.

Presidente: Sra. Deputada Vera Bettencourt, tem a palavra. *Deputada Vera Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo Regional:

A proposta de Decreto Legislativo Regional, agora apresentada, visa implementar na Região um Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos da Administração Regional dos Açores, que tem como principal objectivo a criação de um banco de dados único com informação quer pessoal, quer profissional, dos trabalhadores da Administração Regional dos Açores, a fim de garantir o processamento centralizado de vencimentos e a gestão dos quadros regionais de ilha, permitindo a uniformização e sistematização da recolha, arquivo e tratamento de dados, bem como a partilha dos dados comuns e a edição de dados específicos, empregando para o efeito, níveis de segurança compatíveis com a natureza dos dados em questão.

A implementação deste sistema tem como base a racionalização e optimização dos recursos materiais, técnicos e financeiros, através da utilização dos meios tecnológicos actualmente disponíveis, tendo como preocupação principal, o conhecimento actualizado e fiel, em tempo real, das competências individuais e organizacionais disponíveis, bem como aquelas que sejam necessárias para uma gestão eficaz e eficiente dos recursos humanos, que assumam um papel importante na gestão organizacional de entidades públicas.

Assim, a mais-valia desta medida, prende-se com questões de melhoria dos métodos de trabalho a alcançar com a uniformização de procedimentos administrativos e contabilísticos, redução do trabalho manual e conseqüente aumento de automatismos introduzidos, e diminuição do risco do erro humano, de maior qualificação profissional em resultado da diminuição do número de trabalhadores afectos à área de administração de pessoal, com a possibilidade de especialização, de ganhos de economia, eficiência e eficácia alcançados através da redução do número de aplicações informáticas

existentes, número de contratos de manutenção e custos de desenvolvimento legais e operacionais, porque passa a ser feito apenas numa única aplicação.

O SIGRHARA, tem ainda por objectivos, a divulgação de dados estatísticos, bem como o fornecimento de indicadores de gestão sobre a Administração Pública Regional, tendo em vista fundamentar o estudo e a definição de medidas globais de pessoal, de emprego público e a análise das medidas de promoção e desenvolvimento de operações sectoriais de gestão e administração de pessoal.

Com a complacência do Sr. Presidente, e por uma questão de economia de tempo, acrescento também, que na apreciação da especialidade foram aprovadas em Comissão, por unanimidade, algumas propostas de alteração que visam suprir algumas imprecisões e insuficiências deste diploma levantadas pelo parecer da Comissão Nacional de Protecção de Dados, bem como as preocupações apresentadas pelo Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado, entidades com fins públicos. É de salientar também que estas propostas de alteração não põem em causa a matéria deste diploma, que passo a elencar.

A proposta de nova redacção para o número 2, do artigo 1.º, surge no sentido de esgotar a elencagem de todos os recursos que integram a Administração Pública, directa e indirecta, da Região Autónoma dos Açores, indo de encontro ao parecer da Comissão Nacional de Protecção de Dados. Passa-se também a referir no aditamento do número 2, do artigo 2.º, que a partilha de dados é realizada unicamente por subsistemas nos termos definidos no artigo 8.º. O aditamento do número 4, deste mesmo artigo, vem também de encontro ao que pretende a Comissão Nacional de Protecção de Dados, no seu parecer, no que diz respeito à garantia da minimização dos dados no número anterior, porque quanto o tratamento da informação, da aplicação informática é efectuada apenas pelo *back office* do SIGRHARA, previsto no artigo 7.º-A, que se obriga a expurgar as referências que identificam os colaboradores.

A nova redacção dada ao artigo 7.º, que passa a explicitar que o tratamento dos dados é da competência do departamento regional que tem a seu cargo a

Administração Pública, resolve a insuficiência apontada pelo parecer da Comissão Nacional de Protecção de Dados.

O artigo 8.º da proposta é também merecedor de aprofundamento da sua redacção, passando a melhor explicitar as formas de articulação entre o SIGRHARA e outros subsistemas existentes ao criar, via *web services*, que são configurados pelo *back office*, que fornece autenticação para acesso aos mesmos.

A Comissão Nacional de Protecção de Dados referiu no seu parecer que o articulado referente ao direito de acesso por parte do titular dos dados não vai de encontro ao previsto no artigo 11.º da Lei n.º 67/98, de 26 de Outubro.

Para obviar a isso, a Comissão propõe uma alteração ao artigo 10.º desta proposta de Decreto Legislativo Regional, indo de encontro ao disposto no artigo 11.º da Lei n.º 67/98, de 26 de Outubro, prevendo igualmente, no seu número 3.º a impossibilidade do titular dos dados se opor ao seu tratamento.

A proposta de alteração do artigo 11.º passa a prever o *back office* como utilizador do SIGRHARA, estipulando no artigo 10.º-A os perfis de acesso dos respectivos utilizadores, evitando assim eventuais conflitos entre utilizadores designados pelos diversos responsáveis.

O aditamento dos artigos 7.º-A, 7.º-B e 10.º-A, à proposta de Decreto Legislativo Regional surge no sentido de explicitar as competências do *back office* do SIGRHARA, dos serviços e estipular os perfis de acesso dos respectivos utilizadores.

A Resolução do Conselho de Governo n.º 109/2010, de 21 de Julho, criou o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos da Administração Regional dos Açores, estipulando alguns prazos a serem cumpridos pela Administração Regional. Tratam-se de indicações de gestão interna, da ferramenta em causa, atribuindo competências aos serviços, pelo que faz sentido que continuem a vigorar no ordenamento jurídico regional da introdução da norma revogatória para a Resolução do Conselho de Governo n.º 109/2010, de 21 de Julho, de 2010.

Quero também deixar, e mais acrescento, a concordância do Grupo Parlamentar do PS com a redacção proposta de aditamento apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD, que foi ainda há pouco, apresentada pelo Sr. Deputado Pedro Gomes. Vamos votá-la favoravelmente, assim como toda a proposta de Decreto Legislativo Regional.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: **Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.**

***Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo Regional:**

Depois das explicações dadas pelo Sr. Vice-Presidente do Governo, o Sr. Deputado Pedro Gomes e da excelente análise feita ali pela Sra. Deputada do Partido Socialista, temos que dizer que o diploma está bem explicado, bem entendido, é positivo e introduz realmente melhorias na gestão de pessoal e no processamento de vencimentos que às vezes havia queixas, até dentro da mesma secretaria, entre serviços, que um recebia num dia, outros, dois dias mais tarde e isto porque tinham programas informáticos diferentes. Às vezes, os que estavam na sede já tinham recebido, os que estavam nas delegações não tinham e criava estas diferenças entre os funcionários.

De maneira que é muito positivo este diploma e terá com certeza o nosso apoio exactamente porque introduz rigor, eficiência e melhor gestão dos salários e do pessoal da Região Autónoma dos Açores.

Aproveito também para dizer, que votaremos favoravelmente a proposta de alteração do Partido Social Democrata, corrigida que aqui já nos foi entregue. Muito obrigado.

Presidente: **Sr. Deputado Mário Moniz.**

Deputado Mário Moniz (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo Regional:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda reconhece a necessidade de se proceder ao registo dos dados dos recursos humanos na Administração Pública com o intuito de otimizar a sua gestão assente numa ferramenta

tecnológica, que permitirá uma melhor inventariação e conseqüente balanço de competências individuais e organizacionais.

As alterações propostas em sede de apreciação em Comissão são pertinentes, por corresponderem às reservas plasmadas nos pareceres emitidos pelas entidades consultadas. Contudo, e por não estarmos de acordo com a amplitude do âmbito definido no artigo 3.º, apresentamos uma proposta de alteração que repõe o verdadeiro âmbito naquilo que se entende serem recursos humanos, conforme, e muito bem, concretizado no número 1, do artigo 1.º.

O Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, em sede de Comissão de Política Geral, para apreciação da proposta em causa, alegou que esta iniciativa tem como objectivo, e voltou a referi-lo hoje, a criação de um banco central de dados com informação relativa aos recursos humanos da Administração Regional, designadamente todo o percurso pessoal e profissional dos trabalhadores, o que permitirá o processamento centralizado de vencimentos. Ora um vencimento, ou um salário, é auferido unicamente por quem tem uma relação jurídica de emprego com uma entidade pública ou privada, enquanto que a relação entre um prestador de serviços e uma entidade pública, ou mesmo privada, é de cariz comercial. Até se atendermos à designação da proposta, facilmente constatamos que se tratam de recursos humanos (e entendem-se recursos humanos, enquanto um conjunto de trabalhadores, ou em gíria moderna, colaboradores, que desempenham funções de modo interligado entre si e de mais sectores, em prol do sucesso de uma organização).

Um verdadeiro prestador de serviços não está integrado na hierarquia nem está interligado com os trabalhadores de uma organização, neste caso pública. É, sim, alguém que vende um serviço. Não fará por isso qualquer sentido incluir os prestadores de serviços neste banco central de dados, porquanto essa é uma situação perfeitamente enquadrável no Código de Contratos Públicos, onde está incluída a prestação de serviços.

Aliás, se os contratos de trabalho em funções públicas e contratos individuais de trabalho são excluídos deste regime, e com todo o sentido, portanto não fará igualmente sentido incluir prestadores de serviços no Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos na Administração Regional dos Açores, quando já estão enquadrados no Código dos Contratos Públicos. Mas se o problema é a constituição do tal banco de dados para prestadores de serviços, isso está, também, previsto quer no Código dos Contratos Públicos, quer na sua adaptação à Região através da plataforma electrónica prevista.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

***Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito obrigado Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo Regional:**

Em relação ao diploma que estamos a apreciar dizer desde já que não merece reservas da Representação Parlamentar do PCP, aliás, porque foram salvaguardado aquilo que era de salvaguardar. Aliás, a Comissão teve em atenção exactamente o parecer da Comissão Nacional de Protecção de Dados. Portanto, a Representação Parlamentar do PCP irá dar a sua aprovação a este diploma, bem como às propostas de alteração que o PSD propõe.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estevão, tem a palavra.

***Deputado Paulo Estevão (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo Regional:**

O Partido Popular Monárquico também irá apoiar esta iniciativa, porque consideramos que de facto traz ganhos de eficiência e racionalidade.

Só quero referir que também não é nada de inovador. É algo que já é feito há muitos anos em várias regiões da Europa, e, portanto, nesse sentido nós vamos votar favoravelmente este diploma e as alterações também propostas pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, que nos parecem, que de facto, melhoram e muito o diploma.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não tenho mais inscrições. Assim sendo vamos passar à votação na generalidade deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Na generalidade o diploma foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Eu pergunto à Mesa se as alterações advindas da Comissão de Política Geral e subscritas por um grupo de Deputados podem ser colocadas à votação em conjunto. Não havendo oposição, assim vamos fazer.

Vamos, então, votar as propostas de alteração advindas da Comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: As propostas que vieram da Comissão foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora os artigos 1.º e 2.º em conjunto, se não houver oposição da Câmara.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 3.º há uma proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda. Está aberto o debate.

Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa, tem a palavra.

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo Regional:

Muito rapidamente para deixar expresso que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não pode dar o seu apoio a esta proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda, por uma razão muito simples e que passo a explicar.

Não faz nenhum sentido esta proposta porque, por outra razão que não houvesse, a Lei 12-A, de 2008, estabelece os regimes de vinculação de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas. O artigo 35.º dessa Lei, no conjunto do tipo de contratos que é possível celebrar,

estabelece no seu número 1.º, que os órgãos e serviços a que a presente Lei é aplicável, podem celebrar contratos de prestação de serviços nas modalidades de contratos tarefa e de avença. Obviamente, que estes contratos têm que ser remunerados, têm que ser pagos, quem presta serviço tem que ser pago. Obviamente que para fazer os processamentos são necessários determinados dados, nomeadamente, se mais não fosse, é preciso o NIB para mandar o dinheiro. Logo, é necessário que esta base de dados tenha esses elementos desses trabalhadores que não estando vinculados, não tendo vínculo à Administração Pública, no entanto, prestam serviços e auferem de remunerações.

Muito obrigado.

Presidente: Assim sendo, vamos então votar a proposta de alteração para o artigo 3.º do BE.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 1 voto contra do PPM, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Eu vou propor à Câmara que votemos o artigo 3.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 2 votos contra do Bloco de Esquerda e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Vamos então, creio que aqui não haverá oposição, votar artigo 4.º ao artigo 12.º inclusive, da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos para a proposta de aditamento numerada como 12.º-A, ou identificada como 12.º-A, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

Está aberto o debate. Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo Regional:

Para solicitar que seja votado por alíneas, sendo que podem ser votadas todas em conjunto até à h) e em separado a alínea i), porque o Partido Socialista, entende que esta questão não é resolvida aqui, mas sim em sede de relatórios de discussão orçamental. Irá votá-la contra.

Presidente: Todas com excepção da i)? Pode ser assim?

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): A i) em separado.

Presidente: Muito bem. Vamos então votar todas as alíneas do artigo 12.º -A, com excepção da alínea i).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: As alíneas desta proposta foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a alínea i) da proposta do artigo 12.º-A do PSD. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A alínea apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar agora, proponho que em conjunto, os artigos 13.º a 14.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Em votação final global o diploma foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Declaração de voto Sra. Deputada?

Deputada Zuraida Soares (BE): Não. Era para pedir um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: De 15 minutos é regimental, Sra. Deputada.

Retomamos os nossos trabalhos às 18 horas e 40 minutos.

(Eram 18 horas e 25 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos. Agradecia que ocupassem os vossos lugares.

(Eram 18 horas e 49 minutos)

E vamos entrar no próximo ponto da agenda que é a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 13/2010 – “Medidas de prevenção, controlo e redução da presença de roedores invasores e comensais”.

Seguiremos o figurino do artigo 92.º do Regimento. E para apresentar o diploma dou a palavra ao Sr. Secretário da Agricultura e Florestas.

***Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Obrigado Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Colega do Governo:**

O Governo tem desenvolvido nos últimos anos um trabalho para melhorar os resultados da luta contra os roedores nocivos, visando o seu controlo, a redução das suas populações e também para prevenir os malefícios dos seus efeitos.

As preocupações que têm estado patentes e que orientam estes trabalhos dizem respeito à saúde pública, à saúde animal, à protecção das culturas, como também à sustentabilidade ambiental e à protecção da biodiversidade, sendo fundamental, que no âmbito desses trabalhos desenvolvidos, se informe

esta Câmara que desenvolvemos dois estudos muito importantes, do nosso ponto de vista.

Um, com o Governo Regional dos Açores, através da Secretaria Regional de Agricultura e Florestas e da Secretaria Regional da Saúde, que associou o Instituto de Medicina Tropical, sobre a natureza e o controlo da leptospirose na Região Autónoma dos Açores. Um trabalho que foi financiado pelo Governo, pela Fundação Luso-Americana para o desenvolvimento e que também foi apoiado quer pelo Laboratório de Sanidade Vegetal, quer pelo Hospital do Divino Espírito Santo, e que já permitiu um melhor diagnóstico e um tratamento mais eficaz das situações de leptospirose.

Em simultâneo, desenvolvemos um outro trabalho, com as preocupações acima referidas e que visou, fundamentalmente, trabalhar uma proposta, que foi esta que nós aqui apresentamos, envolvendo os técnicos e investigadores da Direcção Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural ligados ao Instituto Nacional dos Recursos Biológicos, a Universidade Nova de Lisboa. Envolvemos também as associações agrícolas que participaram e colaboraram em muitos trabalhos de campo, envolveram-se alguns técnicos dos serviços regionais e em particular da Direcção de Serviço de Agricultura e Pecuária, Laboratório Regional da Sanidade Vegetal, e foi promovido com todo esse trabalho o Plano de Gestão Ambiental Integrada de Roedores para a Região Autónoma dos Açores, que resultou desses trabalhos de campo, desses trabalhos laboratoriais, da realização de encontros, de debate e de discussão activa de todos os interessados, da realização de debates de relatórios intercalares e da apresentação e publicação do relatório final, que levou à elaboração da proposta de Decreto Legislativo Regional que hoje aqui vos está presente para apreciação.

Gostaria também de vos dizer que essa proposta de Decreto Legislativo Regional resulta e é sugerida no âmbito do trabalho desenvolvido e do relatório final que poderá estar disponível a todos os Srs. Deputados.

Todas ou quase todas as actividades humanas, como é sabido, podem ser geradoras e destruidoras de recurso de suporte das condições de vida e de

proliferação dos roedores, e por isso, a proposta que esse Decreto Legislativo Regional aqui apresenta visa envolver, de uma forma concertada, de uma forma articulada, todas as entidades que directa ou indirectamente tenham intervenção nesta matéria. E envolver todas as entidades que directa ou indirectamente têm essa intervenção, partilhando responsabilidades, partilhando recursos e partilhando os saberes e os contributos de cada uma das partes, de uma forma activa, com uma participação activa, porque é desta concertação, é desta articulação, é também desta participação activa e partilha de responsabilidades, que julgamos que podemos ter resultados mais positivos na luta. Felizmente apenas alguns, desenvolvem um combate aos roedores e é todos juntos que nós julgamos que devemos ser e que vamos ter seguramente maior sucesso nesta luta.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições. Sr. Deputado António Ventura tem a palavra.

***Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O assunto que está aqui em questão é um assunto extremamente importante no âmbito da prevenção das actividades económicas, mas, obviamente na prevenção da saúde pública e esse aspecto é um aspecto extremamente relevante e prioritário que se põe hoje aqui.

Mas também gostaria de fazer algumas considerações sobre esta proposta, considerações de carácter geral. A primeira é que, efectivamente desde 2008, o Governo Regional vem a falar nesta iniciativa, em apresentar esta iniciativa, nesta Câmara. E portanto, a iniciativa já rendeu mais nas palavras do que nas acções, já rendeu mais nos anúncios, daquilo que é a prática. Criou expectativas e esperamos que essas expectativas ao fim de dois anos, e mais algum tempo para materializar os instrumentos que estão aqui consagrados para criação, possa rapidamente ter efeito naquele que é o combate e a prevenção dos roedores.

Nós esperávamos, depois dessa espera, desse longo tempo de espera, que obviamente o documento fosse mais completo. Completo no sentido de indicar já o que é que é o plano de controle de roedores, por exemplo, indicar o manual de boas práticas; indicar quem é que iria fazer parte desta comissão, ou seja, mais do que sinalizar, gostaríamos de ver o conteúdo, porque quem esperou tanto tempo obviamente esperava que fosse algo mais amplo, algo mais profundo, algo mais abrangente para esta prevenção e este combate que é necessário fazer. Uma segunda reflexão relativamente a isto.

E uma terceira reflexão, que obviamente o documento, e achamos bem, responsabilize, faça envolver também a sociedade neste combate, porque esta é evidentemente uma responsabilidade de todos, é em conjunto que temos que efectivamente controlar e combater os roedores.

Na mesma medida em que responsabiliza a sociedade, obviamente não pode deixar de responsabilizar também mais a administração, porque um dos locais onde existe mais disseminação de roedores são os locais públicos e onde há menos controle. Portanto ao responsabilizar a sociedade, tem que responsabilizar mais a administração por este mesmo controle.

É nosso entender que o Governo perdeu tempo na apresentação desta medida. É nosso entender também, que esta medida é necessária. É nosso entender que se devia, para além de sinalizar, ter-se materializado os instrumentos que essa legislação consagra. De qualquer modo é com boa fé, é pelo facto de tratar-se de um assunto de extrema importância de saúde pública, que nós vamos associar e votar favoravelmente esta medida.

Presidente: Sr. Deputado Pedro Medina, tem a palavra.

***Deputado Pedro Medina (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito rápida efectivamente para dizer que também o CDS apoiará essa iniciativa da parte do Governo Regional, uma vez que estão aqui em causa, efectivamente, questões de saúde pública, da saúde animal, das culturas e da sua própria biodiversidade.

Nós entendemos que é um documento também muito generalista em termos do seu conteúdo, estão aqui definidos princípios que são importantes em relação a essas matérias e portanto tem da nossa parte o nosso apoio.

Só gostaria depois de fazer referência. Há aqui uma questão, que tem a ver com a questão contra-ordenacional, porque parece-nos também que em relação a esse assunto o Governo é muito evasivo na forma como institui ou constitui o processo de contra-ordenação, nomeadamente na definição das coimas, generalizando para as entidades, que seja pessoa singular ou pessoa colectiva, um conjunto ou avalizando valores mínimos e máximos. Espero que no futuro, quando forem abordadas essas questões, tenham em atenção também a actividade económica em que essas entidades vão estar inseridas, tenham atenção também a questão e a própria definição dessas mesmas entidades, se são micro, se são pequenas, se são médias empresas que estão envolvidas nesses processos, porque parece-nos que há de facto alguns limites superiores que podem ser até incomportáveis para determinado tipo de entidades, porque no fundo o que se pretende com um diploma desse cariz é exactamente o combate e a prevenção e não a condenação, não a punição.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Duarte Moreira, tem a palavra.

***Deputado Duarte Moreira (PS):** Obrigado Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As condições climáticas dos Açores são altamente favoráveis à proliferação dos roedores de campo, invasores e comensais, com especial incidência nos vulgarmente chamados ratos. Este é um problema que atinge todas as pessoas, todas as populações e que atendendo aos prejuízos materiais que provocam, o risco ecológico, também a transmissão de doenças, como a leptospirose e outras, por outro lado é também um problema de comportamento resultante da actividade económica e da actividade humana, que nem sempre tem a atitude física correcta. Portanto, vem no sentido de tornar esta medida eficaz, de tomar as medidas preventivas que diminuam os riscos do aparecimento deste tipo de roedores.

Pelo facto, havia realmente a necessidade de criar legislação que definisse a actuação, a articulação entre as entidades públicas, que definisse o nível de actuação das entidades privadas, tendo em consideração cada uma dessas actividades específicas. Havia, pois, que estabelecer este diploma, que para além das intervenções oficiais de controlo de roedores, que tem vindo a acontecer ao longo dos anos, provavelmente, porque não dizê-lo, sem os resultados esperados e desejados, tivesse também em consideração a criação de regras de boas práticas para as diferentes actividades económicas e que estabelecesse planos de controlo integrados, cuja responsabilidade seja repartida também pelos diferentes agentes económicos da Região, uma vez que a forma mais eficaz de se combater este problema é a prevenção e esta compete a todos e a cada um de nós.

Pretende-se, pois, encontrar um compromisso entre o controlo de roedores de campo, invasores e comensais e as questões de sustentabilidade ambiental, a protecção da saúde humana e animal, a protecção da biodiversidade, a protecção das culturas e protecção dos bens materiais.

Por outro lado, prevê a constituição de uma comissão de gestão integrada de pragas, constituída por representantes de todas as entidades públicas que tutelam as diferentes actividades económicas e sociais potenciadores da proliferação destes roedores com largos poderes de coordenação, de propositura, na emissão de pareceres, em alterações legislativas, e de adopções a desenvolver, de verificação do cumprimento dos planos de controlo aprovados e da auscultação de outras entidades, quando tal se justifique. É pois, também, uma mais-valia para se atingir os objectivos pretendidos.

Esta proposta de Decreto Legislativo Regional remete ainda, do nosso ponto de vista, e bem, para regulamentações específicas, através da portaria, dos quesitos técnicos aplicáveis às diferentes actividades dada a diversidade de situações que contribuem para a proliferação destes roedores e diversidade de acções a aplicar a cada uma destas actividades que conforme foi referido, também em sede de comissão pelo Sr. Secretário Regional da Agricultura, são sempre auscultadas para esse efeito.

Com estes fundamentos e pressupostos, de uma necessidade prática, que o Governo apresenta esta proposta de Decreto Legislativo Regional que teve também parecer globalmente positivo das diferentes entidades auscultadas e que enviaram o respectivo parecer, esta bancada votará favoravelmente.

Relativamente, àquilo que foi dito também pela bancada do PSD, nomeadamente pelo Sr. Deputado António Ventura, só um pequeno pormenor: teve todas as oportunidades de apresentar as propostas de alteração que entendesse e não o fez.

Tenho dito.

Presidente: Sr. Deputado Mário Moniz tem a palavra.

Deputado Mário Moniz (BE): Obrigado Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A proposta em apreciação, quanto a nós Bloco de Esquerda, é oportuna e urgente, dadas as dificuldades sentidas um pouco por todas as ilhas na prevenção e erradicação de roedores. Aliás, as acções têm-se desenvolvido de forma descoordenada e unicamente na erradicação.

Contudo, mesmo os esforços desenvolvidos na erradicação têm-se limitado quase só à distribuição de venenos rodenticidas sem adequada base técnica, acompanhamento ou estudo do impacto dessas acções nas pessoas e nos animais.

Perante tal cenário, urge de facto promover uma acção concertada como a prevista nesta proposta, mas que no nosso entender, assim como no entender e no parecer das entidades consultadas, poderá ser melhorada e reforçada. Por isso, votaremos favoravelmente na generalidade, sem deixarmos de apresentar propostas de alteração na especialidade, que desde já passo a justificar.

Por uma questão de rigor, o termo mais correcto a ser adoptado deverá ser simplesmente roedores, já que são espécies que são introduzidas pela acção humana num outro habitat.

É fundamental incluir neste processo a Federação Agrícola dos Açores e Organizações Não Governamentais do Ambiente de cada ilha, pois são agentes com conhecimentos sobre as realidades locais que trarão de certo um

contributo importante para a comissão de gestão integrada das pragas roedores.

Aproveito para referir e pedir ao Sr. Presidente da Mesa que em relação à proposta que apresentamos para o artigo 9.º, alínea b), não seja considerado o que está “a partir de arquipélago”. Foi um lapso de *copy paste*.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

***Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues):** Obrigado Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de deixar só mais uma nota relativamente ao diploma que está aqui em apreço porque convém colocar a verdade dos factos.

Essa iniciativa não rende palavras desde 2008, é muito anterior a 2008, Sr. Deputado, muito anterior.

Nós talvez em 2005, 2006 ...

Deputado António Ventura (PSD): Então ainda é pior.

O Orador: ... começamos a desenvolver o primeiro trabalho que se realizou na Região para caracterizar as leptospiros, em conjunto com a Secretaria Regional da Saúde, com o Hospital Divino Espírito Santo, com o Instituto de Medicina Tropical e hoje os nossos hospitais fazem o diagnóstico da doença de uma forma mais célere e segura e fazem também o seu tratamento de uma forma muito mais eficaz. Portanto, desde 2006...

Deputado António Ventura (PSD): Bem mal. Então ainda é pior do que eu pensava!

O Orador: ... que andamos a trabalhar nisto, Sr. Deputado.

Depois, desenvolvemos um trabalho que envolveu a Universidade Nova de Lisboa, técnicos da Direcção Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Direcção Geral da Agricultura ligados ao Instituto Nacional dos Recursos Biológicos, técnicos dos Serviços Regionais, associações agrícolas e muitos empresários agrícolas que nos ajudaram a fazer e a desenvolver os trabalhos de campo. Este processo não é um processo simples, e mais, quando aqui se pede que se elaborem estudos e que desenvolvam estudos para se saber como

podemos actuar, posso dizer que nós temos um plano e um estudo elaborado por todas essas entidades que, chegando ao fim, sugere este diploma que aqui vos foi apresentado. Mais ainda, vou dizer-lhe que não é preferível nós chegarmos aqui, a uma fase destas e apresentarmos o plano de controle de roedores para as diversas actividades económicas e humanas que estão aqui a ser objecto de intervenção com esse diploma, nem é possível estabelecer um plano de boas práticas agrícolas num Decreto Legislativo Regional para depois dizer às pessoas que afinal temos uma coisa rígida que mais ninguém pode colaborar e que mais ninguém pode dar os seus contributos. E, por isso, nessas lutas de combate a invasores e a roedores, devemos ter a preocupação de ter planos adequados às realidades. As boas práticas nessa matéria incluem princípios gerais, mas também princípios específicos para cada uma das actividades aos quais o manual se aplicará e os planos de controle são planos a elaborar pelas entidades, pelas actividades humanas, pelas actividades económicas, pelas actividades empresariais, que geram condições favoráveis ao desenvolvimento dos roedores. E, portanto, não são planos estáticos, não são princípios estáticos, são planos dinâmicos que se adequam às circunstâncias que podem vir a acontecer e que estão, por isso, em permanente evolução. Por isso, são planos que se auto-avaliam para melhorarem os efeitos da luta.

Portanto, Sr. Deputado quero dizer-lhe que não pode ser como o Sr. Deputado aqui anunciou, porque se não nós não tínhamos uma participação activa como queremos de todas as entidades que aqui se desenvolve.

Gostaria também de lhe dizer que as sanções que o diploma prevê estão sugeridas de uma forma global, em termos de fixação de coimas e são sanções que julgamos serem proporcionais e dissuasoras do não cumprimento dos planos e dos objectivos propostos.

No que diz respeito às actividades até hoje desenvolvidas, que o Sr. Deputado Mário Moniz referiu, queria referir o seguinte. No caso dos combates e das lutas que se têm feito contra os roedores nós temos fundamentalmente uma actividade por parte dos Serviços de Desenvolvimento Agrário de todas as

ilhas, em colaboração ora com Juntas de Freguesia, ora com Câmaras Municipais ou com as associações e cooperativas locais para combater os ratos, mas falo sempre de uma perspectiva muito de protecção das culturas e para a actividade, para a qual temos vocação natural, em termos de estrutura orgânica. Entretanto, se não envolvermos neste combate outras entidades, e refiro apenas que do estudo que nós temos há mais proliferação de ratos nas zonas urbanas do que nos campos, por exemplo, penso que era fundamental e é fundamental que haja também uma estratégia por parte das autarquias locais para contribuírem de forma eficaz, porque não vale a pena estar um só, como é o caso do Governo, na agricultura a desenvolver um conjunto esforços e todas as outras entidades, nomeadamente as autarquias locais e os privados a não fazerem também um esforço de erradicação e de combate aos roedores. Gostaria também de dizer que a substância activa do rodenticida utilizado pelos Serviços de Desenvolvimento Agrário é uma substância homologada pela Direcção Geral de Veterinária, quando para a mesma aplicação ou o mesmo combate junto de populações e em zonas urbanas, o princípio activo do rodenticida é licenciado, é homologado pela Direcção Geral de Saúde. Só para vos dizer que temos de articular tudo isto e temos que, principalmente, estabelecer os planos, elaborar e planificar mesmo as acções de cada uma das partes, porque é fundamental que todos juntos e de acordo com o plano que se estabelecer possamos desenvolver esse combate sob pena de continuarmos a não ter o sucesso que do nosso lado sempre quisemos ter nessa matéria.

Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

***Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como vem sendo hábito, aliás o mau hábito ...

Deputado Berto Messias (PS): Um intervalo!

(Risos da Câmara)

O Orador: **Gostou, não é. 19 e 15. Está quase, mas ainda é um bocado.**

Mas como é hábito, aliás um mau hábito, o Governo Regional já nos habituou (embora eu também não me canse de aqui referir esse mau hábito referir) a remeter tudo para posterior regulamentação. Acontece o mesmo neste diploma.

No entanto, e face à importância que o objecto desta proposta de Decreto Legislativo Regional tem, a Representação Parlamentar do PCP irá dar o seu voto favorável.

Muito obrigado.

Presidente: **Sr. Deputado António Ventura, tem a palavra para uma segunda intervenção.**

***Deputado António Ventura (PSD):** Obrigado Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu quando me referi, Sr. Secretário, obviamente a 2008 e àquilo que foram as palavras e as expectativas e ao facto do plano ter rendido mais, obviamente estava-me a referir a esta legislação em concreto. Porque foi o Governo Regional, em Maio de 2008, que afirmou em resposta ao nosso requerimento, que este plano estaria pronto em finais de 2008 e nós estamos em finais de 2010. Portanto eu nem sequer estava a referir-me a acções anteriores.

Nós podemos até recuar a 2001, 2002 e 97...

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*): **Não! E a 1987...**

O Orador: **... essas palavras. Estou a referir-me a este Decreto Legislativo que hoje está aqui a ser debatido. E, portanto, há aqui de facto um atraso.**

Sr. Deputado Duarte Moreira, eu quando falei obviamente no conteúdo dos instrumentos que estão sinalizados, cabe ao Governo Regional, e isto é que é governar, dar os meios técnicos, financeiros e de relacionamento para elaborar as situações. E, portanto, cabia ao Governo Regional apresentar aqui, nem que fossem em anexo, a materialização desses instrumentos, porque é isso na prática que vai ter acção. O que nós estamos a fazer é a aprovar uma base jurídica, global, generalista e incompleta porque depois foge ao controle desta Assembleia.

Esperemos que o Governo Regional nos apresente obviamente, nos diga o início dessas acções e os resultados dessas acções, sem ser necessário a esta casa requerer esta informação.

Ora, aqui estava uma postura que podíamos louvar, que era o Governo Regional...

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Consulte o Jornal Oficial!

O Orador:... tendo em conta o vazio, o vazio dessa legislação, relativamente aos instrumentos, apresentar-nos a nós, sem termos que solicitar, o início dessas actuações e os seus resultados.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não temos mais inscrições. Vamos passar à votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Na generalidade o diploma foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao debate e votação na especialidade. Sr. Deputado José do Rego quer intervir? Faça favor.

***Deputado José do Rego (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

O Bloco de Esquerda apresentou duas propostas. Uma para o artigo 3.º, outra para o artigo 9.º. Na Comissão há uma proposta do Partido Socialista para o artigo 9.º e para a mesma alínea de que é proposta pelo Bloco de Esquerda. Acontece, que a proposta do Partido Socialista para a alínea b) do artigo 9.º ao ser aprovada, a proposta do Bloco de Esquerda já não era votada, porque já havia uma proposta para o mesmo sentido. Atendendo, a que a proposta do Bloco de Esquerda assume a proposta feita pelo Partido Socialista na Comissão, o Partido Socialista irá retirar da Mesa a sua proposta, ou seja, não subscreve a proposta da Comissão, de modo a que se vote única e exclusivamente a proposta do Bloco de Esquerda para a alínea b) do artigo 9.º

e o Partido Socialista desde já votará favoravelmente as duas propostas do Bloco de Esquerda.

Presidente: Muito bem. Eu proponho que se vote, se não houver oposição da Câmara, os artigos 1.º e 2.º da proposta em conjunto. Vamos então votar os artigos 1.º e 2.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração para o número 1 do artigo 3.º apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 3.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Proponho, que votemos em conjunto, do artigo 4.º ao 8.º inclusive. Vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração para o artigo 9.º apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 9.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: **Proponho que votemos em conjunto do artigo 10.º ao 15.º inclusive. Não havendo oposição da Câmara assim faremos.**

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: **Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.**

Presidente: **Votação final global.**

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: **Em votação final global o diploma foi aprovado por unanimidade.**

Presidente: Passamos, Sras. e Srs. Deputados, ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos. Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, queria pedir um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: **É regimental Sr. Deputado. Regressamos às 19 horas e 35 minutos. Até já.**

Pedia aos Líderes dos Grupos e Representações Parlamentares e ao Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares em exercício que se aproximassem da Mesa.

(Pausa)

Afinal já não vai haver intervalo. A Conferência de Líderes entendeu que não fazia agora intervalo, votamos o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão, relativo ao Projecto de Resolução apresentado pelo PCP e resolvido este, terminamos os nossos trabalhos por hoje e retomamos amanhã às 10 horas com a agenda.

Vamos então debater o Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projecto de Resolução n.º 36/2010 – “Pronúncia da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre as medidas de austeridade anunciadas pelo Primeiro-Ministro”, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP. Tem a palavra Sr. Deputado Aníbal Pires.

***Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não vou argumentar muito, aliás acho que não é necessário para justificar o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão uma vez que o objecto deste Projecto de Resolução faz todo o sentido que seja discutido durante este Plenário, uma vez que o próximo Plenário da Assembleia se destina exclusivamente ao Plano e Orçamento e só em Janeiro voltaremos. O objecto da resolução é, como é sabido, a pronúncia desta Assembleia sobre as medidas que foram anunciadas e que serão constantes da proposta do Orçamento do Estado para 2011 e que afectam com certeza a Região e a generalidade dos cidadãos portugueses e em particular os açorianos e as açorianas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Creio não haver mais inscrições. Assim sendo vamos votar o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão, o apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Então agora sim, Sras. e Srs. Deputados, damos por encerrados os nossos trabalhos de hoje. Retomamos com a agenda amanhã, às 10 horas da manhã.

Boa noite e até amanhã.

(Eram 19 horas e 22 minutos)

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Vera Mónica da Silva Alves Teixeira Bettencourt

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Partido Social Democrata (PSD)

António Pedro Rebelo Costa

Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de Lima

Pedro Miguel Medina Rodrigo Raposo

(*) Texto não revisto pelo Orador.

1 – Correspondência:

Assunto: Ofício a comunicar a composição da Mesa da Comissão Eventual para o Estudo e Elaboração das Propostas Legislativas Necessárias ao Desenvolvimento e Operacionalização da Terceira Revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, eleita no passado dia 19 de Outubro, sendo Presidente - Clélio Meneses, Relator - João Bruto da Costa e Secretário - Manuel Herberto Rosa

Proveniência: O Presidente da Comissão, Clélio Meneses

Data de Entrada: 2010.10.10

Referência: 38.08.01/1/IX;

Listagem do Expediente:

1 - PROJECTOS DE DECRETO-LEI:

Assunto: Que “cria, no âmbito da estratégia nacional da energia 2020, a tarifa social de fornecimento de energia eléctrica - MEID - (Reg. DL 402/2010)”

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Entrada: 2010 -Setembro-19

Comissão: Economia

2 – PETIÇÕES:

Assunto: Constituição dos horários da Educação Pré-Escolar, da Educação e Ensino Especial e do 1.º Ciclo do Ensino Básico, em funcionamento nas Unidades Orgânicas da RAA.

Autor: António José Calado Lucas

Entrada: 2010 -Setembro-19

Comissão: Comissão Assuntos Sociais.

3 –PROJECTOS DE RESOLUÇÃO:

Assunto: Para levantamento das necessidades permanentes dos recursos docentes no sistema educativo regional (N.º 39/2010)

Autor: Bloco de Esquerda

Entrada: 2010 - Outubro - 20

Comissão: Assuntos Sociais

4 – RELATÓRIOS E PARECERES:

Assunto: Projecto de Lei n.º 337/IX - Alteração ao regime jurídico de recenseamento eleitoral

Autor: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Entrada: 2010 -Setembro-20;

Assunto: Projecto de Lei n.º 321/IX – Salvaguarda Monopólios naturais no domínio público do Estado

Autor: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Entrada: 2010 – Setembro – 20;

Assunto: Sobre de Decreto-Lei n.º 260/2010 – Estabelece o regime jurídico das medidas necessárias para garantir o bom estado ambiental do meio marinho até 2020, transpondo a Directiva n.º 2008/56/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Junho

Autor: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Entrada: 2010 – Setembro – 20.

Projecto de Resolução

Recomenda ao Governo Regional que tome as medidas necessárias para uma justa integração dos trabalhadores do IFAP na Administração Pública Regional

Em 2007, pela extinção do Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e das Pescas (IFADAP) e do Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola (INGA), sucedeu-lhes o Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas — IP.

Desta remodelação, operada pelo Governo da República, resultou o encerramento, por extinção, das delegações regionais destes Institutos. E, em consequência, o Governo Regional dos Açores assumiu a administração do PRORURAL e PROPESCAS, resultantes das novas e mais amplas competências, estabelecidas no actual Estatuto Politico-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Após o processo de extinção da Delegação Regional dos Açores do IFADAP, o Governo Regional dos Açores - impulsionador da regionalização dos referidos serviços — garantiu, deste o início, publicamente e por repetidas ocasiões, que seria disponibilizada uma solução adicional, visando a integração dos(as) trabalhadores(as) desta delegação regional do IFADAP, nos serviços da administração regional, de forma não penalizadora (por se tratar de um facto alheio à vontade dos trabalhadores).

Publicamente e reiteradamente, foi assumido pelo Secretário Regional da tutela — e nomeadamente, nesta Assembleia -, que a situação dos(as) funcionários(as) do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, nos Açores, ia ser resolvida dentro dos termos legais.

Pelo Decreto -Lei n.º 100/2010, de 16 de Setembro, ocorre a transferência para a titularidade da Região Autónoma dos Açores, das atribuições do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas. Por opção legalmente instituída neste diploma, as situações jurídicas laborais do pessoal que exercia funções relativas às atribuições transferidas para a esfera jurídica regional, é conseqüentemente assumida pelo Governo Regional, a quem cabe a resolução e conclusão do processo final de integração destes trabalhadores, nos quadros de pessoal de ilha, através de despacho conjunto dos membros do Governo Regional responsáveis pela agricultura e administração pública.

Decorre ainda do preâmbulo do Decreto-Lei n.º 100/2010 que “Esta integração na administração regional autónoma do referido pessoal permite, aliás, recolher e valorizar o conhecimento e experiência destes recursos humanos, adquirida no âmbito da gestão das políticas integradas nos Quadros Comunitários de Apoio (...)”

O Governo Regional possui a responsabilidade política de encontrar a solução adequada para a integração, na administração regional, dos onze trabalhadores (as), a maioria dos quais com mais de 12 anos de serviço, alguns com 17, 19 e outros com mais de 20 anos de serviço no IFADAP, considerando o mais elementar princípio de justiça administrativa, tal como já o fez, em 1996, com os técnicos superiores do extinto IIPA. Sendo a resolução desta integração apenas de cariz e vontade política;

Nos termos Regimentais e Estatutários o Grupo Parlamentar do BE/Açores apresenta o seguinte Projecto de Resolução:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na defesa de uma integração justa dos trabalhadores do IFAP, que não podem ser penalizados pela regionalização dos serviços (facto alheio à vontade dos trabalhadores), resolve recomendar ao Governo Regional que:

No respeito e observação pelo disposto no do *D.L n.º 100/2010*, do artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa; nos artigos 23º. e 24º. do CTP, do disposto do artigo 32º da Lei 35/2004 e em cumprimento dos princípios de igualdade, proporcionalidade, justiça, imparcialidade e boa-fé, nos termos estipulados no Código de Procedimento Administrativo, o despacho conjunto proceda à integração dos trabalhadores do IFAP, considerando para cada caso o melhor dos seguintes critérios:

- Conteúdo funcional e habilitações, equiparação aos anos de serviço, colocando os trabalhadores do IFAP na administração pública regional, em condições de igualdade com os restantes trabalhadores (seus pares com o mesmo tempo) da administração regional, vencimento e demais direitos adquiridos (ou a sua compensação).

O despacho deve também incluir a contagem do tempo de serviço desempenhado no IFAP, I.P.e EX-IFADAP,IP., para todos os efeitos legais, nomeadamente, para efeitos de integração nos quadros da administração pública regional e para efeitos de concurso na administração pública regional.

Horta, 20 de Outubro de 2010

Pel'O Grupo Parlamentar do BE/Açores, *Mário Moniz*

Projecto de Resolução

O sistema educativo da Região Autónoma dos Açores não pode continuar a desconsiderar a condição precária de docentes contratados, que dão resposta a

necessidades permanentes. Por isso, urge proceder à sua integração, de forma a garantir o direito de estabilidade profissional, à dignidade e reconhecimento das funções que desempenham.

Considerando o consenso quanto às desvantagens, para o processo de ensino aprendizagem, decorrentes da instabilidade gerada pela relação contratual entre os professores contratados e a tutela.

Considerando a situação de desigualdade, consequência da manutenção de vínculos precários de professores contratados, que correspondem ao preenchimento de necessidades permanentes,

Considerando a urgência em apurar o número de professores contratados que estejam, comprovadamente, a dar resposta a necessidades permanentes dos recursos docentes do sistema educativo.

Considerando que as estimativas avançadas, sobre o número de docentes que asseguram necessidades permanentes, são consideradas pouco fiáveis, por parte da tutela;

Considerando a existência de profissionais contratados por mais de três anos consecutivos, indicador de necessidades permanentes de docentes nas escolas públicas;

Considerando a urgência no estabelecimento de um novo enquadramento profissional dos educadores e professores contratados nos estabelecimentos de ensino pré-escolar, básico e secundários públicos e, nomeadamente, ensino especial e artístico.

O Grupo Parlamentar do BE/Açores apresenta o seguinte Projecto de Resolução:
A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, no interesse da política educativa da Região Autónoma dos Açores, resolve recomendar ao Governo Regional que proceda a um levantamento exaustivo e rigoroso das necessidades permanentes dos recursos docentes do sistema educativo regional.

Horta, 20 de Outubro de 2010

O Grupo Parlamentar do BE/Açores, Zuraida Soares e Mário Moniz

RELATÓRIO E PARECER SOBRE O PROJECTO DE LEI N° 337/XI – ALTERAÇÃO AO REGIME JURÍDICO DE RECENSEAMENTO ELITORAL

Capítulo I INTRODUÇÃO

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 21 de Julho de 2010, na delegação de São Miguel da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em Ponta Delgada.

Da agenda da reunião constava a apreciação, relato e emissão de parecer, na sequência do solicitado por sua excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, sobre o Projecto de Lei n° 337/XI – Alteração ao regime jurídico de recenseamento eleitoral.

O Projecto de Lei n° 337/XI, iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português na Assembleia da República, deu entrada na Assembleia Legislativa no passado dia 5 de Julho e foi enviado à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho para apreciação, relato e emissão de parecer.

Capítulo II ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A audição dos órgãos de governo próprio da Região Autónoma dos Açores relativamente às questões de competência dos órgãos de soberania que digam respeito à Região exerce-se por força do disposto no n.º 2 do artigo 229º da Constituição da República Portuguesa e na alínea g) do n.º 1 do artigo 7º do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Tratando-se de actos legislativos, compete à Assembleia Legislativa a emissão do respectivo parecer, conforme determina a alínea i) do artigo 34º do citado Estatuto Político-Administrativo.

O prazo para a pronúncia não pode ser inferior a 20 dias quando se tratar de parecer a emitir pela Assembleia Legislativa, excepto em situação de manifesta urgência devidamente fundamentada e declarada pelo órgão de soberania. Tudo como resulta do disposto no artigo 118º, nºs, 4 e 5 do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redacção que lhe foi dada pela Lei 2/2009, de 12 de Janeiro.

A emissão do parecer da Assembleia Legislativa cabe à comissão especializada permanente competente em razão da matéria, nos termos da alínea e) do artigo 42º do Regimento.

Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 3/2009/A, de 14 de Janeiro, a matéria relativa a assuntos constitucionais é da competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Capítulo III

APRECIACÃO DAS INICIATIVAS

a) Na generalidade

A iniciativa em apreciação pretende proceder à quinta alteração ao regime jurídico do recenseamento eleitoral, aprovado pela Lei 13/99, de 22 de Março, alterada pelas Leis nº 3/2002, de 8 de Janeiro e 47/2008, de 27 de Agosto, e pelas Leis Orgânicas nºs 4/2005 e 5/2005, de 8 de Setembro.

A exposição de motivos da iniciativa justifica as propostas apresentadas com a necessidade de responder a problemas práticos, decorrentes da entrada em vigor da citada Lei 47/2008, que estabelece o novo regime jurídico do recenseamento eleitoral) e consagra medidas de simplificação e modernização que asseguram a actualização permanente do recenseamento.

Relativamente à inscrição automática dos cidadãos, pretende a iniciativa que os cidadãos sejam informados, por via postal, da inscrição ou actualização automática operada. Propõe-se que esta comunicação seja feita pela Direcção-Geral da Administração Interna, com conhecimento à comissão recenseadora respectiva.

Pretende-se, também, recuperar, a possibilidade de promoção do recenseamento através de apresentante, bem como a transferência de recenseamento através de apresentante, quanto aos cidadãos nacionais residentes no estrangeiro.

A iniciativa atribui às comissões recenseadoras a competência para decidir as reclamações por omissões ou inscrições indevidas e introduz a possibilidade de recurso para a Comissão Nacional de Eleições, relativamente a decisões das comissões recenseadoras e da Direcção-Geral da Administração Interna, permitindo a estas últimas interpor recurso das decisões da Comissão Nacional de Eleições.

b) Na especialidade

Na análise na especialidade não foram apresentadas propostas de alteração.

Capítulo IV

SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

O ***Grupo Parlamentar do PS*** não concorda com a iniciativa em apreciação, uma vez que entende que as soluções actualmente consagradas na lei são as adequadas. Sem prejuízo de alguns aspectos poderem carecer de melhorias ao nível da sua operacionalização, tal não passa pela introdução de alterações ao regime jurídico vigente.

O ***Grupo Parlamentar do PSD*** e o ***Grupo Parlamentar do CDS-PP*** abstiveram-se na apreciação da presente iniciativa legislativa.

A ***Representação Parlamentar do PCP*** manifestou a sua concordância com a iniciativa legislativa em apreciação.

Nos termos do n.º 4 do artigo 195.º do Regimento da Assembleia Legislativa, a Comissão promoveu, ainda, a consulta ao ***Grupo Parlamentar do BE*** e ao

Deputado da *Representação Parlamentar do PPM*, porquanto estes não integram a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, os quais não se pronunciaram.

Capítulo V

CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efectuada, a Comissão dos Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho concluiu pela desadequação da iniciativa e deliberou por maioria, com os votos contra do PS, o voto a favor do PCP e as abstenções do PSD e do CDS/PP, emitir parecer desfavorável à aprovação do Projecto de Lei nº 337/XI – Alteração ao regime jurídico de recenseamento eleitoral.

Ponta Delgada, 21 de Julho de 2010

A Relatora, *Isabel Almeida Rodrigues*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Hernâni Jorge*

RELATÓRIO E PARECER SOBRE O PROJECTO DE LEI Nº 321/XI – SALVAGUARDA MONOPÓLIOS NATURAIS NO DOMÍNIO PÚBLICO DO ESTADO

Capítulo I

INTRODUÇÃO

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 21 de Julho de 2010, na delegação de São Miguel da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em Ponta Delgada.

Da agenda da reunião constava a apreciação, relato e emissão de parecer, na sequência do solicitado por sua excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, sobre o Projecto de Lei nº 321/XI – Salvaguarda monopólios naturais no domínio público do Estado.

O Projecto de Lei nº 321/XI, iniciativa do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda na Assembleia da República, deu entrada na Assembleia Legislativa no passado dia 1 de Julho e foi enviado à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho para apreciação, relato e emissão de parecer.

Capítulo II

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A audição dos órgãos de governo próprio da Região Autónoma dos Açores relativamente às questões de competência dos órgãos de soberania que digam respeito à Região exerce-se por força do disposto no n.º 2 do artigo 229º da Constituição da República Portuguesa e na alínea g) do n.º 1 do artigo 7º do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Tratando-se de actos legislativos, compete à Assembleia Legislativa a emissão do respectivo parecer, conforme determina a alínea i) do artigo 34º do citado Estatuto Político-Administrativo.

O prazo para a pronúncia não pode ser inferior a 20 dias quando se tratar de parecer a emitir pela Assembleia Legislativa, excepto em situação de manifesta urgência devidamente fundamentada e declarada pelo órgão de soberania. Tudo como resulta do disposto no artigo 118º, nºs, 4 e 5 do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redacção que lhe foi dada pela Lei 2/2009, de 12 de Janeiro.

A emissão do parecer da Assembleia Legislativa cabe à comissão especializada permanente competente em razão da matéria, nos termos da alínea e) do artigo 42º do Regimento.

Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 3/2009/A, de 14 de Janeiro, a matéria relativa a assuntos

constitucionais é da competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Capítulo III

APRECIÇÃO DAS INICIATIVAS

a) Na generalidade

A iniciativa em apreciação pretende concretizar a norma do artigo 84º, nº 2, da Constituição da República Portuguesa, procedendo ao elenco dos bens do domínio público do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais, nele incluindo, no que ao domínio público do Estado se refere, sectores que, segundo a iniciativa, são estratégicos e constituem monopólios naturais. Quanto a estes bens, pretende a iniciativa que as empresas que os explorem ou que assegurem serviços que deles dependem não possam ser privatizadas.

Como é assumido no preâmbulo da iniciativa em apreciação, esta retoma as definições constantes da Proposta de Lei nº 256/X, que caducou com o final da anterior legislatura e sobre a qual se pronunciou a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Em 2008, esta mesma matéria foi objecto de parecer desta Assembleia, no âmbito da apreciação do Projecto de Proposta de Lei nº 457/2008, apresentado à audição dos órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas pela Presidência do Conselho de Ministros.

Em ambas as ocasiões a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores emitiu, em sede de análise em Comissão, parecer desfavorável aprovado por unanimidade.

Em causa estava a desconformidade daquelas iniciativas com o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, desconformidade que se mantém na iniciativa agora em apreciação.

Efectivamente, o teor do nº 1 do artigo 3º da iniciativa ignora o elenco o artigo 22º do Estatuto Político-Administrativo, o que constitui um claro desrespeito pela

natureza de lei de valor reforçado e hierarquia normativa superior do referido Estatuto.

A definição e regime dos bens do domínio público é do âmbito da reserva relativa de competência da Assembleia da República, nos termos do disposto no artigo 165º, nº 1, alínea v). Mas qualquer disciplina que se pretenda introduzir em matéria de domínio público das Regiões Autónomas há-se, necessariamente, conformar-se com as soluções legislativas constantes do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Cabe, ainda, referir, o artigo 5º da iniciativa que, a coberto da consagração da inalienabilidade dos bens do domínio público, pretende impedir a exploração destes bens por entidades privadas.

Esta visão limitativa do regime da dominialidade pública não tem o melhor acolhimento doutrinário. Cabe aqui convocar Jorge Miranda e Rui Medeiros, quando referem que “uma leitura adequada do artigo 84º da Constituição aponta, na verdade, para um princípio favorável à rentabilização económica do domínio público”. “No contexto actual, o domínio público deve ser antes considerado como uma riqueza da Administração, podendo e devendo esta preocupar-se com a sua gestão ou exploração e melhor utilização no interesse geral” (Constituição Portuguesa Anotada, Tomo I, p.89).

A exploração de bens do domínio público, no cumprimento das regras gerais da concessão, constitui muitas vezes o meio mais ajustado à sua gestão sustentável e o que melhor responderá às necessidades de defesa do interesse público, pelo que não é razoável pretender restringir a participação das entidades privadas.

b) Na especialidade

Na análise na especialidade não foram apresentadas propostas de alteração.

Capítulo IV

SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

O *Grupo Parlamentar do PS* não concorda com a iniciativa em apreciação porquanto a mesma consubstancia uma clara violação da natureza de lei de valor reforçado do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores. Acresce, para o PS, que as soluções preconizadas pela iniciativa do BE resultam de uma visão limitativa do regime da dominialidade pública.

O *Grupo Parlamentar do PSD*, o *Grupo Parlamentar do CDS-PP* e a *Representação Parlamentar do PCP* abstiveram-se de tomar posição sobre a iniciativa legislativa em apreciação.

Nos termos do n.º 4 do artigo 195.º do Regimento da Assembleia Legislativa, a Comissão promoveu, ainda, a consulta ao *Grupo Parlamentar do BE* e ao Deputado da *Representação Parlamentar do PPM*, porquanto estes não integram a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, os quais não se pronunciaram.

Capítulo V

CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efectuada, a Comissão dos Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho concluiu pela desadequação da iniciativa e deliberou por maioria, com os votos contra do PS, e as abstenções do PSD, do CDS/PP e do PCP, emitir parecer desfavorável à aprovação do Projecto de Lei nº 321/XI – Salvaguarda monopólios naturais no domínio público do Estado.

Ponta Delgada, 21 de Julho de 2010

A Relatora, *Isabel Almeida Rodrigues*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Hernâni Jorge*

RELATÓRIO E PARECER SOBRE O PROJECTO DE DECRETO-LEI Nº 260/2010 – ESTABELECE O REGIME JURÍDICO DAS MEDIDAS NECESSÁRIAS PARA GARANTIR O BOM ESTADO AMBIENTAL DO

MEIO MARINHO ATÉ 2020, TRANSPONDO A DIRECTIVA 2008/56/CE, DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, DE 17 DE JUNHO

Capítulo I INTRODUÇÃO

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho procedeu à apreciação, relato e emissão de parecer, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, sobre o Projecto de Decreto-Lei n.º 260/2010 – estabelece o regime jurídico das medidas necessárias para garantir o bom estado ambiental do meio marinho até 2020, transpondo a Directiva 2008/56/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Junho.

O Projecto de Decreto-Lei n.º 260/2010, iniciativa do Governo da República, deu entrada na Assembleia Legislativa no passado dia 23 de Julho e foi enviado à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho para apreciação, relato e emissão de parecer.

Capítulo II ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A audição dos órgãos de governo próprio da Região Autónoma dos Açores relativamente às questões de competência dos órgãos de soberania que digam respeito à Região exerce-se por força do disposto no n.º 2 do artigo 229º da Constituição da República Portuguesa e na alínea g) do n.º 1 do artigo 7º do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Tratando-se de actos legislativos, compete à Assembleia Legislativa a emissão do respectivo parecer, conforme determina a alínea i) do artigo 34º do citado Estatuto Político-Administrativo.

O prazo para a pronúncia não pode ser inferior a 20 dias quando se tratar de parecer a emitir pela Assembleia Legislativa, excepto em situação de manifesta

urgência devidamente fundamentada e declarada pelo órgão de soberania. Tudo como resulta do disposto no artigo 118º, nºs 4 e 5, do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redacção que lhe foi dada pela Lei nº 2/2009, de 12 de Janeiro.

No caso presente, o Governo da República pediu urgência na emissão do parecer, pedido que fundamentou no facto de o prazo para transposição da Directiva Comunitária, a que se procede pela presente iniciativa, ter terminado no passado dia 15 de Julho de 2010.

A emissão do parecer da Assembleia Legislativa cabe à comissão especializada permanente competente em razão da matéria, nos termos da alínea e) do artigo 42º do Regimento.

Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 3/2009/A, de 14 de Janeiro, a matéria relativa a ambiente é da competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Capítulo III

APRECIACÃO DA INICIATIVA

a) Na generalidade

A iniciativa em apreciação transpõe para a ordem jurídica interna do Estado português a Directiva 2008/56/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Junho, e estabelece o regime jurídico das medidas necessárias para garantir o bom estado ambiental do meio marinho até 2020.

O seu âmbito de aplicação inclui as águas marinhas nacionais e efeitos transfronteiriços sobre a qualidade de meio marinho na mesma região ou sub-regiões marinhas.

Ao nível das entidades competentes, caberá ao INAG, I.P., a coordenação da aplicação do decreto-lei que resultará da iniciativa, a nível nacional. Ao nível da Região Autónoma dos Açores, a coordenação da aplicação caberá ao departamento da administração regional com competência em matéria de ambiente e assuntos do

mar, ao qual caberá, ainda, coordenar a elaboração da estratégia marinha para a sub-divisão dos Açores.

A sub-divisão dos Açores integra a sub-região da Macaronésia, à qual pertence, também, a sub-divisão da Madeira.

b) Na especialidade

Na análise na especialidade não foram apresentadas propostas de alteração.

Capítulo IV

SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

O ***Grupo Parlamentar do PS*** concorda com a iniciativa em apreciação, porquanto a mesma procede à transposição da Directiva-Quadro “Estratégia Marinha”, a qual preconiza a tomada de medidas orientadas para a redução do impacto das pressões exercidas sobre os recursos e ecossistemas marinhos e para a sua conservação.

O ***Grupo Parlamentar do PSD***, o ***Grupo Parlamentar do CDS-PP*** e a ***Representação Parlamentar do PCP*** abstiveram-se na apreciação da presente iniciativa legislativa.

Nos termos do n.º 4 do artigo 195.º do Regimento da Assembleia Legislativa, a Comissão promoveu, ainda, a consulta ao ***Grupo Parlamentar do BE*** e ao Deputado da ***Representação Parlamentar do PPM***, porquanto estes não integram a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, os quais não se pronunciaram.

Capítulo V

CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efectuada, a Comissão dos Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho concluiu pela adequação da iniciativa e deliberou por maioria, com os votos a favor do PS e as abstenções do PSD, do CDS/PP e do PCP, emitir parecer favorável à aprovação do Projecto de Decreto-Lei nº 260/2010

– Estabelece o regime jurídico das medidas necessárias para garantir o bom estado ambiental do meio marinho até 2020, transpondo a Directiva 2008/56/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Junho.

Ponta Delgada, 3 de Agosto de 2010

A Relatora, *Isabel Almeida Rodrigues*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Hernâni Jorge*

—

Pela redactora: *Ana Sofia Pereira da Silva Machado*